

Sílvia Mendes

**COMUNIDADE E MEMÓRIA NO JORNAL DO INTERIOR: UM
ESTUDO SOBRE O *LINHA POPULAR* EM CAMBORIÚ**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Jornalismo.

Orientadora: Prof. Dr^a. Daisi Irmgard Vogel

Florianópolis
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária
da UFSC.

Mendes, Sílvia

Comunidade e memória no jornal do interior : um estudo
sobre o Linha Popular em Camboriú / Sílvia Mendes ;
orientadora, Daisi Irmgard Vogel - Florianópolis, SC, 2014.
172 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-
Graduação em Jornalismo.

Inclui referências

1. Jornalismo. 2. Jornal do Interior. 3. Comunidade. 4.
Memória. 5. Experiência. I. Vogel, Daisi Irmgard. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-
Graduação em Jornalismo. III. Título.

Sílvia Mendes

COMUNIDADE E MEMÓRIA NO JORNAL DO INTERIOR: UM ESTUDO SOBRE O *LINHA POPULAR* EM CAMBORIÚ

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Jornalismo, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-graduação em Jornalismo.

Florianópolis, 16 de julho de 2014.

Prof. Francisco José Castilhos Karam, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a Daisi Irmgard Vogel, Dr.^a
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Gilka Elvira Ponzi Girardello, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Luiz Gonzaga Motta, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Paulo Bernardo Ferreira Vaz, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Para a Marilda.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha pacata e *quase* tradicional família camboriuense: Vó Nena, Vô Bem, Marilda, Serginho e Nádia. Obrigada pela educação “para o mundo”, pelo imenso e constante estímulo para que eu tirasse “dez redondos” na infância e que nunca deixasse de estudar na vida adulta; pelas lutas diárias e pelo amor desmedido. Também agradeço ao meu pai, Sérgio, que mesmo à distância, sempre foi o meu maior fã e cujos cadernos de poesia deixados para trás me fizeram crer que poderia haver algum gene de escritora em mim.

Às professoras Laura Seligman e Valquíria Michela John, grandes mentoras durante (e em muitos momentos após) a graduação, cujo incentivo me despertou o desejo em perseguir uma carreira como pesquisadora. Ao lado delas, agradeço aos colegas da Univali: Thiago Amorim Caminada, Joana Gall, Felipe da Costa e Tamara Belizário – obrigada pela amizade, permeada por longas conversas sobre o jornalismo, o futuro, a vida.

À orientadora Daisi Vogel, cujo brilhantismo e generosidade na partilha de conhecimentos possibilitaram que o mestrado fosse, de fato, uma experiência transformadora.

A todos os colegas e professores do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC, pela construção de um rico e inesquecível ambiente de aprendizado.

À *roommate* e colega de mestrado, Giovanna Beltrão Mendes, em quem reconheci instantaneamente uma alma semelhante e com quem tive a sorte de dividir não apenas o apartamento, mas os grandes momentos – neles, as angústias e alegrias dos últimos dois anos.

Ao João e aos meus “muitos e bons” amigos, cujo apoio incondicional, críticas incontidas e celebrações exageradas – como é próprio dos grupos grandes e, ainda assim, incrivelmente íntimos – servem de lastro para que eu navegue, equilibrada, pelo mar da vida. Difícilmente sei para onde sigo. Mas há em quem amamos, em quem nos ama, a tranquilizadora certeza de um cais. Obrigada.

"Meu relato será fiel à realidade ou, em todo caso, à minha lembrança pessoal da realidade, o que é a mesma coisa".

Jorge Luis Borges (1899-1986)

RESUMO

O presente estudo volta-se para *Linha Popular* e os registros que apresenta do passado da cidade de Camboriú. A pesquisa parte de uma revisão teórica sobre o jornalismo do interior e discute a cidade pequena enquanto palco de conflitos entre tradição e modernidade. Em seguida, aborda os conceitos de memória, experiência e vivência em Walter Benjamin, a partir dos quais são observados os registros de memória e história do *Linha Popular*. Percebe, a partir do objeto observado, a existência no jornalismo do interior de um potencial de transmitir experiências a partir dos usos que faz da memória de seus leitores e das vivências possíveis no cenário em que atua, a cidade do interior.

Palavras-chave: jornal do interior; imprensa local; comunidade; memória; experiência.

ABSTRACT

This work examines the publication *Linha Popular* and its accounts of past events in the city of Camboriú. Initially, the theory of journalism vis-à-vis smaller towns is taken into consideration, set against the backdrop of clashes between tradition and modernity. Following this, the concepts of memory, experience and lived experience, as presented in the works of Walter Benjamin, are broached, serving as a lens for observing *Linha Popular*'s records of memory and history. Resulting from this, small-town journalism's potential for the communication of experiences, as well as the various facets of local life – themselves gathered from the recollections of its readership – is substantiated.

Keywords: small-town journalism; local press; community; memory; experience.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. IMPRENSA DO INTERIOR: A VOZ DA NOSSA CIDADE	27
1.1. Vivências na cidade pequena	30
1.2. A cidade Camboriú	34
1.3. O jornal <i>Linha Popular</i>	40
2. SOBRE A MEMÓRIA E A EXPERIÊNCIA	51
2.1. O caráter político da memória	52
2.2. Experiência e vivência em Walter Benjamin	57
2.3. O jornal do interior como possível espaço de sobrevivências	62
3. HISTÓRIAS E MEMÓRIAS NO LINHA POPULAR	67
3.1. Memórias em foto: pessoas, lugares e eventos	68
3.2. História e memória nos cadernos especiais	74
3.3. Os perfis e a possibilidade de transmitir experiências	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	131
ANEXO	135
Anexo 1 – Entrevista com a equipe do <i>Linha Popular</i>	135

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa guia-se pela hipótese de que existe no jornalismo de interior o potencial de organizar e transmitir experiências. Esse potencial tem a ver com a técnica jornalística e o modo como a produção de notícias se organiza no contexto local, mas tem a ver também com o cenário em que esse tipo de jornalismo atua (a cidade do interior) e, nesse cenário, com a configuração que faz de uma comunidade imaginada.

A hipótese partiu de um contato pessoal, meu, com o jornal *Linha Popular* de Camboriú: cidade em que nasci e cresci, conhecendo vizinhos, jogando dominó à noite na mesa da cozinha, circulando a pé por estradas de terra, ouvindo sobre terríveis mulheres desquitadas, vendo homens passarem o dia na cancha de bocha, soltando pipa e assistindo ao meu irmão aprender a dirigir em um dos muitos terrenos baldios que havia por lá.

Tenho noção de que a Camboriú em que eu cresci não existe mais. Tento me lembrar de quando foi que tudo mudou e a imagem que me surge é sempre a do asfaltamento das ruas do centro da cidade – da minha, inclusive. Diversas forças atuaram em Camboriú para que se transformasse tanto nos últimos anos. Uma delas deve-se ao fato de Balneário Camboriú, a vizinha turística, embelezar-se cada vez mais, ganhando fama internacional. As belas praias, as casas noturnas, as vitrines e shoppings, e as limpíssimas e floridas ruas de Balneário encantam e atraem. Nessas praias e ruas circulam alguns milhões de pessoas durante as temporadas de verão. Muitos empregos e possibilidades de negócio emergem durante essas temporadas: o turismo é o carro-chefe da economia de Balneário Camboriú.

Camboriú e Balneário Camboriú já foram uma só. Agora, são cortadas pelo rio e pela BR-101. É muito fácil morar em Camboriú e passear em Balneário, assim como é fácil morar em Camboriú e trabalhar em Balneário. Dependendo do bairro em que se está, chega-se de uma cidade para outra a pé em poucos minutos. Estão em contato, essas duas cidades, e nesse contato se contrastam imensamente. Uma é modernizada, possui muitos prédios, shoppings, cinemas. A outra, ainda que também tenha as suas belezas, é mais pobre, desordenada e interiorana. A especulação imobiliária, própria nas cidades turísticas, elevou o custo de habitação em Balneário. Quem a deseja, mas não a pode ter, contenta-se em ficar o mais próximo possível dela. Num movimento de modernidade, que inclui as consequências desse cenário, a população de Camboriú cresceu. Cresceu muito, ainda que tenha menos de 100 mil habitantes. Em 1996, a população do município era de aproximadamente 34 mil. No

censo realizado em 2008, esse número subiu para 56 mil. Atualmente, a cidade contabiliza cerca de 70 mil habitantes¹.

Minha avó, sempre que eu falava a ela sobre algum novo amigo ou alguém com quem me relacionara, perguntava qual a sua “assinatura”. Queria saber o sobrenome, porque a partir dele elencaria toda uma linhagem. Ligava-o à sua própria geração, aos amigos que fez na juventude, aos vizinhos e famílias tradicionais da cidade. Minha avó não faz mais isso, perdeu o costume. Ela sabe que não é mais possível perseguir todos os rastros.

Camboriú ainda tem uma extensa área rural, florestas, festas de igreja. No entanto, o ambiente familiar e campesino teve muitas de suas várzeas urbanizadas e povoadas. Ganhou uma periferia, que ocupa seu território, mas que também fica às margens de Balneário Camboriú, tocando-a. De pacata e sossegada, passou a figurar nas estatísticas entre as mais violentas de Santa Catarina. Em 2012, o índice de desenvolvimento humano por município a qualificou como pior cidade do estado para se viver.

As vivências se transformaram em Camboriú, assim como o fizeram em muitas cidades com características semelhantes. É das modificações nas vivências – e na arquitetura, no tempo, nos lugares, nas relações – que emerge a instabilidade das identidades, as crises, o mal-estar. A Camboriú em que cresci existe apenas na memória dos que a experimentaram. Essa memória, na crise e instabilidade das estruturas sociais, se fortalece (HALBWACHS, 2006). Recorrer a ela é uma arma do espírito, que age sempre no sentido de se proteger do caos e do desconhecido, que amedronta, apavora, angustia.

Em 2009, Camboriú ganhou o seu primeiro veículo de comunicação de massa exclusivamente local: o jornal *Linha Popular*. O tabloide semanário, criado por três jornalistas, teve como proposta produzir uma grande quantidade de matérias sobre a cidade, com qualidade técnica alinhada à deontologia da profissão. O impresso, publicado todas as sextas-feiras, logo emplacou. A verdade é que, antes dele, a população camboriuense não tinha acesso a muitas daquelas informações: os veículos grandes da região em que Camboriú está inserida não encontram valor de notícia na cidade a não ser em pautas de grande repercussão, como o são as tragédias. O *Linha Popular*, imediatamente, passou a cobrir prefeitura e câmara de vereadores, comentar projetos de lei, apontar problemas de infraestrutura, saneamento básico. Também cobria festas de escola, de igreja, apresentação teatral de

¹ Dados extraídos do site do IBGE (<http://www.ibge.gov.br/>).

grupo da terceira idade. Os menores e corriqueiros eventos cotidianos de uma cidade que dificilmente se projeta para fora de si (a não ser por sua proximidade com Balneário, que faz com que as cidades se confundam para muitos, ou pelo número crescente de crimes). O jornal também passou a entrevistar os moradores de Camboriú, aceitar sugestões de pauta, escrever perfis desses moradores e publicá-los com muitas fotos; fotos que também apareciam na coluna social e em matérias cuja fonte principal é a enfermeira, a dona de casa, o comerciante, o vereador. Camboriú, pouco desenvolvida, instável, palco de crises identitárias e pobre (atualmente, a arrecadação da prefeitura gira em torno de 80 milhões por ano; a pobreza também é evidente no fato de a cidade não possuir rede de esgoto) ganhou um jornal “de verdade” (com jornalistas graduados, conhecedores da técnica profissional, produzindo todo o conteúdo veiculado).

Não é de espantar, portanto, que o *Linha Popular* tenha produzido efeito em camboriuenses como eu, que não tinham outras vias de se informar a respeito dos processos políticos, econômicos, históricos pelos quais passa a cidade. É próprio do jornalismo local a proximidade: é essa sua característica mais fundamental (FERNANDES, 2003). Notei no *Linha Popular*, porém, um esforço deliberado de não apenas cobrir os eventos cotidianos de Camboriú, mas também de falar da sua história. Na primeira edição, entrevistou um historiador camboriuense. Contou sua trajetória de vida e o modo como esta se interpenetra com a história da cidade. Falou sobre “amor pela história”.

O tema da história, além de aparecer em reportagens do jornal (como a que contava dos 25 anos de um acidente que matou 4 camboriuenses na década de 80 e costuma ser recordado pelos moradores nativos), serviu de pauta para os cadernos especiais em comemoração ao aniversário do município desde o primeiro ano de sua existência. Era comentado em editoriais e colunas de opinião.

Essa percepção de registros históricos no jornal levantaram em mim algumas questões, motivadoras dessa pesquisa: essas narrativas, que muitas vezes recorrem à memória dos camboriuenses, são capazes de reforçar os vínculos de comunidade? Guardam o potencial de configurar e fortalecer identidades? Ao narrar histórias e memórias, o jornalismo transmite algum tipo de experiência? Que testemunho dão essas memórias e histórias, selecionadas pelos jornalistas para figurar no seu jornal, da cidade na qual se inscrevem?

Anderson (2008), no exercício de investigar a gênese dos nacionalismos, elabora o conceito de *comunidades imaginadas*, a partir do qual “qualquer comunidade maior que a aldeia primordial do contato

face a face (e talvez mesmo ela) é imaginada” (p. 33). As distinções entre diferentes comunidades, nessa perspectiva, não se dão pela sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas. Essa comunidade de que fala comporta indivíduos que vivem sob a impossibilidade de se conhecerem a todos; ignoram as identidades individuais uns dos outros, no entanto, sabem que existe algo de imaterial que os une. Essa imaterialidade é constituída e solidificada socialmente através de representações partilhadas (que ganham no jornalismo um meio técnico para se configurarem).

A gênese desses modos de organização, a partir do conceito de comunidades imaginadas, é tributária de outras formas comunitárias, e desenvolve-se a partir do falimento das mesmas: as comunidades religiosas, que se constituíam a partir de seus textos sagrados, e o reino dinástico, no qual concepções como parentesco, hierarquia e lealdade ditavam as relações humanas. Anderson inclui a essa gênese, além do “declínio lento e regular” dessas comunidades, as transformações do mundo (desenvolvimentos científicos e sociais, mudanças nas estruturas econômicas e, principalmente, em como o tempo é percebido) e o desenvolvimento dos meios de comunicação, cada vez mais velozes:

A própria possibilidade de imaginação só surgiu historicamente quando, e onde, três concepções culturais fundamentais, todas muito antigas, perderam o domínio axiomático sobre a mentalidade dos homens. A primeira delas é a ideia de que uma determinada língua escrita oferecia um acesso privilegiado à verdade ontológica, justamente por ser uma parte indissociável dessa verdade. Foi essa ideia que gerou as grandes irmandades transcontinentais da cristandade, do Ummah islâmico e de outros. A segunda é a crença de que a sociedade se organizava naturalmente em torno e abaixo de centros elevados – monarcas à parte dos outros seres humanos, que governavam por uma espécie de graça cosmológica (divina). Os deveres de lealdade eram necessariamente hierárquicos e centrípetos porque o governante, tal como a escrita sagrada, constituía um elo de acesso ao ser e era intrínseco a ele. A terceira é uma concepção da temporalidade em que a cosmologia e a história se confundem, e as origens do mundo e dos homens são essencialmente as mesmas. Juntas, essas ideias enraizavam profundamente a vida

humana na própria natureza das coisas, conferindo um certo sentido às fatalidades diárias da existência (sobretudo a morte, a perda e a servidão) e oferecendo a redenção de maneiras variadas (ANDERSON, 2008, p. 69).

Essa transformação na concepção de temporalidade de que fala o autor possibilitou aos indivíduos a ruptura entre a sua história pessoal e uma ideia de origem do cosmos, cujo fim (apocalipse, juízo final) aprenderam a aguardar. Como resultado, esses indivíduos buscam “uma nova maneira de unir significativamente a fraternidade, o poder e o tempo” (*ibidem*): é nesse sentido que elaboram comunidades imaginadas.

Sobre o potencial do jornalismo de articular e legitimar essas comunidades, Anderson (2008) atribui ao mesmo, enquanto produto cultural, um caráter profundamente ficcional. Segundo ele, os vínculos que unem os diferentes conteúdos presentes em uma única edição de jornal são inteiramente imaginados e provém de duas fontes indiretamente relacionadas: a primeira é a coincidência cronológica (“A data no alto do jornal, o seu emblema mais importante, fornece a principal conexão – o avanço constante do tempo vazio e homogêneo”, p. 65); a segunda é a relação entre o jornal, como uma “forma extrema” de livro cuja popularidade é efêmera, e o mercado. Segundo ele, a obsolência do jornal no dia seguinte à sua edição, além de em sua gênese já preannunciar a obsolência intrínseca dos bens duráveis modernos, cria por essa mesma razão uma “cerimônia de massa”: “o consumo (a ‘criação de imagens’) quase totalmente simultâneo do jornal-como-ficção” (ANDERSON, 2008, p. 67).

Na sua lógica, percebe o caráter ritualístico da leitura do jornal. Os leitores, ainda que o leiam solitariamente, dispendendo de certo recolhimento social, sabem que naquele mesmo momento há outros que compartilham da mesma ação de abrir o jornal e encontrar temas que determinado imaginário agrupou nas suas páginas. E essa constatação os une, diferentes leitores, enquanto comunidade:

O significado dessa cerimônia de massa – Hegel observou que os jornais são, para o homem moderno, um substituto das orações matinais – é paradoxal. Ela é realizada no silêncio da privacidade, nos escaninhos do cérebro. E no entanto cada participante dessa cerimônia tem clara consciência de que ela está sendo repetida simultaneamente por milhares (ou milhões) de

pessoas cuja existência lhe é indubitável, mas cuja identidade lhe é totalmente desconhecida. Além disso, essa cerimônia é incessantemente repetida a intervalos diários, ou duas vezes por dia, ao longo de todo um calendário. Podemos conceber uma figura mais clara da comunidade imaginada secular, historicamente regulada pelo relógio? Ao mesmo tempo, o leitor do jornal, ao ver réplicas idênticas sendo consumidas no metrô, no barbeiro ou no bairro em que mora, reassegura-se continuamente das raízes visíveis do mundo imaginado na vida cotidiana. A ficção se infiltra contínua e silenciosa na realidade, criando aquela admirável confiança da comunidade no anonimato que constitui a marca registrada das nações modernas (ANDERSON, 2008, p. 68).

No caso do *Linha Popular*, esse calendário ao longo do qual a edição do jornal é válida se estende: não é um dia, uma manhã ou uma tarde, mas toda uma semana. Além disso, não são milhões de pessoas que o leem: sua tiragem é de apenas dois mil exemplares. Essas características, de pequenez e proximidade geográfica, me parecem indicar uma concepção de comunidade ainda mais intensa do que as unidas por uma ideia de nacionalismo – das quais Anderson trata diretamente. Apesar de empregar o termo comunidades imaginadas, Anderson não questiona a autenticidade do vínculo comunitário – ainda que construído a partir de sistemas e representações que configuram um imaginário – entre os membros da comunidade em questão. Sobre esses vínculos, Anderson afirma serem de uma **legitimidade emocional profunda**.

Na intenção de responder às perguntas elaboradas no contato com o objeto empírico desta pesquisa, interrogo o jornal a partir dos registros que faz do passado da cidade e das memórias de seus habitantes.

O que motivou a escolha do *corpus* foi uma ideia prévia de que essas narrativas, além de evidenciarem elementos da invenção de uma comunidade entre o jornal, seus leitores e sua cidade, também resguardam em si a possibilidade da transmissão de experiências. A partir da leitura de Benjamin (2012), percebo a memória como garantia da identidade e lastro da experiência. A possibilidade de configurar e transmitir experiência se dá a partir da memória, ao passo em que a incapacidade de narrar está diretamente ligada à incapacidade de recordar (*ibidem*).

A questão da memória é importante aqui em diferentes aspectos. Camboriú pode não ser mais como eu a conheci, mas esse conhecimento está fixado e enraizado em mim. Não posso descartá-lo ou ignorá-lo. Nesse sentido, o trabalho de pesquisa interpenetra-se constantemente por um movimento de memória que também é meu. É inevitável que a presença do observador interfira na percepção do objeto; no entanto, procuro manter o rigor científico nas observações elaboradas no decorrer da investigação. Assumo, porém, minhas subjetividades, que invariavelmente atuam sobre as leituras que faço do *Linha Popular*.

A investigação de Silva (2009), nas relações que encontra entre memória e imaginário, ajuda a compreender a importância da dimensão da memória nas configurações dessas comunidades imaginadas. A autora identifica, a partir de suas leituras, a memória dos indivíduos em suas relações com os grupos de convívio e também em suas ficcionalidades: a memória é “pretérito imperfeito”, pois se confunde com as memórias de outros, que nos contam do acontecimento vivido, e também com nossas próprias impressões, que ressignificam as vivências passadas². É nesse sentido que Benjamin (2012) afirma que a narrativa da memória não diz da vida como de fato foi, mas como é rememorada por quem a viveu.

Essa concepção da memória – tanto em sua dimensão coletiva, como centro magnético do grupo, quanto em seu potencial de atribuição de significados sempre a partir do presente da recordação –, sugere algumas possibilidades para pensar o caso do *Linha Popular* de Camboriú: agrupar memórias da cidade, na atualidade da cidade, é invariavelmente diferente do que o seria em outros momentos do tempo (do que o seria, talvez, na Camboriú da minha infância). Essas memórias, evocadas no agora, olham para o passado a partir das configurações desse agora. E nesse olhar, o passado recordado e o instante vivido no “*actus*

² “Ao visitarmos um lugar onde vivíamos quando criança, quanta surpresa! Alguns detalhes nos trazem de volta emoções que nem sabíamos guardadas. Por outro lado, que sensação de desengano! A velha mangueira que parecia enorme e frondosa é apenas uma árvore discreta; o riacho que poderia nos levar em águas perigosas descansa tranquilo em seu leito raso; o caminho que nos levava da casa à escola, tão longo, não passa de um pequeno trajeto sob os largos passos de agora; aquele vestido de menina inesquecível, reluzente na memória com suas grandes bolas vermelhas, é descrito agora pela mãe à menina já adulta como feito de bolinhas vermelhas. Tudo que era tão grandioso aos olhos de nossa pequena estatura, de nossa pouca consciência, em nossas mãos, tudo que era o pretérito perfeito transforma-se na revisita feita pelo presente, ganha imperfeição. Quando o corpo de criança assim registrou era assim de fato para ela ” (SILVA, 2009, p. 140).

purus da própria rememoração” (BENJAMIN, 2012) se atualizam mutuamente.

Sobre as histórias e memórias presentes no jornal, é importante compreender que são selecionadas e tratadas a partir do processo jornalístico. Correspondem às pautas em que estão inseridas e às intenções do jornal, que é uma empresa e atua segundo as leis do mercado: há um processo de identificação e também de seleção do que é noticiável, do que se presume interessar aos leitores e, portanto, fazer com que consumam o jornal.

Na intenção de compreender, a partir das narrativas de memória e registros do passado, os vínculos que o jornal *Linha Popular* estabelece com a comunidade para a qual se dedica – e, nesses vínculos, a constituição de uma comunidade imaginada – essa pesquisa divide-se em três capítulos. O primeiro dedica-se a comentar os atributos do jornal do interior e do cenário em que atua: a cidade do interior. Nele, além de delimitar alguns dos conceitos que orientam o movimento da pesquisa, também descrevo características do *Linha Popular* e da cidade de Camboriú, enquanto palco de conflitos entre tradição e modernidade.

O segundo capítulo configura-se como uma discussão teórica. Volta-se para os conceitos de memória e experiência, a partir de Walter Benjamin, com a intenção de compreendê-los isoladamente e também em suas possibilidades de relação com o jornalismo de interior. É a leitura de Benjamin, principalmente a partir de suas teses “Sobre o conceito de história”, que condiciona o olhar da pesquisa. A partir dela, a interrogação ao objeto ganha outras dimensões: preocupa-se com as representações de cultura a partir do seu negativo, do que é ignorado e rejeitado em virtude de uma história oficial, ou da consolidação de determinadas identidades. Seligman-Silva (2009) argumenta que, sob o olhar de Benjamin, a cultura é transformada em documento e toda ela pode ser lida como testemunho da barbárie: “sua teoria da história e da cultura descortina o passado e suas ruínas, sobre as quais construímos nosso presente, como um único e gigantesco arquivo” (SELIGMAN-SILVA, 2009, p. 51). É justamente na perspectiva de que seja um documento de cultura – e ao mesmo tempo, portanto, um documento da barbárie, que se investiga o jornalismo local no contexto dessa pesquisa. Os documentos da cultura são de suma importância para Benjamin (principalmente os pequenos, rejeitados pela historiografia oficial e ausentes no enredo dominante da história). É através da acumulação deles, num movimento semelhante ao do catador e colecionador de papéis, que o historiador recolhe as evidências necessárias para apresentar “ao tribunal da história”. O caráter revolucionário da investigação da história em Benjamin indica para um

caminho de redenção da violência que marca o desenrolar da história e a passagem do progresso³.

Nesse sentido, o pensamento benjaminiano interessa aqui como método, porque condiciona o olhar. Suas reflexões a respeito de memória e experiência (em oposição ao conceito de vivência) também são de caráter revolucionário, integrando-se à proposta que faz à narrativa historiográfica, conforme Seligman-Silva (2005): “A obra de Benjamin funda uma modalidade de relacionamento com o histórico que visa transformar justamente essa vivência – que apenas submete, coloniza e domina os aparatos sensorial e cognitivo do homem – em uma experiência (*Erfahrung*) de indivíduos livres”. É nesse contexto que Seligman-Silva extrai de Benjamin a constatação de que a historiografia tradicional deveria ser minada e redesenhada pelo trabalho da memória (2005, p. 124).

Featherstone (2000) aborda outro elemento do método benjaminiano que interessa a essa pesquisa: a sua relação com a cidade. Segundo ele, Benjamin não somente investiga a cidade e tenta extrair dela o sentido da vida urbana na modernidade, mas a cidade é também o princípio organizador do seu material. Nesse sentido, define um método de leitura da cidade enquanto texto que chama de *flânerie*. Featherstone fala da necessidade de examinar a passagem da cidade como texto para a cidade como dado:

A cidade não deveria, então, ser vista apenas como um objeto de investigação, como um lugar essencial para entender a natureza das formas contemporâneas de sociabilidade e experiência: ela é também um dispositivo metafórico que marcou profundamente o desenvolvimento conceitual no Ocidente (FEATHERSTONE, 2000, p. 190).

³ “Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Nele está desenhado um anjo que parece estar na iminência de se afastar de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, seu queixo caído e suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu semblante está voltado para o passado. Onde *nós* vemos uma cadeia de acontecimentos *ele* vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as arremessa a seus pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que o anjo não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele volta as costas, enquanto o amontoado de ruínas diante dele cresce até o céu. É a *essa tempestade* que chamamos progresso” (BENJAMIN, 2012, pp. 245-246).

A partir dessas perspectivas, organizadas nos dois primeiros capítulos, dedico a terceira – e mais extensa – parte desse trabalho à observação das memórias e histórias extraídas do *Linha Popular*. A escolha do material de análise orientou-se pelo traçado de vínculos entre as histórias, as pessoas e a cidade que habitam. Nessa perspectiva, observo cinco cadernos especiais produzidos em comemoração ao aniversário da cidade ao longo dos últimos anos. A intenção de falar da cidade a partir de seu passado – e do passado de seus moradores – ficou evidente nesses cadernos, explicitada nos temas escolhidos, nos títulos que receberam e nos editoriais que os acompanharam.

Outra parte do jornal com a qual escolhi trabalhar foi a seção *memória*. Trata-se de uma novidade, implementada em dezembro de 2013 juntamente com um novo projeto gráfico do *Linha Popular*. Nessa seção, o jornal veicula semanalmente uma foto antiga do município e/ou de moradores acompanhada de um parágrafo descritivo, no qual cita a data da fotografia, o lugar e as pessoas retratadas.

Por último, dedico-me a observar os perfis. O *Linha Popular*, desde sua primeira edição, trabalha com a veiculação semanal do perfil de um de seus moradores. O espaço é nobre no jornal: ocupa uma página inteira, sem publicidade e quase sempre colorida. No perfil, o jornal conta parte da história de vida da pessoa num movimento da sua memória, mas a partir das intersecções dessa memória individual com a história da cidade. Falo dos perfis enquanto potencialidade de transmissão de experiências, porque além de se articularem a partir da memória do entrevistado, extraem dela um ou mais ensinamentos, que remetem a uma sabedoria de ordem moral. Articulam-se em torno da ideia de honestidade, de trabalho duro, de envolvimento político, de generosidade, de superação de dificuldades e sofrimentos.

Entendo que tratar do *Linha Popular* de Camboriú, com sua tiragem de apenas 2 mil exemplares, não é tratar do jornalismo de interior como um todo. Essa pesquisa, dentro das suas potencialidades e limitações, debruça-se sobre uma experiência particular em uma cidade específica. A intenção é que esse relato sirva como registro da experiência em questão e, também, que possa auxiliar outros movimentos de investigação que se dediquem a temas semelhantes: as relações entre os jornais locais, as cidades pequenas, as comunidades imaginadas e os caminhos da memória.

1. IMPRENSA DO INTERIOR: A VOZ DA NOSSA CIDADE

Luiz Beltrão (2013) definiu a imprensa interiorana como a voz jornalística da nossa cidade. A afirmação data de 1962, mas se mantém válida: é impossível pensar o jornal do interior sem levar em consideração a sua relação com a cidade ou comunidade para a qual se dedica. Segundo Beltrão, a importância deste tipo de imprensa deve-se ao fato de que ela “reflete a vida do povo que nunca está ocupado demais para cumprimentar o conhecido ou o forasteiro” (p. 23), que se interessa pelos acontecimentos que o cercam – principalmente quando observados da perspectiva humana –, porque conhece as pessoas envolvidas. A rádio, a televisão e a grande imprensa metropolitana informam sobre o que se passa no mundo afora, mas é apenas na imprensa local, com seus diários, semanários e “de-vez-em-quandários”, que o morador da cidade pequena acessa a informação que diz respeito ao seu cotidiano. A esta relação de proximidade, Beltrão atribui o fato de que o leitor confere mais receptividade e confiança aos órgãos da imprensa local.

Para os grandes meios de comunicação de massa, a pauta local dificilmente tem valor de notícia. De maneira geral, da cidade do interior interessam casos especiais, sejam eles fatos sensacionalistas de fundo político ou grandes tragédias, como aponta Peruzzo (2013) ao citar a repercussão internacional do incêndio na boate Kiss, em Santa Maria, cidade do interior do Rio Grande do Sul, em janeiro de 2013.

A realidade que o habitante da cidade interiorana observa nos jornais de grande porte é apenas virtualmente sua. A taxa Selic o afeta menos diretamente do que o aumento no IPTU. A cotação do dólar o afeta menos diretamente do que a construção de um parque industrial em sua cidade. Bueno (2013) define a imprensa do interior como cumpridora de uma importante função comunitária. Sua função é justamente essa: levar aos seus leitores informações, fatos, pessoas ligadas ao município onde circula. O jornal do interior preenche o vazio deixado pelos grandes meios de comunicação e, ao fazer isso, integra-se umbilicalmente à comunidade (*idem*, p. 58). Na prestação de serviços e no fluxo de informações referentes à vida urbana, o jornal do interior auxilia no exercício da cidadania, na adaptação das pessoas às instituições. Na exposição de figuras locais e tradições, reforça afetividades entre o indivíduo e a cidade. Ainda assim, como aponta Bueno, sofre preconceito oriundo tanto dos que estão inseridos no mercado da comunicação quanto da academia. Para o autor, não se pode negar o fato de que, através dos manuais de redação e contato com profissionais da grande imprensa, as universidades

condicionam o estudante de comunicação a rejeitar o jornalismo praticado no interior. A tendência é vê-lo como superado ou decadente.

Para os alunos, eles [jornais do interior] representam um retrocesso no processo de produção jornalística, um universo que está perdido no passado, um exemplo de provincialismo e de subdesenvolvimento profissional ou mesmo cultural. Para os professores, constituem um modelo caduco do processo jornalístico, que não incorporou as tendências modernas deste ramo de negócios. Para os profissionais, configuram um mercado que não propicia remuneração compensadora, nem *status* (BUENO, 2013, p. 60).

A pouca valoração atribuída ao jornal do interior estende-se também ao campo científico da pesquisa em Comunicação. Muitos pesquisadores ainda desconsideram sua relevância como objeto de estudo. Peruzzo e Assis (2013) consideram pequena a quantidade de pesquisas dedicadas ao tema. De acordo com levantamento de Assis (2013), apesar de os jornais de cidades situadas fora dos limites das capitais existirem no Brasil desde a primeira metade do século XIX, o jornalismo praticado nesse cenário tem merecido estudos esporádicos ou parciais, portanto pouco abrangentes. Estas pesquisas careceriam, muitas vezes, de conceituações e olhares atentos sobre o contexto social em que esse tipo de jornalismo se insere – o que o autor chama de aspectos conjunturais, que viabilizariam um melhor entendimento sobre os fenômenos (econômicos, sociais, culturais...) que envolvem a prática jornalística no interior.

Dornelles (2013) é uma das pesquisadoras da atualidade que se posiciona em defesa do jornalismo do interior. Para ela, a bibliografia que se dedica ao jornalismo interiorano, além de ser pouca em quantidade, também carece de qualidade e acuidade, pois desconsidera a importância desse tipo de imprensa para a comunidade à qual se dedica e não trata com profundidade dos seus modos de produção. Sua defesa sustenta-se na noção de um importante papel social, desempenhado na comunidade, e também na concepção de que uma série de fatores (como o avanço das tecnologias, a criação de novas escolas de Comunicação Social em várias cidades interioranas, a inclusão da sociedade na era digital) tem viabilizado o aumento gradativo da qualidade dos jornais de interior; além do seu fortalecimento, que prevê que se intensifique nos próximos anos.

Esse panorama evidencia o preconceito e o desconhecimento existentes, mesmo dentro da cultura profissional, sobre a realidade do jornal do interior. Estudantes, professores e jornalistas inseridos no mercado conseguem perceber claramente que há uma diferenciação drástica entre o conteúdo e a estrutura econômica do jornal do interior em comparação com a grande imprensa. No entanto, parecem desconsiderar que tal diferenciação é indissociável do contexto em que esses veículos estão inseridos. De fato, é infecundo falar sobre o jornal do interior sem pensar no cenário em que ele atua: a cidade do interior.

Para melhor delimitar o campo de estudos que tem como objeto a imprensa interiorana, Assis (2013) preocupa-se em delimitar o conceito de interior. Polissêmico, o vocábulo é ligado a um contexto geográfico. De acordo com o dicionário Michaelis: 1) “parte central de um país, por oposição às suas fronteiras”; 2) “parte interna do país por oposição à costa ou litoral”; 3) “o próprio país, por oposição aos países estrangeiros”. Com base na leitura que faz sobre o que denomina de imprensa do interior, o autor aponta que ainda que muitos estudos não utilizem essa nomenclatura, todos dizem respeito a um tipo específico de imprensa que se configura em espaços distantes dos grandes centros urbanos. A partir disso, define o conceito:

Podemos dizer, então, sem medo de cometer equívocos, que *interior* na pesquisa acadêmica sobre a imprensa – e mesmo no chamado senso comum –, consiste em território que não o das capitais e o qual pode estar situado tanto na parte interna das unidades federativas, quanto no litoral e na fronteira entre estados (províncias, em alguns casos) ou na divisa de países (2013, p.14).

Sobre a cidade interiorana, palco do tipo de imprensa a que este trabalho se volta, sabe-se que tem menos de 100 mil habitantes. Sua pequenez, no entanto, não diz respeito ao tamanho de seu território. Refere-se mais à densidade demográfica, ao seu desenvolvimento, às possibilidades de vivência de que dispõe. Ainda que venha a se comunicar, em suas fronteiras, com grandes centros urbanos, possui uma rede de relações próprias, que os próximos parágrafos se dedicam a comentar.

1.1. Vivências na cidade pequena

No campo das ciências sociais e dos estudos culturais não faltam pesquisas que se dedicam a mostrar a cidade como um lugar povoado por imaginários. A noção que se cria é a de que a cidade é um lugar antes de tudo imaginado. Estatísticas sobre população, densidade demográfica, taxa de mortalidade infantil e analfabetismo, tudo isso faz parte da representação que se tende a criar dela. No entanto, essa composição vai além: inclui mitos e significações partilhadas; inclui, também, representações culturais e relações humanas. Ao traçar uma concepção da cidade do interior, levam-se em consideração informações do recenseamento, mas também – e talvez com mais força – do seu imaginário; da história que conta de si.

Bourdieu (1998) atribui a identidade dos grupos sociais às representações mentais constituídas e legitimadas entre eles. É a partir destas representações, partilhadas, que os indivíduos se reconhecem como pertencentes a determinado grupo, classe social, comunidade, nação. A memória é uma das esferas que dá conta de atribuir significados a essas representações mentais. O imaginário da cidade pequena, como qualquer outro, está a todo o tempo perpassado pela questão da memória, seja ela individual (se é que é possível que alguma memória seja posse exclusiva de um único indivíduo) ou coletiva. Noções como a de identidade cultural e um fazer histórico no espaço-tempo urbano estão perpassadas pela ideia da memória. Como explica Nogueira (1998), no âmbito da cidade a memória entrecruza pares de opostos: “indivíduo/sociedade, significante/significado, sujeito/objeto, objetividade/subjetividade, combinando-os segundo sua própria lógica e reordenando-os nas malhas do tempo sincronístico, mítico, arquetípico e do espaço qualitativo”. Nesse contexto, que se preocupa com o imaginário da cidade, não é possível separar o ser que recorda do espaço habitado por ele em suas recordações: existe nessa relação uma determinada “topografia móvel” (BOLLE, 2000) que se configura pela intersecção entre os afetos do narrador e as ruas da cidade narrada. Não importam as ruas e as praças da cidade por si, mas sim como representações simbólicas: o que importa é o significado atribuído a estes locais partir da experiência coletiva de quem os ocupou.

Nesta pesquisa, falo de Camboriú, considerada aqui uma cidade interiorana, próxima ao litoral norte catarinense. Como aponta Peruzzo, estudos de caso, “ao sistematizarem relatos e análises sobre experiências relevantes de imprensa, contribuem para a geração de sistemas de informações e de conhecimento sobre diferentes iniciativas de mídia

interiorana” (2013, p. 10). O pressuposto desta pesquisa reside na constatação de que, nesse tipo de cenário, o jornalismo configura-se de maneira singular porque a experiência humana também o faz. Trabalho aqui com a noção de que ainda hoje, e apesar dos avanços tecnológicos, a vivência nessas pequenas localidades difere da das grandes metrópoles.

Simmel (2005) define a impessoalidade como sintoma da metrópole, da modernidade avassaladora que jamais chegou a algumas cidades. Dessa constatação, conceitua o caráter *blasé*: trata-se de uma indiferença ao outro que surge tanto como proteção da psique (à grande quantidade de estímulos que a velocidade da vida e as demandas de consumo criam) quanto por medo dos indivíduos desconhecidos e possivelmente ameaçadores com os quais se cruza nas ruas. Na cidade do interior, o caráter *blasé* pode até mesmo existir, no entanto, as condições para desenvolvimento de tamanha impessoalidade não são tão propícias quanto na metrópole. Nessas pequenas e pouco desenvolvidas cidades, com seus comércios familiares, mercearias, práticas agrícolas, os estímulos sensoriais são finitos (não há tantas vitrines e outdoors, não há o barulho do motor de automóveis circulando em altas velocidades ou buzinando no engarrafamento constante).

O caráter singular da experiência na cidade pequena também pode ser percebido no modo como seus habitantes se relacionam com o território ocupado. O resguardo das subjetividades relacionadas à história e, ao mesmo tempo, à geografia do local, diz respeito ao que Castells (2010) vem chamar de *espaço de lugares*. A concepção do *espaço de lugares* refere-se à configuração da experiência comum de maneira historicamente fixada no espaço ocupado. As modificações mais drásticas nos modos de vida na atualidade, viabilizadas pelos avanços tecnológicos, possibilitaram o que Castells chama de reconfiguração de espaço e tempo (principais dimensões da vida humana). De acordo com o autor, nosso século é marcado por uma transformação qualitativa da experiência humana em que as relações passam a independender do território ocupado. Os conceitos de local e de proximidade se reconfiguram: nas redes horizontais do *espaço de fluxos*, a experiência humana independe do espaço físico. Passam a existir comunidades configuradas por interesses afins (como o interesse por uma série de televisão, por exemplo), mas que são constituídas por indivíduos distantes fisicamente e muitas vezes de sistemas culturais variados – o que inclui a diferença linguística, que também deixa de ser necessariamente uma barreira.

A tendência é que o *espaço de fluxos* substitua o *espaço de lugares* na era da Sociedade em Rede. Não obstante, Castells destaca que em sociedades com traços tradicionais essa substituição não se realiza

completamente: vive-se primordialmente em lugares e, portanto, os indivíduos percebem ainda seu espaço com base no lugar.

A discussão sobre a desterritorialização é um dos efeitos da revolução tecnológica que marcou as últimas décadas. Discute-se muito a ideia de que o espaço se esvaziou e de que o mundo já não possui fronteiras. Para Ortiz (1996), porém, tais afirmações são carregadas de significações por demais fatalistas, sugerindo que se vive em uma espécie de falimento terminal. Independentemente do rumo a que as sociedades se dirijam e das possibilidades para a configuração da experiência humana na atualidade, a constatação comum é a de que nosso tempo é marcado por certa desorientação, ou instabilidade das estruturas sociais. De acordo com Castells,

a sensação de desorientação é formada por mudanças radicais no âmbito da comunicação, derivadas da revolução tecnológica nesse campo. A passagem dos meios de comunicação de massa tradicionais para um sistema de redes horizontais de comunicação organizadas em torno da internet e da comunicação sem fio introduziu uma multiplicidade de padrões de comunicação na base de uma transformação cultural fundamental à medida que a virtualidade se torna uma dimensão essencial da nossa realidade (2010, p. 11).

Constatado o momento de crise, acredita-se aqui que as diferenciações entre o local e o global, e entre a cidade pequena e a metrópole, devem ser levadas em conta quando se propõe investigar fenômenos da modernidade a partir de seus documentos de cultura. Nessa perspectiva, é possível observar que a atualidade transformou a cidade pequena em um ambiente que se configura pela confluência entre aspectos da modernidade e da tradição. Levam-se aqui em conta as definições de Giddens (1991), para quem a tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço através do qual se insere qualquer atividade ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro – os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes. A modernidade, em oposição a isso, caracteriza-se pela mudança rápida e permanente dessas práticas sociais.

A modernidade é uma corrente de força reconhecida. No entanto, em sociedades que compartilham de uma identidade comum, a tradição também se apresenta como força significativa. Como argumenta Porto (2005), a globalização – que age no sentido de universalizar a cultura –

acaba tornando-se responsável por reforçar a perspectiva local. Por meio da tradição e da memória coletiva de seus habitantes, o local reforça características singulares que o identificam e distinguem diante do outro com que faz fronteira.

Essa noção foi defendida por Badie (1995), que atribui à desorientação territorial uma ligação simultânea com as pressões identitárias. Para ele, global e local são diversas vezes solidários um ao outro. Isso porque o global impulsiona no local uma certa ativação de identidades (culturais, religiosas, étnicas...), como resposta à modernização. O identitarismo, nesse sentido, atua como “um substituto para as identidades forçadas, para as pertencas programadas, para as relações de obediência que não são portadoras nem de sentido nem de vantagens materiais assinaláveis” (*idem*, p. 251).

Importa dizer, porém, que esta preservação da tradição na cidade pequena diante do mundo globalizado não é automática ou necessariamente instintiva: como defende Halbwachs (2006), a preservação do grupo, tal como o é, depende da existência de uma memória coletiva que encontre possibilidades de perdurar; depende da existência de lugares de memória. Tais locais podem ser patrimônios arquitetônicos ou naturais, hábitos culturais, tudo o que habita a tradição, possuindo alguma significação partilhada por aqueles que povoam a cidade.

As cidades interioranas da atualidade se apresentam como lugar privilegiado para observar o conflito entre tradição e modernidade. Há singularidades a serem observadas ao considerarmos que cidades pequenas possuem uma anatomia própria, que difere das grandes metrópoles. Servir de palco para uma experiência da modernidade não significa que caminha – a cidade pequena – rumo ao mesmo progresso já obtido pelas grandes capitais do mundo globalizado. Ou seja, que o fluxo da modernidade encaminha todos os indivíduos e territórios ao mesmo destino, universalizado. A cidade do interior possui um organismo próprio, composto por sistemas de relações, significados e subjetividades que muitas vezes se distinguem da metrópole. A liberdade individual, como constatou Simmel, é vigiada pelo grupo: para ele, a metrópole ao viabilizar a indiferença e impessoalidade, também serve de espaço para um exercício maior de liberdade do indivíduo. O modo como os corpos se movimentam, se cruzam e se vigiam na cidade interiorana é outro. Com essa concepção em mente, escrevo sobre Camboriú.

1.2. A cidade Camboriú

Próxima ao litoral norte de Santa Catarina, Camboriú possui atualmente pouco mais de 70 mil habitantes. O rio Camboriú a separa da cidade turística Balneário Camboriú – as duas cidades já foram uma, mas se emanciparam em 1964. Balneário Camboriú ficou com as praias e Camboriú, com o interior. Da área de 212,344 km², grande parte de Camboriú constitui-se de Mata Atlântica pouco tocada. O restante do município divide-se entre uma pequena zona urbana e uma larga área rural. Como em muitas cidades semelhantes, apesar do desenvolvimento ser perceptível no asfalto que tem tomado conta das estradas de barro e nas indústrias que aos poucos surgem no município, sua economia ainda se baseia na agropecuária e – principalmente – em comércios e demais prestações de serviço. De resto, muitos moradores camboriuenses encontram trabalho nas cidades vizinhas, tais como Balneário Camboriú e Itajaí, ambas com maior densidade demográfica e melhores índices de desenvolvimento humano por município (IDHM)⁴.

Ao lado de suas vizinhas, Camboriú se mostra por demais campesina e provinciana. A cidade começou a ser povoada em 1758 por moradores vindos da província de Porto Belo, à qual pertenceu. Conhecida como vila, foi apenas em 1849 que Nossa Senhora do Bom Sucesso de Camboriú tornou-se distrito. Mais tarde, em 1884, ganhou o título de município. No entanto, seus moradores e visitantes muitas vezes ainda a chamam de vila ou por outros apelidos que enfatizam sua pequenez: Vila Camboriú, Vila das Pedras – minério que já foi abundante no solo da cidade –, Camboriú Velho, Cambréia. A palavra Camboriú é de origem tupi-guarani e significa “aparelho de mamar” (seio), em alusão ao relevo conhecido como Pedra Branca, facilmente observado por quem trafega no município (REBELO, 2006).

Não diferente de tantas sociedades com traços tradicionais que ainda perduram em muitas regiões do país, a história do povo camboriuense é repleta de causos. Há o do amigo que matou o compadre por causa de uma piada de corno. A da Eva, moradora que perseguia homens na praça da cidade. A do outro assassino, que usou como arma uma bola de bocha. Há, também, o caso do comerciante mal humorado que destratava os clientes e recusava-se a vender a quem pedisse por desconto. A tragédia da criança que caiu na plantação de arroz e morreu afogada. A do filho de escravos que ainda vive no interior da cidade. A do homem que teve mais de trinta filhos, todos muito semelhantes, que

⁴ www.ibge.gov.br

batem de porta em porta pedindo auxílio aos demais moradores da cidade. O do bebê que caiu da carroça na mudança de uma família que saiu de Apiúna na década de 1940, rumo a Camboriú. Com disposição para ouvir, em pouco tempo de conversa com um morador antigo é possível entrar em contato com as mais diversas histórias, todas povoadas pelas marcas da oralidade. Poucas registradas no papel e guardadas, de fato, para a futura consulta de algum interessado. Não obstante, tais histórias demonstram ser de posse de todos, memórias coletivas daquela comunidade.

No que diz respeito à organização do espaço urbano de Camboriú, como em muitas cidades povoadas por praticantes da religião católica, a matriz da igreja – construída em 1938 – ocupa posição central. Todo o resto se ergue ao seu redor. Próxima à igreja, a prefeitura é uma construção robusta, inteiramente levantada com blocos de granito. O granito também substituiu o chão de terra batida e os bancos de madeira na Praça das Figueiras Centenárias, atrás da igreja. Um pequeno palco foi instalado no centro da Praça e, a partir disso, ela passou a receber festas municipais de quando em quando. No entanto, seus dias ainda pertencem aos idosos que jogam dominó nas mesas de mármore e suas noites pertencem aos jovens que, desde a década de 60, se encontram nela para conversar, beber, namorar. A mudança mais drástica parece ter sido a disponibilização de acesso sem fio à Internet, que colocou indivíduos com seus tablets, notebooks e smartphones nos bancos da praça durante dias e noites.

Na sua larga porção de Mata Atlântica pouco tocada, estradas de terra e cachoeiras se mantêm preservadas. A trilha para o Pico da Pedra representa importante ponto de turismo ecológico na cidade.

Ascendendo pela estrada de Congonhas, passando pela pedreira de extração de mármore da Empresa Guarneri, subindo por uma trilha íngreme até o ponto mais alto do Município de Camboriú chegue ao Pico da Pedra. Para se chegar ao topo da montanha é necessário uma caminhada de aproximadamente uma hora e trinta minutos. O Pico da Pedra fica a 18 quilômetros de Camboriú e também é conhecido como Pedra da Gurita. É considerado um dos melhores picos para os amantes da prática do Montanhismo, Rappel e Voos Livres. O local pertence ao Município de Camboriú, no que tange a localização geográfica e foi ponto de observações do Exército Brasileiro

durante a II Guerra Mundial. Do alto do Pico da Pedra existe uma visão privilegiada do litoral Catarinense, destacando-se as praias de Balneário Camboriú e Itapema, além das Foz dos Rios Itajaí e Tijucas. O Pico da Pedra encontra-se a 678 metros de altitude⁵.

A cidade também mantém algumas festividades religiosas. Entre elas, a Festa do Divino, que é comemorada com feriado municipal. No caminho por onde passa o seu cortejo, composto por Imperador e Imperatriz – sorteados entre crianças da cidade – e sua corte, montada por qualquer um que queira participar e esteja disposto a pagar o valor dos trajes festivos, os moradores têm como costume enfeitar as janelas e sacadas de suas casas com as cores vermelho e branco. Há 32 anos, as religiões neopentecostais também ganharam uma festa na cidade: o congresso dos Gideões Missionários da Última Hora. Conhecido entre a comunidade como Gideões, a celebração é anual, dura 10 dias e traz cerca de um milhão de pessoas a Camboriú, segundo estimativas da organização⁶.

Todos esses elementos – causos da história oral, patrimônios naturais e arquitetônicos, festas municipais – contribuem para uma concepção da pequena Camboriú como cidade que se constitui sob o signo da tradição. No entanto, em suas margens, mas também distantes da área rural, conforme sua população aumenta, conjuntos habitacionais e loteamentos se erguem, modificando a paisagem. Essas modificações também são sintomas dos tempos. Nos últimos anos, a população aumentou significativamente (de 62 mil em 2010 para 70 mil em 2013, segundo informações do IBGE).

A maior parte da população se concentra no Centro e nos bairros que rodeiam a região central do município. Dessas localidades periféricas, o Distrito do Monte Alegre configura-se como a mais significativa para esta pesquisa. É lá que o confronto entre cultura e natureza foi mais agressivo. A povoação veloz e caótica abriu sulcos nos morros, que se transformaram em favelas. O êxodo rural, principalmente do interior do Paraná, levou muitas famílias para a localidade. Talvez o interesse pela região tenha a ver com o fascínio que Balneário Camboriú exerce. A cidade turística, com suas belas praias e promessas de emprego –

⁵ Descrição extraída do site do jornal Diarinho, que cobre a região (<http://www.diarinho.com.br/>).

⁶ <http://www.gideoes.com.br/>

principalmente durante a temporada de verão – faz divisa com essa que é a periferia de Camboriú.

O distrito do Monte Alegre é composto pelas localidades de Taboleiro, Várzea do Ranchinho, Monte Alegre e Conde Vila Verde. Ainda é possível observar esparsas porções de verde entre a arquitetura da pobreza que se ergueu ali. São vestígios da floresta e das várzeas que dominavam aquele território. Acontece de um bugio invadir alguma casa e ser alimentado por algum morador ou caçado por outro. Ali, o processo de urbanização levou o homem de hóspede da natureza⁷ para seu senhorio, num movimento que aponta para o fato de que, em breve, o concreto talvez domine por completo a paisagem e não haja mais árvores nem bugios.

No Distrito é registrada a maioria das ocorrências policiais do município. Em 2010, um relatório da Organização das Nações Unidas apontou Camboriú como pior cidade da região para se viver, com base no índice de desenvolvimento urbano por municípios (IDHM). Tráfico de drogas, violência sexual, roubos e homicídios ocorridos no Monte Alegre diariamente aparecem nas páginas dos jornais que cobrem a região. Esses registros, parece, ajudam a solidificar a representação do local enquanto favela e periferia, como um lugar de medo, insegurança e barbárie.

Em contraste com o restante da cidade, o Distrito do Monte Alegre é um lugar novo, de pouca memória. Parece ser a porção de Camboriú que mais se aproxima da cidade moderna, porque reside sob o signo da concentração. Sobre essa cidade, Silva comenta:

O espaço urbano, expressão maior dos processos civilizatórios, acentua sempre a imagem da concentração. Junto ao aglomerado da população, concentra-se a política, o direito, a ciência, a religião, a arte, a arquitetura, o sindicato, a filosofia, a tecnologia, os meios de comunicação, o trânsito, a violência, o barulho, a construção, a demolição, a ruína, o dinheiro, o mercado, a corrupção, o real, o virtual, a multidão e a solidão. A grande cidade é excessiva em sua natureza. Com a nova ordem mundial, ela passa a concentrar ainda mais e maiores conflitos, contradições, paroxismos

⁷ Henry Thoreau, em “A vida nos bosques”, escreve que a absoluta simplicidade e despojamento da vida que o homem levava nos tempos primitivos tinham pelo menos a vantagem de deixá-lo ser hóspede da natureza.

e paradoxos. Em suas sístoles e diástoles ela se constrói se destruindo (2009, p. 97).

Camboriú não é uma cidade grande e, pelas pistas que dá, nunca foi inteiramente moderna. Sua grande e violenta periferia destoa do movimento lento de seu centro provinciano, pautado pelo badalo do sino da igreja. Trata-se de um cosmos peculiar, esse município: sua composição engloba zona rural, floresta, vestígios pós-coloniais, provincianismo, lugares de memória, áreas de povoação desordenada, caos, favela.

Talvez seja possível pensar Camboriú como uma imagem dialética, residente nos limiares entre medo e fascínio, cultura e barbárie, tradição e modernidade, que coexistem sem fronteiras claras. A guerra dos lugares que Arantes (2000) identifica em São Paulo também ecoa em Camboriú, como em tantos municípios com características similares. Trata-se de uma guerra entre identidades: aquelas que já se consolidaram ali através da partilha de memórias, mitos e representações, e as que chegam de fora, com costumes diferentes, desterritorializadas, marginalizadas.

Arantes (2000) trabalha com a hipótese de que a experiência urbana contemporânea propicia a formação de uma complexa arquitetura de territórios, lugares e não-lugares, que resulta na formação de configurações espaço-temporais mais efêmeras e híbridas do que os territórios sociais de identidade. O autor se refere justamente às configurações que se dão às margens de territórios interpretados como expressão de identidades fortemente enraizadas, contrastadas e bem definidas. Seu mapeamento dessa geografia de lugares e não-lugares, que divide não apenas culturas e identidades, mas também classes sociais, parece se assemelhar com o que pode ser observado em Camboriú. Nesse sentido:

Nesse espaço comum, que é cotidianamente trilhado, vão sendo construídas coletivamente as fronteiras simbólicas que separam, aproximam, nivelam, hierarquizam ou, numa palavra, ordenam as categorias e os grupos sociais em suas mútuas relações. Por esse processo, ruas, praças e monumentos transformam-se em suportes físicos de significações e lembranças compartilhadas, que passam a fazer parte da experiência ao se transformarem em balizas reconhecidas de identidades, fronteiras de diferença cultural e

marcos de “pertencimento” (ARANTES, 2000, p. 17).

O autor compreende, porém, que essas ordenações entre grupos, identidades e culturas não se dão através de divisões geográficas e fronteiras claras. Entende os lugares sociais como justapostos uns aos outros, compondo o que chama de gigantesco e harmonioso mosaico. A partir de tal perspectiva, os lugares e não-lugares sociais se superpõem e se entrecruzam de modo complexo, formando zonas simbólicas de transição. Incapazes de serem enquadrados na identidade consolidada que perdura em algumas partes (e para alguns habitantes) da cidade, os atores e cenários destas zonas simbólicas muitas vezes são caracterizados como “culturalmente ambíguos, simbolicamente invisíveis e poluidores”. Nas palavras de Arantes, “mais do que territórios complementares e bem delimitados por fronteiras simbólicas de traçado inequívoco, essas configurações podem ser entendidas como zonas de contato, onde se situa uma ordem moral contraditória” (*idem*, p. 18).

Em Camboriú, assim como em muitos municípios, o bairro ou localidade em que se vive serve como indicação imediata de alguns fatores. A partir dessa informação, é possível inferir sobre proximidade de áreas verdes ou grau de urbanização, qualidade de vida, classe social. De maneira geral, a cidade não parece se dividir entre zona urbana e área rural, como sua geografia pode sugerir, mas sim entre herdeiros de uma cultura pós-colonial, os descendentes de imigrantes europeus ou de escravos, e os que chegaram depois, migrantes recentes, vindos de outros estados. Aos primeiros, é mais fácil atribuir uma identidade coesa, porque esta se exemplifica na história que compartilham uns com os outros e com o território que habitam. Aos últimos, de algum modo renegados e marginalizados, cabe a definição de Arantes: são culturalmente ambíguos.

A última pesquisa⁸ do IBGE sobre mobilidade social data de 1996, portanto há que se ter certo cuidado com seus dados. Informa, porém, que essas famílias que se movem de um local para outro com a intenção de se fixar permanentemente são compostas por adultos com baixa escolaridade, de habilidades profissionais geralmente relacionadas à agropecuária, o que se deve também ao fato de que a maioria parte originalmente de áreas rurais. Esses imigrantes intermunicipais e interestaduais buscam melhores condições de vida, o que inclui a procura por emprego, mas também por lazer, segurança, escola e saúde. Sua intenção, fica claro, é a de se integrarem aos modos de vida da urbe para

⁸ http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/mobilidade_social/

a qual se dirigiram, porque este modo de vida guarda em si a promessa de ser melhor do que o experimentado no lugar de onde emigraram. No entanto, muitas vezes essa intenção não se concretiza por completo, pois se encontram renegados às periferias, essas zonas de temor generalizado, de saneamento básico precário, sujeitas a alagamentos e deslizamentos. O caminhão do lixo não sobe em todos os morros da favela e a cidadania não pode ser exercida por completo por aqueles que nela habitam.

Simmel (2005) propõe que, na tentativa de compreender a alma da cultura, deve-se interrogar o seu corpo. Segundo ele, os mais profundos dilemas da vida são oriundos da pretensão que temos de preservar a autonomia e a peculiaridade de nossa existência frente às superioridades da sociedade, da herança histórica, da cultura exterior e da técnica da vida. Define esta problemática como última reconfiguração da luta com a natureza que o homem primitivo levou a cabo em favor de sua existência corporal. O autor, que se debruça sobre a metrópole moderna de sua época, diagnostica na humanidade uma resistência do sujeito a ser nivelado e consumido num mecanismo técnico-social. Preocupa-se com a vida do espírito, as angústias da alma no ambiente caótico e novo que é a sua metrópole.

Também aqui, busco compreender a vida do espírito. O ambiente é outro, porém: trata-se da cidade pequena da atualidade, tal como Camboriú, com seus conflitos de identidades e contradições. Para tanto, interrogo o jornalismo local enquanto documento de cultura. Nele, através dos registros de memória que veicula, procuro por pistas que apontem para o modo como a experiência se configura, ou ao menos para o modo como o veículo de comunicação de massa representa a configuração de tal experiência.

1.3. O jornal *Linha Popular*

No cenário apresentado, em que a modernização se impõe através das modificações tecnológicas, construções desordenadas, aumento populacional, mas em que também há uma presença evidente da tradição, principalmente vinculada às práticas da vida no campo e heranças da colonização (festas tradicionais, religiosidade, gastronomia, arquitetura), foi criado em Camboriú o seu primeiro meio de comunicação de massa exclusivamente local. O jornal *Linha Popular* foi fundado em fevereiro de 2009 com a proposta de cobrir pautas locais ou de repercussão local. Proposta evidente já em seu *slogan*: “Aqui Camboriú é notícia”. Pertence ao grupo de 66 novos impressos de pequeno público, nascidos em Santa Catarina no período entre 2008 e 2013. Além de não cobrir as cidades

vizinhas, o *Linha Popular* se diferencia qualitativamente de seus concorrentes locais: dois impressos (que não possuem periodicidade fixa, reproduzem *releases* na íntegra, possuem projeto gráfico não padronizado, carecem de profissionais diplomados na área) e uma emissora comunitária de Rádio, de motivação declaradamente religiosa e comandada pela igreja Assembleia de Deus.

Em 2014, o *Linha Popular* foi premiado pela Associação de Jornais do Interior de Santa Catarina (Adjori/SC) como segundo melhor jornal do segmento no estado⁹. No ano anterior, havia conquistado a terceira colocação na premiação. A empresa é resultado da sociedade entre três jovens jornalistas. Naiza Comel, Fernando Assanti e Gustavo Zonta tinham como objetivo ocupar o que acreditaram ser um espaço no mercado da comunicação da cidade. A proposta era produzir uma grande quantidade de matérias, com pauta inteiramente local e que respeitassem a um determinado padrão de qualidade editorial, compartilhado pelos sócios.

Naiza Comel desempenha as atribuições de editora e repórter de política. Tem graduação em jornalismo, com especialização em novas tendências midiáticas e em gestão da comunicação empresarial. Fernando Assanti desempenha as atribuições de caráter administrativo e comercial. Assina coluna sobre política e é responsável pela redação do editorial. É graduado em jornalismo, com especialização em economia e meio ambiente. Gustavo Zonta desempenha as atribuições de diagramador, fotógrafo e repórter de esportes. Também tem graduação em jornalismo e é especialista em fotografia.

De acordo com informações disponibilizadas pela empresa, a divisão de tarefas levou em conta características e afinidades pessoais, já que os três são formados em jornalismo. Atualmente, a equipe é constituída por quatro pessoas. Além dos sócios, a jornalista Stefani Ceolla cobre as editorias de cidade, segurança e geral. Todas as atividades – tanto editoriais, administrativas, financeiras e de distribuição do impresso – são organizadas por esta equipe. Além disso, o jornal também conta com 10 colaboradores (colunistas e chargista), que realizam o trabalho de maneira voluntária, sem remuneração.

Institucionalmente, a empresa assumiu como missão: informar a população de Camboriú com ética e responsabilidade. Como visão: ser uma empresa sustentável, referência em jornalismo local. A empresa também traçou uma série de valores que afirma nortear o desempenho de suas atividades:

⁹ <http://www.adjorisc.com.br/>

- 1) Independência editorial: O *Linha Popular* considera fundamental que demandas comerciais não tenham influência no conteúdo editorial;
- 2) Compromisso com o leitor: A maior responsabilidade do *Linha Popular* é para com os leitores. Entendemos que a continuidade do jornal e seu crescimento só são possíveis com o foco neste cliente;
- 3) Compromisso social e comunitário: O Jornal *Linha Popular* tem compromisso com a comunidade de Camboriú, por isso, está atento às suas necessidades. Além disso, busca apoiar projetos sociais e noticiar ações de entidades;
- 4) Igualdade: Nossa equipe se opõe a qualquer tipo de preconceito – social, religioso ou político;
- 5) Desenvolvimento profissional: O *Linha Popular* entende que os profissionais contratados são parceiros no projeto e indispensáveis para que a empresa atinja seus objetivos¹⁰.

O primeiro investimento financeiro na criação do *Linha Popular* foi de R\$ 15 mil. Considerado um baixo investimento pelos sócios, a decisão foi visar um crescimento lento, mas gradativo. Durante um ano e meio de funcionamento, todo o lucro foi reinvestido na empresa – situação prevista pelos sócios, que mantiveram nesse período outras atividades profissionais, paralelas à sua atuação no jornal. Depois desse período, o lucro passou a ser dividido igualmente em três partes, levando em conta porcentagem para o giro de caixa da empresa.

Quando criado, em 2009, o jornal era distribuído gratuitamente. A partir de análise, a equipe constatou que a venda em banca configuraria uma importante fatia do orçamento da empresa. Deste modo, depois de dois anos e meio de circulação gratuita (com 16 páginas, sendo quatro coloridas), iniciou-se a venda em banca e assinaturas. A mudança na distribuição acompanhou modificações no projeto gráfico, que passou a ter 24 páginas, sendo 12 coloridas. A tiragem de dois mil exemplares é a mesma desde o início da circulação.

¹⁰ As informações servem aqui como elementos para apresentação do objeto de análise, não configurando resultado de análise propriamente dita. Interessam, porém, por constituírem a imagem que a empresa divulga de si mesma. As informações institucionais foram disponibilizadas através de solicitação desta pesquisadora junto à empresa jornalística.

A maior fonte de recursos da empresa provém de anunciantes. Os maiores, atualmente, são a Faculdade Avantis e a escola Espaço Criança. O jornal *Linha Popular* possui outros 14 anunciantes fixos (são considerados como fixos os que anunciam regularmente, por um período superior a seis meses). Em datas comemorativas, o número de anunciantes aumenta significativamente. O aumento inclui muitas personalidades da cidade, políticos e empresários, que possuem o hábito de publicar fotos pessoais com mensagens de congratulações pela data celebrada. A maior fonte de renda ocorre quando há elaboração de cadernos especiais, que aumentam o jornal em quantidade de páginas e em número de anúncios.

Enquanto instituição, a empresa *Linha Popular* se declara como um jornal local de qualidade. Essa qualidade, segundo a instituição, se sustentaria pela grande produção de matérias, pela não publicação de *releases*, pela dedicação exclusiva de pautas a uma única cidade e pela produção de material sem posicionamento partidário.

Como concorrentes, considera os dois impressos da região que cobrem Camboriú, ainda que não exclusivamente. São eles:

- *Diarinho*: Jornal diário de circulação regional, com sede em Itajaí. É líder de mercado não só em Camboriú, mas em toda a região. Pesquisa de Audiência do Instituto de Pesquisas da Univali¹¹, que compreendeu os municípios de Itajaí, Balneário Camboriú, Navegantes e Camboriú, apresentou o *Diarinho* como o jornal mais lido, com 39,9%. O índice é bem maior do que o dos demais, como *Diário Catarinense* (8,88%) e *Jornal de Santa Catarina* (6,09%). Circula há 35 anos. Atualmente, sai em média com 48 páginas e uma tiragem de nove mil exemplares. O fundador, Dalmo Vieira, faleceu em março de 2004 e desde então o jornal é administrado por sua neta Samara Toth Vieira. O jornal é notório na região por sua linguagem popular, que o aproxima da comunidade. É visto como independente (sem “rabo preso” com governos) e faz pautas em Camboriú. Conta com uma estrutura comercial e de produção de conteúdo significativa, com grande número de profissionais. Além disso, é vendido em muitos pontos da cidade e possibilita que seus leitores realizem assinatura digital.
- *Jornal Expresso*: Jornal gratuito, semanal, que circula em Camboriú e em Balneário Camboriú (com menos intensidade). É gerido por Alexandra Gonzales, que é responsável por toda a produção de conteúdo e pela gestão comercial. Alexandra é também assessora de imprensa concursada da Prefeitura de Balneário Camboriú, portanto

¹¹ Realizada em 2010, disponível em: <http://www.univali.br/ips>.

não se dedica exclusivamente ao veículo. O *Expresso* tem 16 anos de existência. Era quinzenal e passou a ser semanal depois da entrada do *Linha Popular* no mercado. Circula hoje com 16 páginas, quatro coloridas. Tem uma relação de proximidade suas fontes e anunciantes pela sua história na cidade, já que foi o primeiro jornal de Camboriú. É distribuído gratuitamente e tem custo de anúncios consideravelmente menor que o *Linha Popular*. No entanto, publica releases enviados pelas prefeituras e agências da região na íntegra, o que permite constatar uma baixa qualidade editorial¹². Também publica releases de Balneário Camboriú, o que tira o foco de uma publicação da cidade. O impresso também faz uso indiscriminado de artigos e outros materiais extraídos da internet, além de possuir erros gramaticais e de ortografia recorrentes.

O *Linha Popular* custa em banca R\$ 1. Para assinatura anual, cobra o valor de R\$ 50. De acordo com a empresa, o valor foi determinado levando em conta o posicionamento dos concorrentes: é mais caro que o *Expresso*, que é gratuito, mas considerado com menos qualidade editorial; mas mais barato que o concorrente líder do mercado, *Diarinho* (R\$ 1,50 na banca). Atualmente, o *Linha Popular* é vendido em 44 pontos de venda. Como a cidade conta com apenas uma banca de jornal, a maioria dos pontos são padarias, mercearias e mercados de bairro. O quantitativo de pontos de venda por bairro contempla: 14 no centro; 6 no Taboleiro; 7 no Monte Alegre; 1 no Conde Vila Verde; 1 no Jardim Bela Vista; 3 no Rio do Meio; 5 no Areias; 5 no Cedro; 1 no São Francisco de Assis; 1 no Rio Pequeno¹³. As localidades rurais mais afastadas do centro da cidade não possuem pontos de vendas.

A equipe do *Linha Popular* diz não contar com verba fixa destinada para publicidade ou propaganda. A empresa apoia esporadicamente eventos de entidades e times esportivos, mas sem uma programação. Os principais meios de divulgação adotados são de comunicação digital: site, Twitter e Facebook. Dados colhidos em 24 de abril de 2014 contabilizaram 1.726 seguidores no Twitter e 6.239 pessoas que curtiram a página do jornal no Facebook.

¹² Fernandes (2003) lista alguns aspectos que, se não justificam, apontam as razões da pouca qualidade editorial em parte dos veículos de imprensa local: ligações políticas dos empresários; a própria estrutura pequena da redação, tanto em profissionais quanto em instalações; a reprodução de releases e a relação pessoal dos profissionais com as fontes.

¹³ www.linhapopular.com.br/novo/onde-encontrar/

Em março de 2013 a empresa lançou um novo site. Antes disso, contava apenas com um blog. O site, além de notícias, acervo com as edições passadas e informações sobre a equipe, também hospeda cinco blogs: *Deu problema, e agora?* trata de direitos do consumidor; *Enquadro* trata de fotografia; *Histórias de véu e grinalda* aborda assuntos relacionados à elaboração de festas de casamento; *Olha a placa* dá dicas para viagens e passeios turísticos; e *Teve aquela vez* dedica-se a recontar casos da história de Camboriú.

O conteúdo jornalístico do site difere do impresso. Caracteriza-se por acontecimentos factuais que são reportados de maneira breve e ganham desdobramentos apenas na versão impressa. A empresa justifica essa escolha ao alegar que apenas o jornal impresso gera lucro e a presença online tem como objetivo divulgar o negócio e reforçar a fidelidade dos leitores, através das possibilidades de interação. O impresso é composto por nove editorias: opinião, política, cidade, segurança, saúde, perfil, estado, variedades e esporte.

A editoria de **opinião** conta com: *Editorial*, no qual a empresa se posiciona sobre assuntos publicados naquela edição ou debatidos publicamente durante a semana na cidade; *Diário da Redação*, assinado por membro da equipe com relato de algum dos processos envolvendo apuração de conteúdos durante a semana; *Sua Opinião*, espaço dedicado à publicação de artigos enviados pelos leitores; *Na Rede*, espaço em que publicam comentários de leitores selecionados nas páginas do jornal nas redes sociais; *Charge*, assinada por Leandro Francisca; *Imagem da semana*, espaço dedicado a fotolegendas de algum acontecimento ou denúncia; *Memória*, em que cada semana é publicada uma foto antiga, com legenda explicativa, selecionada entre imagens enviadas por moradores da cidade.

Além de notas, notícias e reportagens, a editoria de **política** também conta com coluna de opinião, assinada pelo sócio da empresa *Linha Popular*, o jornalista Fernando Assanti. Geralmente, os textos ocupam de duas a três páginas.

A editoria de **cidade** ocupa o maior número de páginas, de quatro a oito, e além de notas, notícias e reportagens, conta com coluna de opinião do morador Hélio Marcos Benvenuti, que comenta assuntos cotidianos. A coluna social também está inserida nesta editoria, ocupa uma página e também é assinada por uma moradora de Camboriú, Karina Elisa.

A editoria de **segurança** ocupa em média uma página e possui notas, notícias e reportagens. O **perfil** ocupa uma página colorida, sem anúncios, e dedica-se a uma personalidade da cidade por semana.

A página **estado** é ocupada pela publicação da Rede Catarinense de Notícias: conteúdo compartilhado pela Adjori/SC com seus associados.

Em **variedades**, o jornal publica notícias, notas e reportagens de cultura, além de contar com uma série de colunas abordando gastronomia, agenda cultural e de baladas, dicas de livros, filmes, moda e comportamento. Ocupa de três a quatro páginas do impresso.

A editoria de **esporte**, além de publicar notas, notícias e reportagens relacionadas ao tema, conta com coluna de comentários assinados pelo sócio e jornalista Gustavo Zonta. Ocupa de uma a três páginas.

Para ajudar a compreender o tipo de cobertura que o *Linha Popular* faz de Camboriú, agrupo aqui as manchetes que ocuparam suas capas num período que compreende o intervalo entre a última semana de dezembro de 2013 e a primeira semana de junho de 2014 (edições 249 a 271): “A cidade que mais reduziu os homicídios em 2013” (249); “A falta de água tem solução?” (250); “Problemas na coleta de lixo” (251); “Os possíveis candidatos a deputado estadual e federal de Camboriú” (252); “O porquê das quedas de luz” (253); “Incêndio atinge sede dos Gideões” (254); “Luzia fala das promessas de campanha” (255); “Cidade ainda tem 85 quilômetros de ruas sem pavimentação” (256); “ONG faz apelo contra abandono de animais” (257); “Câmara aprova redução da escolaridade dos assessores em 1ª votação” (258); “Denúncia de racismo em escola” (259); “Menores no crime” (260); “Operário morre ao cair em obra de igreja” (261); “Sete casos de abuso sexual em 30 dias” (262); “Moradores cobram asfalto no Santa Regina” (263); “Posto é assaltado três vezes em 6 meses” (264); “Preso suspeito de estuprar mais de 10 meninas de Camboriú” (265); “Gabinete autorizou fornecimento de 30 pedaços de picanha” (266); “Técnico Fernando Gil vai comandar o Cambura na Série B” (267); “No vermelho: direção do Hospital abre as contas da instituição” (268); “Prefeitura gasta R\$ 656 mil por ano com aluguéis” (269); “Vereadores denunciam pedidos de contribuição de creches municipais” (270); “Obras do parque linear estão novamente paradas” (271).

As manchetes apontam para uma cobertura da política do município tanto no que diz respeito ao jogo político, com seus personagens e especulações, quanto às questões de administração municipal e legislaturas. Também é recorrente o tema das denúncias e reclamações de moradores, como no caso da denúncia de racismo, que acompanha a foto do denunciante, e também na cobrança de asfalto para um dos bairros da cidade. As tragédias e os crimes, temas sempre

presentes nas listas de critérios de noticiabilidade do jornalismo, também ganham destaque de capa; no entanto, o recorte observado demonstra que esse tipo de matéria não é tão constante¹⁴: nas 23 capas observadas, crimes e tragédias apareceram sete vezes. Em uma delas, porém, o tom da manchete foi positivo (“A cidade que mais reduziu os homicídios em 2013”). Essa frequência demonstra que a recorrência do tema (crime, tragédia) é significativa, mas não é dominante. De maneira geral, o jornal trata dos acontecimentos marcantes na semana – se houver –, de denúncia de problemas na cidade e irregularidades no governo e outras questões relacionadas ao cotidiano da cidade, como a informação sobre a mudança de técnico do Camboriú Futebol Clube.

Essas manchetes que ocupam a capa, juntamente com todas as seções descritas, agrupadas e impressas em forma de jornal, compõem um produto que pode ser considerado como uma espécie de panorama da cidade. Consideradas as limitações do jornalismo, enquanto não mais do que uma soma de imagens que representam diferentes aspectos da realidade, é possível de certo modo dizer que o jornal é a cidade. Ao menos um retrato dela, capturado de determinado ponto de vista que é invariavelmente o dos jornalistas (com suas subjetividades e objetividades) e da empresa para a qual trabalham.

Sobre o interesse por retratar a cidade, transformando-a em texto, Benjamin (1994) diagnostica sua origem nos meados do século 19: “uma vez na feira, o escritor olhava à sua volta como em um panorama”, escreve. Àquela época, como já dito neste capítulo, a urbe figura como uma novidade que reserva mistérios e ameaças. Na tentativa de compreendê-la e acalmar os ânimos de seus habitantes, os fisionomistas dedicam-se a escrever sobre tais mistérios: pessoas, lugares, hábitos, rituais e até mesmo animais. “É uma literatura panorâmica” (*idem*, p. 31). As fisionomias, enquanto descrições inofensivas, permitem conhecer a

¹⁴ Seligman (2009) analisa as modificações nos jornais de interior catarinenses nas últimas décadas, aproximando-os com o conceito de Jornalismo Popular de Qualidade, termo cunhado pela Associação Nacional de Jornais (ANJ). Trata-se da reinvenção do antigo jornalismo popular – aquele descrito por Danilo Angrimani no livro *Espreme que sai sangue*. O novo jornal popular, apesar de trabalhar com temas locais e essencialmente com pautas de serviço, abandona em parte a questão do sensacionalismo e o tripé crime-sexo-escândalos. Para a autora, tal cenário se modifica e, apesar de seguirem com capas chamativas e uso da violência como assunto recorrente, a exposição de imagens chocantes é cada vez mais rara. Além disso, a linguagem vulgar e as matérias inventadas são substituídas por uma linguagem simples, didatismo, prestação de serviço e busca por credibilidade.

cidade e diminuir o pavor que o desconhecido inspira na população. No entanto, justamente por seu caráter inofensivo, estão fadadas ao fracasso. De acordo com Benjamin, a partir de 1841 o gênero decai e em seguida desaparece. As fisionomias permanecem, no entanto, como semente de um gênero que aparecerá alguns anos depois, com o surgimento das galerias: a *flânerie*.

Na obra de Benjamin, o *flâneur* ainda é o homem da multidão¹⁵: ele caminha anonimamente pelas ruas da cidade misturando-se às massas e se ocultando dentro delas. Não é, porém, sujeito passivo ao fluxo dos pedestres nas calçadas e aos olhares e mercadorias e espreitam atrás das vitrines: ele experimenta a cidade e age sobre ela quando a toma para si e a transforma em literatura, jornalismo, arte, ciência. A cidade é palco da experiência moderna de que o *flâneur* tenta dar conta. Sentado em um café na galeria, que de algum modo confere segurança, como fosse uma extensão da casa na rua, o *flâneur* observa os passantes. Assim como um detetive ou um criminoso, ele pode levantar-se dali e desaparecer entre as massas, sumir em qualquer esquina, circular livremente sem ser reconhecido.

Essa descrição da *flânerie*, porém, é construída a partir das vivências da Metrópole Moderna do início do século XX. Nas cidades interioranas, pouco desenvolvidas e pouco habitadas, o espaço urbano não dá conta de produzir massas no meio das quais se possa desaparecer. No entanto, o que caracteriza a produção do jornalismo nesse tipo de cenário também é uma ideia de leitura da cidade a partir de um movimento dentro dela. Além disso, também se move por uma tentativa de compreensão dos seus processos e transformações e, por consequência, de uma organização – ao menos discursiva – do seu caos, do que há de desconhecido nela.

Featherstone (2000), no ensaio “O *flâneur*, a cidade e a vida pública virtual”, parte de Benjamin e de sua fisionomia da referida Metrópole para questionar: em que medida o *flâneur* é ainda significativo atualmente? O autor sugere a possibilidade de novos modos de *flânerie*, rejeitando a concepção de que ela seja uma forma exclusiva de uma época e de um lugar específicos, que não existem mais. Para ele, a *flânerie* diz respeito, primeiramente, a uma relação com a cidade. Ela se configura na

¹⁵ “O homem da multidão” é um conto de Edgar Allan Poe, escrito em 1840, que retrata a tensão causada pelo surgimento do espaço moderno da urbe. Um narrador, sentado num café, observa e descreve os tipos que o cercam. Escolhe um desses tipos e, no exercício de segui-lo, circula pela cidade, desaparece nas multidões e na fantasmagoria da iluminação a gás. O conto exemplifica, em diversas maneiras, a figura do *flâneur* e a mistura entre pavor e fascínio que caracteriza a experiência na metrópole da época.

cidade a partir das experiências possíveis nos seus espaços e relações. Trata-se de uma leitura da “cidade enquanto texto” que se materializa em uma tradução da “cidade enquanto dado”.

Nesse sentido, ao cobrir a cidade, transitar nela, entrevistar seus moradores e lideranças políticas, e traduzir as vivências em conteúdo noticioso, o jornalista do *Linha Popular* (e de outros veículos com modos de cobertura semelhantes) se assemelha ao *flâneur*: ele lê a cidade e a transcreve em documento. O jornal representa a cidade de maneira panorâmica, a partir de diferentes perspectivas (e diferentes pautas) que organiza em editorias (política, segurança, cultura, esporte, opinião). Assim como constata Anderson (2008), o que une os diferentes conteúdos presentes no jornal não é a relação à priori desses conteúdos entre si, mas um vínculo comunitário imaginado que, no caso do *Linha Popular*, é determinado pela cidade de Camboriú.

2. SOBRE A MEMÓRIA E A EXPERIÊNCIA

Na tentativa de interrogar o jornal local, enquanto documento de cultura, em busca de representações da experiência do morador da cidade pequena da atualidade (que é palco de conflitos entre identidades, culturas e classes), esta pesquisa se debruça sobre o conceito de memória. Através dos registros de memórias no jornal local, acredita-se possível observar construções e desconstruções de identidades, sujeitos representados e aos quais é atribuída a dignidade de passado e, na análise das ausências, aqueles que permanecem invisíveis. Enquanto importante esfera de atribuição de significado às vivências de mundo, a memória se apresenta como dimensão indissociável da configuração da experiência humana.

O ato de rememorar, em Benjamin (2012), remete a uma força política que é também busca por felicidade: no presente, o passado encontra sua redenção. Em um de seus ensaios, Benjamin compara o movimento da rememoração à nostalgia e a uma ideia elegíaca de felicidade. Para o sujeito, a memória relaciona-se diretamente com reconhecimento, pertencimento e identidade. Nas palavras de Ricoeur (2007): “ao se lembrar de algo, alguém se lembra de si”.

De fato, memória e esquecimento são materiais imprescindíveis na construção da narrativa de si. Benjamin (2012), em sua crítica à obra de Proust, atribui ao esquecimento a urdidura da tapeçaria do vivido. À rememoração cabe, enquanto exercício intencional ou acontecimento mágico, desfazer as tramas do olvido. O que resta de apresentável nesta trama não é a vida como de fato foi, mas como é lembrada por quem a viveu. Na narrativa de si, tecida pelo que é recordado e pelo que se mantém oculto, a unidade do texto, conforme Benjamin, não reside no narrador ou em suas ações, mas no *actus purus* da própria rememoração. Interessante pensar, porém, que ainda que rememorar seja um ato profundamente interiorizado e reflexivo, a memória narrada dificilmente é posse exclusiva de seu narrador. Através da construção de imagens de memória, Proust deixa de contar de si e conta de quem o lê. Conta do século XIX melhor do que qualquer outro que já o tentara, diz Benjamin, pois atribui ao tempo vivido a dignidade de memória. “E o faz de tal maneira que cada um de nós a reencontra em sua própria existência” (op. cit, p. 39). É nesse mesmo sentido que Ricoeur (2007) enleva a importância da narrativa de Santo Agostinho em suas *Confissões*: pela relação que traça entre a análise da sua memória pessoal e a do tempo em que viveu.

Na obra *Em busca do tempo perdido*, Proust também se apresenta para Benjamin como guardião da rara e escassa capacidade de incorporar

a sua experiência própria à do leitor. A narrativa de Proust parte da tentativa de reconstruir memórias da infância. Ele procura demonstrar que a possibilidade dessa reconstrução deve-se inteiramente ao acaso: para ele, a memória verdadeira é involuntária (*mémoire involontarie*), e apenas com sorte pode ser acessada. Exige que a vida lhe ofereça algo material que presentifique as memórias, retidas pelo inconsciente. Dessa constatação, cria a icônica imagem da *madeleine* – uma espécie de bolo em formato de concha, iguaria típica da França de sua infância. Todos os esforços da inteligência humana são inúteis na tentativa de evocar o passado. Ele está oculto e fora de nossos domínios. No entanto, ao realizar o gesto de molhar a *madeleine* no chá e levá-la à boca, o narrador adulto se vê invadido por sentimentos felizes que o remetem à infância. Ele se dá conta de que apenas repete uma ação já tantas vezes executada. E lhe surgem à superfície diversas memórias da terra em que viveu e da tia-avó que lhe servia chá com *madeleine* quando criança. A *madeleine*, nesse contexto, é um fruto da sorte; do feliz acaso que materializa a única possibilidade de rememoração.

2.1. O caráter político da memória

Sem desconsiderar as constatações de Proust, Benjamin sugere uma revisão desse pensamento. Não cabe apenas ao acaso a reconstituição da memória: trata-se de um processo que pode ser deliberado e, acima de tudo, político. Para ele, a memória não deve ser pensada apenas da sua dimensão singular. Nesse sentido, toda a teoria proustiana pode ser abstraída para a dimensão social e aplicada à memória dos povos, das nações, das sociedades:

Onde há experiência, no sentido estrito do termo, entram em conjunção, na memória, certos conteúdos do passado individual com outros do passado coletivo. Os cultos, com seus cerimoniais e suas festas, produziam reiteradamente a fusão desses dois elementos (BENJAMIN, 1994, p. 107).

O próprio Benjamin construiu imagens e narrativas a partir de recordações suas. Em “Infância em Berlim por volta de 1900”, volta-se para a infância vivida na cidade. Parece também se mover pela nostalgia, por uma ideia de felicidade que transforma a existência em uma floresta elegíaca da rememoração. Evidência disso é a epígrafe com a qual introduz seu ensaio: “Ó coluna da vitória / Tostada pelo açúcar hibernal /

Dos dias da infância”. A infância é doce e a cidade é o habitat desta infância de Benjamin, com suas vielas tais como labirintos desconhecidos. E não há medo, pois o fio de Ariadne repousa nas mãos da criança recordada, ligando-a com o presente.

A infância berlinense de Benjamin não é apenas sua: pertence a todos que podem se apropriar dela, seja em sentido, afetividade, espaço ou tempo. A valeta que torna inalcançável um canteiro de flores é facilmente compreendida por qualquer leitor que jamais pisara na Berlim de 1900, porque a compreensão da imensidão do mundo diante da criança pequena é a mesma para todos que tiveram infância.

Ainda sobre o conceito de memória em Benjamin, Seligmann-Silva (2009) defende a existência de um compromisso benjaminiano com a ética que deve ser pensado, antes de tudo, como um modo de tentar salvar nas representações culturais a violência que está na origem da cultura. Segundo ele, é possível falar sem risco de equívoco na existência de uma ética benjaminiana da memória. Essa concepção é defendida a partir da filosofia da história escrita por Benjamin. Com as raízes de suas influências germinadas no romantismo, no messianismo judaico e no marxismo, as teses “Sobre o conceito de história”, de 1940, condensam a visão do filósofo alemão sobre o compromisso ético do historiador; mais precisamente, do materialista histórico. Trata-se da responsabilidade de salvar o esquecido e possibilitar um tempo messiânico, um futuro que carrega em si o poder de redimir o passado aterrorizante da humanidade.

Inserido em um século de catástrofes, Benjamin vivenciou a primeira e o começo da segunda grande guerra, sistemas ditatoriais, mudanças nos modos de produção e nas relações humanas. Quando propõe que se escove a história a *contrapelo*, reivindica uma modificação nos hábitos positivistas de registro historiográfico. Quer abrir os olhos dos historiadores para a maneira como a história é escrita; maneira essa em que apenas os grandes acontecimentos e monumentos ganham a dignidade de história. Apenas os vencedores da disputa pelo domínio ganham a dignidade de narradores da história humana. Aos vencidos e oprimidos, resta assistir passivamente à parada triunfal.

Após o século de Benjamin, com todas as suas transformações e terrores, houve uma ruptura no modo como a historiografia era vista. Isso ocorreu justamente porque houve uma ruptura no modo como as “categorias universais” eram vistas. Instalou-se sobre elas o signo da desconfiança e foi sob tal signo que novas formas de representação do passado precisaram ser modeladas (SELIGMAN-SILVA, 2009). Como resultado desse novo modo de pensar a ética e a estética da história, a preocupação com o registro da memória ascendeu mais e mais. Como

bem explica Seligmann-Silva (*idem*), a narrativa da memória é fragmentária, calcada na experiência individual e da comunidade, no apego aos locais simbólicos e sem a pretensão de traduzir integralmente o passado. Nas palavras de Benjamin: “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘tal como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma recordação, como ela relampeja no momento de um perigo”. E o que seria esse perigo, que se ameaça não só ao sujeito, mas à própria tradição? Benjamin responde: “entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento” (BENJAMIN, 2012, p. 243).

Walter Benjamin não foi o único a se preocupar com tais questões. Diversos autores, Proust entre eles, definiram a memória como garantia da identidade. Talvez a maneira mais fácil de conceber essa noção seja na perspectiva do paciente com amnésia. Desprovido da capacidade de recordar, sua principal questão tende a ser: quem sou eu? Nos meados do século XX, Maurice Halbwachs escreveu sobre a importância da memória coletiva, do testemunho do outro, em períodos de crise e instabilidade social: tais testemunhos reforçam a noção de pertencimento a determinado grupo, solidificando a noção individual de identidade e segurança. Nessa perspectiva, Seligmann-Silva (*idem*) fala na valorização dos lugares de memória (*lieux de mémoire*), que são revisitados na contemporaneidade por uma série de autores, entre eles Pierre Nora.

A partir dessas reestruturações no pensamento sobre a historiografia, muitos autores passam a relacionar o historiador com a figura do arqueólogo, que escava sob os escombros do passado. Se o passado benjaminiano é catástrofe, cabe, de fato, a quem for investigá-lo, debruçar-se sob as ruínas de seu presente. Nesse contexto, Benjamin compara o papel do historiador ao de um catador: na busca de uma redenção do passado no presente, que é a meta maior, não interessam os grandes blocos de concreto, mas o lixo que se acumula sob eles. Aquilo que foi desprezado e ocultado. Sob estes escombros reside a memória dos oprimidos e vencidos, citados anteriormente. Mas não basta catar: é preciso colecionar. Trata-se de um ato de amor pelo qual o objeto, resgatado de um local de abandono, é colocado entre pares e recebe dignidade e valor diante do colecionador. Seligmann-Silva constata, na relação entre catador e colecionador em Benjamin, uma ética da memória que implica um ato duplo: “por um lado a *destruição da falsa ordem das coisas* e, por outro, a *construção de um novo espaço mnemônico* – que ao mesmo tempo salva a individualidade do objeto e é mais condizente com as demandas do presente” (2009, p. 56, grifos do autor).

Para Nora (1993), a tendência de se falar sobre memória atualmente resulta do fato de que a memória não existe mais. Por

definição, os lugares de memória consistem na resistência do que resta de outro tempo, já passado, e são capazes de preservar e transmitir os ritos, hábitos, costumes e demais manifestações e características culturais que não mais existem. Há lugares de memória justamente porque não há mais meios de memória. Assim como Halbwachs, Nora observa que a memória emerge do grupo que ela une, havendo, portanto, tantas memórias quanto grupos existem. Tais grupos, na perda dos rituais, dos costumes que de tão impregnados não precisavam ser ditos, reivindicam os lugares de memória nos quais os vestígios, rastros do que sobrou do passado vivido sejam coletados, catalogados, arquivados. Tais locais podem ser materiais ou imateriais, caracterizando-se fundamentalmente pela habilidade de permitir com que grupos ou povos se identifiquem e se reconheçam. “Os grupos reivindicam lugares onde possam ancorar sua memória” (NORA, 1993, p. 9). Poderia ser o jornalismo um desses lugares?

Pelo menos o jornalismo local parece, em algum nível mais evidente, atuar como um possível lugar de memória, que pode ser evocada através de elementos da situação presente que se relacionam com as experiências passadas, gravadas nos sujeitos devido ao seu valor afetivo, sua importância, significação ou impacto em sua existência. Ao ver uma foto da antiga escola ou do bairro em que se viveu, ao ler sobre o caso antigo, envolvendo vizinhos ou familiares, podem ser evocadas recordações do tempo passado, povoadas de valores, tais como saudade e alegria pelas brincadeiras, amigos e experiências da infância. Esse potencial que percebo no jornalismo local é condicionado a uma concepção de comunidade entre o veículo e os seus leitores. Se há uma ideia de comunidade, as fotos, textos e mesmo conversas propriamente ditas, dão testemunho da experiência vivida. Deparar-se com tais testemunhos é como reencontrar um velho amigo: exige um esforço inicial de “recordar em comum” que antecede o reconhecimento verdadeiro, apontado por Halbwachs (2006, p. 30). Para o autor, estas rememorações conjuntas elevam a importância do fato vivido: de fato, acreditamos revivê-los. Pensar a memória a partir de sua dimensão coletiva é fundamental para compreender o senso de comunidade que demonstra unir os grupos sociais. Sobre isso, Halbwachs ainda nos faz perceber que jamais estamos a sós: “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros” (op. cit., p. 30).

A obra de Halbwachs evidencia a relação entre os grupos sociais e as memórias do indivíduo. Para ele, é nas associações pequenas e duradouras que a memória se fortalece. Tempo e proximidade são grandes responsáveis por imprimir, no indivíduo, as marcas do grupo. Diferente do que seria a memória histórica, que pressupõe a reconstrução dos dados

fornecidos pelo presente da vida social e projetada sobre o passado reinventado (HALBWACHS, 2006), a memória coletiva atualiza o passado, recompondo-o magicamente no tempo presente a partir de um germe de rememoração. Tal noção sobre o passado e a temporalidade não parece diferir da pensada por Walter Benjamin, para quem a experiência se configura na intersecção entre elementos do passado individual e elementos do passado coletivo (BENJAMIN, 1994). O que faz sentido no olhar para o passado do grupo é somente aquilo que ativa memória do indivíduo. Esta memória, para Halbwachs, ainda que possua uma dimensão individual, é essencialmente coletiva: os testemunhos dos outros são capazes de reforçar ou enfraquecer, e também de completar, as imagens que evocamos de um evento sobre o qual já possuímos algumas informações.

Assim como o outro, cujo testemunho me toca, não precisa estar materializado diante de mim para que isso ocorra, a sua presença física e sensível não seria o suficiente para provocar o movimento da rememoração em mim, caso o acontecimento vivido não tenha imprimido marcas na minha memória. Ou seja: caso não tenha tocado o inconsciente, configurando algum tipo de experiência. Como aponta Halbwachs, se na ausência dos testemunhos é impossível reconstruir qualquer traço do acontecimento vivido, os outros podem apresentar um quadro vivo da cena, mas este jamais será uma lembrança.

O autor traça modos com que o testemunho do outro pode agir no inconsciente de quem o recebe, configurando algum tipo de lembrança. As imagens novas de que ouvimos testemunho podem modificar impressões que guardamos de um acontecimento vivido ou de pessoas conhecidas. Também podem, tais imagens externas, não reproduzir o passado com exatidão: a lembrança inicial do indivíduo talvez seja mais fiel ao acontecido de fato. Nesse contexto, lembranças reais podem se misturar com lembranças fictícias, atribuindo novos significados à experiência vivida. Outra possibilidade é que nossa lembrança seja incompleta, ofuscada ou rasa, e o testemunho do outro atue no sentido de clarear as imagens e preencher espaços vazios da memória. Conforme Halbwachs (2006, p. 32):

Assim como é preciso introduzir um germe em um meio saturado para que ele cristalize, o mesmo acontece neste conjunto de testemunhas exteriores a nós, temos de trazer uma espécie de semente da rememoração a este conjunto de testemunhos

exteriores a nós para que ele vire uma consistente massa de lembranças.

Considerar a necessidade da existência desse germe de memória no sujeito, para Halbwachs, significa considerar que ainda que um indivíduo não consiga acessar por si só todas as partes da cena vivida, possui algo que o mantém em contato com o grupo, tornando-o capaz – em algum nível – de se identificar com ele e confundir o seu passado com o dele. Neste sentido, memória coletiva implica a existência de um grupo cuja partilha comum tenha possibilitado algum tipo de experiência. Não basta o testemunho para que a memória do indivíduo se aproveite da memória do outro: é preciso que essas imagens concordem; que existam pontos de contato; que sejam construídas sobre uma base comum.

2.2. Experiência e vivência em Walter Benjamin

No ensaio “Sobre o programa para uma filosofia porvir”¹⁶, de 1918, Benjamin propõe à filosofia uma reconfiguração do conceito de experiência que leve em conta as dimensões da temporalidade e da linguagem. Segundo ele, Kant, à luz do Iluminismo, não foi capaz de pensar com amplitude o significado da experiência humana. À filosofia do futuro caberia, portanto, considerar as contribuições do pensamento kantiano, selecionando nele o que se sustentaria e o que precisaria ser reconfigurado. A meta de tal exercício seria a constituição filosófica de uma noção de experiência mais elevada e profunda.

Esse novo conceito de experiência é aprofundado por Benjamin no ensaio “Sobre alguns temas em Baudelaire”, de 1939, no qual relaciona a experiência verdadeira com a dimensão da memória. Para tanto, recorre a autores como Bergson, Freud e Proust. De maneira geral, essa experiência (*Erfahrung*) profunda e elevada configura-se na dimensão do inconsciente, consistindo no conhecimento obtido através do acúmulo, do prolongamento, do desdobramento temporal das experiências vividas. Nesse sentido, ela se apresenta sempre vinculada às noções de temporalidade, duração e memória. Ao consciente só é possível uma experiência de choque, cujas marcas não se imprimem no inconsciente, não resultando em trauma, e nem em experiência verdadeira.

Em “Experiência e Pobreza”, de 1933, Benjamin conta a parábola do pai que – em seu leito de morte – revela aos filhos a existência de um

¹⁶ “Sobre el programa de una filosofía venidera”, Walter Benjamin (1918). Traducción de Roberto Blatt, Madrid: Taurus, 1991.

tesouro enterrado em seu vinhedo. Eles cavam, porém nada encontram. No entanto, com o tempo as terras aradas pela busca produzem mais frutos que quaisquer outras da região. Os filhos compreendem que uma experiência lhes foi transmitida pelo pai moribundo: “a felicidade não está no ouro, mas no trabalho duro”. Ao considerar a essencialidade da tradição na configuração da experiência, Benjamin lança um olhar romântico para o passado (LÖWY, 2005), para uma época em que, através de narrativas e provérbios, os mais velhos transmitiam algo de valor elevado e profundo aos mais jovens. Ele questiona:

Que foi feito de tudo isso? Que moribundos dizem hoje palavras tão duráveis que possam ser transmitidas como um anel, de geração em geração? Que é ajudado, hoje, por um provérbio oportuno? Quem tentará, sequer, lidar com a juventude evocando sua experiência? (BENJAMIN, 2012, p. 123).

Benjamin relaciona a extinção da figura do narrador ao desaparecimento da experiência. A imagem benjaminiana que primeiro ilustra esta constatação é a dos soldados que retornam da guerra de trincheiras vazios de experiências comunicáveis. Parece-lhe duro conceber que uma geração que foi à escola em bondes puxados a cavalo, ou seja, que comungou ainda do tempo da experiência compartilhada através das gerações, que antecede o “monstruoso desenvolvimento da técnica” (op. cit., p. 124), se veja impossibilitada de transmitir algum tipo de sabedoria resultante da vivência da guerra. As consequências da guerra, como aponta Meinerz (2008, p. 32), prolongam-se para além do conflito armado: perduram as mutilações permanentes no corpo, a destruição dos laços familiares, doenças psíquicas, degradação ambiental.

Foi, portanto, num cenário de crise que Benjamin diagnosticou a queda na cotação da experiência. A primeira guerra mundial representa, possivelmente, o grande marco de ruptura que possibilitou aos pensadores da época um olhar para um período que, pouco antes, não era considerado tempo do passado. Ainda sobre as ruínas e escombros deixados pela guerra de trincheiras, o nazismo começou a se erguer na Europa, compondo o contexto no qual “Experiência e Pobreza” e “O Narrador” foram escritos. Os horrores das tecnologias de guerra, capazes de destruição em massa, não surpreendem no poder de estraçalhar a experiência. Impressiona, porém, aos leitores de Benjamin, a atualidade de seu pensamento nos tempos aparentemente pacíficos da

contemporaneidade: como observou Agamben, a convivência cotidiana nas grandes cidades potencializa a soberania da vivência sobre a experiência tanto quanto o estado de emergência:

Pois o dia-a-dia do homem contemporâneo não contém quase nada que seja ainda traduzível em experiência: não a leitura do jornal rica em notícias do que lhe diz respeito a uma distância insuperável; [...] não a fila diante dos guichês de uma repartição ou a visita ao país de Cocanha do supermercado nem os eternos momentos de muda promiscuidade com desconhecidos no elevador ou no ônibus. O homem moderno volta para casa à noite extenuado por uma mixórdia de eventos – divertidos ou maçantes, banais ou insólitos, agradáveis ou atroz – entretanto nenhum deles se tornou experiência (AGAMBEN, 2005, p. 22).

Além da pressa que o cotidiano e os modos de produção impõem atualmente, Meinerz (2008, p. 15) atribui o desaparecimento da experiência na sociedade moderna à atomização dos indivíduos, que apesar de se conectarem virtualmente, isolam-se em pequenos mundos pessoais e enquadram-se nos espaços funcionais da arquitetura contemporânea. A autora atenta para o fato de que, nas sociedades primitivas, a experiência era rigorosamente comunitária: ritos e mitos tinham importância central e eram transmitidos através das gerações. É justamente essa experiência, cujo valor reside na tradição, que Benjamin diagnostica como que em processo de extinção.

Compreender a experiência (*Erfahrung*) benjaminiana exige posicioná-la em contraponto à vivência (*Erlebnis*). Enquanto a experiência sustenta-se na memorização, no vínculo com uma ideia duradoura do tempo, a vivência tem suas raízes fincadas no instante presente; diz respeito às ações práticas da vida cotidiana, reações aos estímulos do exterior que prescindem do retorno imagético ao passado. A memória importa, à vivência, somente enquanto guardadora do aprendizado dos hábitos e conhecimentos necessários para a reação imediata. Numa aproximação com o pensamento de Bergson (1990), a memória importante à vivência benjaminiana seria aquela que o autor denomina de memória-hábito.

Benjamin (1994, pp. 104-105) cita *Matéria e Memória*, de Bergson, em posição de destaque entre as obras que tinham como objetivo se apropriar da “verdadeira” experiência, em contraponto àquela da vida

normatizada, desnaturada das massas civilizadas. Para ele, é a que mais se aproxima da investigação científica, até porque se orienta a partir da biologia. Em *Matéria e Memória*, Bergson distingue dois tipos de memória que, segundo ele, são profundamente distintas. Uma delas está fixada no organismo e diz respeito ao hábito adquirido, através da experiência e repetição. É essa memória-hábito que permite decorar um texto ou dirigir um carro, girar a chave na fechadura, reproduzir passos de dança e demais ações cotidianas da vida humana que desempenham a experiência passada, mas, para o autor, não evocam a sua imagem. Chauí (2006) dirá que estes gestos e palavras apreendidos pela memória-hábito são realizados por nós quase sem que pensemos neles – ou mesmo sem que pensemos neles, de maneira automática.

No ensaio “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”, de 1936, Benjamin retoma a questão do hábito e da memória consciente para falar das novas formas de experiência possibilitadas pelos modos de percepções coletivas da contemporaneidade. Ele evoca a imagem do indivíduo que se movimenta pelo espaço ao qual já está habituado, pela repetição da ação de perpassá-lo. Tal movimento é da ordem da percepção tátil e a experiência possível se configura pela distração. Para Benjamin, as novas formas de arte devem exigir de seu público justamente isso: a distração – que seria a maneira possível de desativar a proteção que o uso constante da consciência levanta contra o trabalho do inconsciente. Se a pintura, forma de arte presente na experiência dos séculos passados, exigia recolhimento e isolamento do observador diante da obra para incorporar-se à experiência de tal, o cinema e a arquitetura não prescindem da distração. “Quem se recolhe diante de uma obra de arte mergulha dentro dela e nela se dissolve... A massa dispersa, pelo contrário, faz a obra de arte mergulhar em si, envolve-a com o ritmo de suas vagas, absorve-a em seus fluxos” (BENJAMIN, 2012, p. 208).

Observando do ponto de vista da psicanálise, Kehl (2009) faz uma releitura da obra de Benjamin, na qual descreve a vivência como residente fixa da consciência e representante de uma fração muito pobre do trabalho psíquico. Sua oposição à experiência reside essencialmente no fato de que “a consciência, quando excessivamente solicitada, encarrega-se de bloquear a ligação com as marcas mnêmicas – como se pudesse, dessa forma, ater-se ao *puro instante presente*” (op. cit., p. 131). Essa soberania da vivência sobre a experiência, como resultado de um mundo de estímulos constantes e esquecimento quase que imediato, Kehl afirma resultar num vazio interior, num empobrecimento do espírito. Trata-se, segundo ela, de um tempo morto, em que dias iguais se sucedem,

preenchidos por tarefas repetitivas que exigem contato em proporções cada vez mais insignificantes com o passado.

Sob essa perspectiva, reside a constatação de que a soberania da vivência esvazia a memória. Para que a experiência se configure, Benjamin reivindica a necessidade do tédio: “o pássaro onírico que choca os ovos da experiência” (2012, p. 221). Diferentemente da vivência, que habita a consciência, a experiência não prescinde do pensamento inconsciente, como explica Kehl. Segundo a autora, o tempo não é apenas construção social, mas também “condição ontológica do psiquismo” (2009, p. 111). Deste modo, a pobreza do espírito reside na existência construída apenas na vivência imediata.

Quanto maior é a participação do fator de choque em cada uma das impressões, tanto mais constante deve ser a presença do consciente no interesse em proteger contra os estímulos; quanto maior for o êxito com que ele operar, tanto menos essas impressões serão incorporadas à experiência, e tanto mais corresponderão ao conceito de vivência (BENJAMIN, 1994, p. 111).

A experiência possível nesta existência é a de choque (*Chokerlebnis*), definida por Freud e citada por Benjamin no ensaio “Sobre alguns temas em Baudelaire”. Por sua demanda constante do consciente, esta forma de relação com o mundo não imprime suas marcas na memória profunda.

A constatação de Benjamin é a de que a incapacidade da vida cotidiana de se traduzir em experiência torna a existência insuportável. Se agora, é no cotidiano que ela se dissolve, nos tempos passados, era justamente nos eventos cotidianos que residia a matéria-prima da experiência intercambiável – principalmente através da figura da autoridade. Essa última perda pode ser percebida no aparente desaparecimento das duas fontes de onde o narrador beberia a história oral: o camponês sedentário, que se encarrega de reconhecer e transmitir as tradições dos antepassados; e o marinheiro comerciante, aquele que tem muito a contar em virtude de suas viagens longínquas (BENJAMIN, 2012). Ambas as figuras fazem uso da memória como aspecto fundamental, sem o qual não teriam imagens do passado para passar adiante. De todas as perdas que o processo de esgotamento da experiência acarreta, porém, Meinerz (2008) aponta a supressão da memória do indivíduo e a perda do sentido da história como uma das maiores. O

interesse em conservar o que foi narrado era o que constituía o vínculo entre ouvinte e narrador.

2.3. O jornal do interior como possível espaço de sobrevivências

A ideia de pensar o jornalismo do interior como possível espaço de transmissão de experiências exige que se acredite, apesar de todo o cenário descrito anteriormente, na possibilidade de que ainda podemos adquirir experiência. No contexto desta pesquisa, exige acreditar que há na cidade do interior – apesar das mudanças dos modos de vida – tempo e espaços para narrativas. A “lentidão” do desenvolvimento é, de algum modo, vantajosa a esse tipo de cidade: No progresso, as pessoas se veem vazias da experiência autêntica, enraizada na memória de uma tradição cultural e histórica (LÖWY, 2005). São como autômatos produzidos pela civilização urbana e industrial. Só o que lhes concerne é a vivência imediata (*Erlebnis*), aquela que provoca reações automáticas que liquidaram completamente a sua memória. Para Benjamin (2012), a impossibilidade de narrar está diretamente relacionada à impossibilidade de recordar.

Na perspectiva da relação com o tempo, o olhar sobre as cidades do interior, que preservam algumas “formas pré-modernas de convívio comunitário” (KEHL, 2009), dificilmente é totalmente livre de alguma noção de encantamento. Parecem oferecer a possibilidade, essas cidades, de um olhar nostálgico para o passado em seus aspectos que, de algum modo, têm a capacidade de manterem-se inalterados. O tempo é outro, diferente do das metrópoles. Diante das constatações da perda da experiência compartilhável e da desvalorização da memória, tal encantamento parece ingênuo, porém. As pequenas cidades também estão inseridas na sociedade do consumo, numa estrutura política vertical e altamente burocrática. Não são imunes à modernidade. Se ainda dão alguma importância aos ritos e mitos do passado, é fácil imaginar que isso inevitavelmente se dissolverá com a avalanche do progresso. Mas a partir da leitura que Didi-Huberman (2011) faz de Benjamin, é possível pensar em sobrevivências dessa experiência enraizada no passado. Mais que isso, é possível pensar em novas possibilidades de narrativas a partir da questão: como contar o que parece que perdeu a condição de ser narrado?

Didi-Huberman critica a sociedade do espetáculo, o excesso de modernidade que, para ele, seria a verdadeira forma de fascismo cujo alvo de aniquilação é a cultura popular: os valores, as almas, as linguagens e os gestos do povo (2011, p.29). Ao citar o amor de Pasolini pelo povo,

demonstrado na recuperação que faz de dialetos regionais, Didi-Huberman aponta para a recuperação da linguagem e o protagonismo dos mais pobres como tentativa de salvaguardar os vaga-lumes. O vaga-lume é utilizado como metáfora para o que lampeja fracamente na contemporaneidade; talvez os resquícios da experiência verdadeira, fundada na memória. A perspectiva aqui utilizada enxerga os vaga-lumes de Didi-Huberman como lampejos de sobrevivência da comunidade no mundo atual, em que a luz do espetáculo – através da valorização da mercadoria, do consumismo, da superexposição – massifica e, ao mesmo tempo, atomiza os indivíduos.

Didi-Huberman descreve uma capacidade de resistência histórica presente nas culturas populares. Na força do passado, situa a energia revolucionária própria dos excluídos. De fato, o autor constata que, na atualidade, o espírito popular desapareceu: não há mais povo, o valor das culturas particularistas deu lugar à massa (2011, p. 36). No entanto, longe de ser fatalista, Didi-Huberman aponta para as possibilidades de sobrevivências: os vaga-lumes desapareceram e reapareceram várias vezes ao longo do tempo. Para conhecer os vaga-lumes, escreve, é preciso observá-los no presente de sua sobrevivência, ainda que pouca coisa possa ser vista. Nesse sentido, o exercício proposto por Didi-Huberman consiste na interrogação do contemporâneo: sua filologia oculta, suas tradições escondidas, seus impensados e suas sobrevivências.

Para Didi-Huberman, ao diagnosticar o fim da experiência, Benjamin não descreve um horizonte fechado, mas sim um movimento de queda. Se ainda há possibilidades para a experiência, talvez estas residam justamente na preocupação com a memória. Principalmente a daqueles que perderam na briga pelo direito de oprimir e agora apenas assistem ao “cortejo triunfal dos vencedores”, narrado pela historiografia. Didi-Huberman (2011, p.125) defende que na intermitência da memória encontram-se os momentos de felicidade, apesar da pobreza da experiência.

Nesse sentido, a proposta de buscar registros e testemunhos do passado no jornalismo consiste numa tentativa de encontrar lampejos de uma experiência que se estabelece a partir da memória e que talvez ainda encontre espaços de configuração na cidade do interior.

O jornalismo local é um produto de conflitos: trata-se de um veículo de massa, que atende a uma lógica mercadológica; no entanto, pela teia singular em que é construído, é possível considerá-lo como detentor de certa aura. Essa teia singular se justifica em alguns fatores, tais como proximidade e relação íntima com a comunidade. Além disso, a periodicidade semanal e quinzenal garante um prolongamento do tempo

para apuração, redação e leitura. Outro fator se deve à exigência de que o leitor adquira o exemplar físico do jornal, muitas vezes demandando dele que circule pela cidade à sua procura. De tudo isso, resulta o fator mais importante para essa pesquisa: a atribuição de valor de notícia aos testemunhos de pessoas comuns, que não precisam ser figuras oficiais, pois o fato de fazerem parte daquela comunidade já é o suficiente para colocá-las nas páginas do jornal.

De acordo com Motta (2013a, p.96), “a lógica narrativa só se revelará nas duras e cruas notícias do dia a dia se observarmos como elas lidam com o tempo e o organizam”. De fato, o pressuposto assumido pelo autor apenas confirma a relação entre a ética da memória benjaminiana e o fazer jornalístico, no modo como esta relação é aqui proposta: os leitores constroem cognitivamente significados a partir de informações provenientes do texto da notícia, mas também de informações do contexto e de suas próprias experiências, memória e cultura (op. cit., p. 100).

Se o leitor recorre à sua própria memória e experiência ao ler o jornal, à notícia que é deliberadamente construída para o leitor em sua comunidade e especificidades, parece ser possível não apenas a dignidade de narrativa, mas também a capacidade de se incorporar e enraizar na experiência comum. Motta sugere a compreensão da comunicação narrativa jornalística como um processo entre sujeitos interlocutores no qual cabe observar as interpretações de mundos possíveis. Cabe à análise crítica das narrativas presentes nos jornais vasculhar “a experiência estética da recepção jornalística onde esvaece o mundo fático e manifesta-se o mundo subjetivo das ideologias, mitos e modelos de mundo” (MOTTA, 2013a, p.103).

Os vínculos com o passado e as narrativas orais ainda resistem no imaginário do morador da cidade pequena. Esse passado, porém, como Benjamin deixa ver em suas teses “Sobre o conceito de história”, dificilmente dá conta de representar de fato todos os acontecimentos configurados ao longo dos anos e as vidas de todos os que habitaram a cidade. O que ganha a dignidade de ser contado e perpetuado é um enredo dominante, descrito por Giddens (1991), que insere os indivíduos na história como seres com um passado definitivo e um futuro previsível.

Enquanto documento da cultura, o jornalismo resguarda o poder de acessar e ajudar a pensar a história viva, mais importante do que a documental, de seu público: através de perfis, narrativas baseadas na oralidade, cadernos especiais de datas comemorativas e imagens. Motta (2013b) defende o caráter histórico da narrativa jornalística ao definir o jornalista como historiador da atualidade e destacar a importância da valorização do atual como matéria histórica. Aponta também para a noção

de que negar às narrativas jornalísticas o caráter de história é negar à atualidade a dignidade de história: “Antes de qualquer elaboração crítica, o presente é vivido diretamente como história e se impõe ao historiador desde o exterior, história falada, escrita, televisionada” (MOTTA, 2013b, p. 24). Ao se referir às narrativas jornalísticas, o autor ainda destaca que a identidade do texto deve ser buscada em seu caráter temporal, de acordo com a ideia de que o tempo torna-se humano na medida em que está articulado de modo narrativo.

No contexto dessa pesquisa, que observa o jornal *Linha Popular* de Camboriú, a busca por registros mnemônicos no jornal precisa levar em consideração o modo como a cidade se organiza. Como citado no capítulo anterior, Camboriú é palco de conflitos: sua pequenez e herança rural mantêm e solidificam tradições e identidades ao mesmo tempo em que a modernidade modifica seu relevo, transformando o que era verde em concreto e preenchendo espaços com cada vez mais pessoas, que não compartilham das identidades configuradas historicamente naquele território. Nessa perspectiva, observar memórias é também observar sujeitos e assujeitamentos, presenças e ausências, vozes e silêncios, identidades e crises, lugares e não-lugares.

3. HISTÓRIAS E MEMÓRIAS NO *LINHA POPULAR*

A memória é um fenômeno que não apenas diz do presente, mas é vivido no eterno presente (NORA, 1993). Observar a memória é como observar um lampejo (como dos vaga-lumes, de Didi-Huberman), um germe de sentido que a experiência passada foi capaz de deixar no indivíduo que recorda. No ato de recordar, esse lampejo se atualiza no presente, que por si só também se vê atualizado pela memória. A rememoração é uma atribuição de sentido que age duplamente: no passado lembrado e no presente atualizado.

Augé (2012, p. 32), ao se propor a pensar uma antropologia da supermodernidade, traça como um de seus sintomas o aparente esvaziamento de sentido do mundo. Para ele, “o que é novo não é que o mundo não tenha, ou tenha pouco ou menos sentido, é que sentíamos a necessidade diária de dar-lhe um”. Essa necessidade, segue, é de dar sentido ao presente, não ao passado. Nesse contexto, e com todo o restante que pude apreender sobre a dimensão mnemônica em mente, penso o registro de memória a partir da sua possibilidade de atribuir sentidos: ao fato narrado, à vida de quem dá testemunho de si, à comunidade, aos mundos possíveis dos leitores.

Os registros de memória localizados nas edições observadas estão aqui categorizados em duas espécies: fotografias e testemunhos. As fotografias do passado foram consideradas como memória quando ficava evidente a intenção do jornal de apresentá-las como tal. Desse modo, ocorreram em reportagens de resgate de algum acontecimento histórico, cadernos especiais e na seção do jornal intitulada *memória*, na qual o *Linha Popular* veicula semanalmente imagens antigas de pessoas, eventos ou locais relacionados à história da cidade ou à história de algum indivíduo a partir da sua relação com a cidade.

Os testemunhos, em texto, foram encontrados em matérias comemorativas em cadernos especiais – principalmente de aniversário da cidade. Também estão evidentes nos perfis semanais e em algumas reportagens que se dedicam a comentar algum costume tradicional ou acontecimento marcante do passado da cidade. As análises desses registros se dividem aqui em três partes: a primeira comenta as fotografias; a segunda, os cadernos especiais; e a terceira e última parte dedica-se exclusivamente aos perfis, que configuram um *corpus* significativo: páginas inteiras, coloridas e sem publicidade que contam parte da história de vida de algum morador da cidade.

A presença de registros de memórias no jornal *Linha Popular*, por si só, responde a uma das questões maiores desta pesquisa: diz respeito

ao fato de que o jornal utiliza, de fato, a memória do seu público como tentativa de se vincular a ele. Sobre isso, Naiza Comel, editora do *Linha Popular*, afirma¹⁷ que buscar apresentar as memórias no impresso partiu da tentativa de aumentar a participação da comunidade no processo de produção. Além disso, a equipe do *Linha Popular* diz ter diagnosticado em Camboriú um interesse generalizado pelo passado e pela história da cidade. Interesse de que tentou se apropriar, através dos perfis, primeiramente, para potencializar a aceitação do novo veículo pela cidade que se propôs a cobrir.

3.1. Memórias em foto: pessoas, lugares e eventos

A seção *memória*, presente na página 3 do *Linha Popular*, foi inserida em dezembro de 2013 juntamente com a apresentação de um novo projeto gráfico, mais modernizado. A editora Naiza Comel explica que a ideia surgiu do interesse de criar uma outra possibilidade de participação da comunidade no jornal – que já poderia ser exercida anteriormente através da *carta do leitor*, dos perfis e das sugestões de pauta. Na prática da elaboração dos perfis, segundo Naiza, foi possível confirmar a suspeita de que o interesse para história era significativo em Camboriú. Ela explica: “identificamos isso nos perfis de quem contava mais a história e queríamos ter um espaço para isso. Não poderia ser muito grande, por causa da questão de produção. Então, pensamos que a foto com uma pequena descrição poderia ajudar”.

Para selecionar as fotos veiculadas, o primeiro critério do jornal é a iniciativa da comunidade, que envia material por e-mail ou vai pessoalmente à redação. Quando o interesse de veicular uma foto sua ou de sua família parte de algum morador, esta é quase que imediatamente aceita. A busca por material ocorre quando não há demanda dos leitores. Nesses casos, os jornalistas entram em contato com fontes que consideram capazes de dispor desse tipo de fotografia: na maioria idosos e figuras publicamente relacionadas à história da cidade, principalmente envolvidas com a política, seja pessoalmente ou através da sua história familiar. Naiza também atenta para o fato de que muitos moradores possuem fotos antigas em seus perfis nas redes sociais da internet. Ocorre, portanto, de pedirem autorização para veiculação dessas imagens e também uma breve descrição do que representam. Todas as fotos na seção *memória* vêm acompanhadas de legenda explicativa.

¹⁷ Todos os depoimentos dos donos do jornal foram colhidos em entrevistas feitas por mim e disponíveis no anexo deste volume.

Essas fotos aparecem em escala de cinza, porque a página 3 do *Linha Popular* não é impressa em cor. São apresentadas dentro de um box cinza claro medindo 10,2 cm de largura e 14,6 cm de altura. Neste box, o título “memória” é seguido pela linha de apoio “as imagens antigas que contam a história da cidade”. A fotografia, como dito, acompanha legenda descritiva e, no rodapé, o convite: “Participe! Envie sua foto antiga de Camboriú, com identificação do local e/ou pessoas para redacao@linhapopular.com.br, com seu nome e telefone”. A imagem a seguir foi retirada da edição 249 do *Linha Popular*, veiculada no dia 27 de dezembro de 2013.

memória

As imagens antigas que contam a história da cidade.

Arquivo Sandra Nunes/Divulgação/LP



Na década de 60, um bar se tornou o local de encontro dos jovens de Camboriú. O bar do senhor Mário Reis ficava na esquina do antigo salão paroquial. Quem conta é Sandra Nunes, uma apaixonada pela história de Camboriú e que nos enviou a foto. A foto é do dia de inauguração do bar. “Era um lugar super familiar”, conta ela. Sandra identificou as pessoas que estão na imagem. Sentadas, da esquerda para a direita, Helenita Madeira, Roseli Garcia Simas, Maria Conceição Fadel, Carmem Lúcia Madeira, Sônia Vieira e Vera Almeida. “Hoje todas têm acrescentado nos nomes o sobrenome de casadas”, lembra Sandra. Ao fundo, sentados no balcão do bar, o jovem Bentinho Pereira, Lidinho Krunschick, Mauricio Garcia e Rogério Garcia.

Participe! Envie sua foto antiga de Camboriú, com identificação do local e/ou pessoas para redacao@linhapopular.com.br, com seu nome e telefone.

O período escolhido para análise das fotografias presentes nessa seção do jornal é composto pelas edições veiculadas em janeiro, fevereiro, março e abril de 2014, totalizando 16 fotografias cujas descrições transcrevo a seguir:

10 de janeiro: A foto é do ano de 1974 e foi feita no Auto Posto da Praça, no canto da Praça das Figueiras. Quem conta é o fotógrafo Ivan Silva, que enviou a imagem. Ele identifica na foto: Paulo Afonso Rebelo, o Paulinho, Leonél Macilio Pereira, Iron Silva, Ivan Silva, Selmo Machado, José Ganancini, o Zequinha, e Edson Pinheiro.

17 de janeiro: Esta imagem foi feita durante as disputas da Taça Cidade Camboriú de Futebol de Salão no ano de 1986. O time é o Cometa, que no final daquele torneio ficou com o vice-campeonato. A fotografia faz parte do acervo de José Henrique Bolda, o Montanha, que também era jogador da equipe. Na foto, Montanha está em pé, é o terceiro da esquerda para a direita.

24 de janeiro: A foto do acervo do historiador Isaque de Borba Corrêa mostra o centro da cidade, mais especificamente a rua Lauro Muller. Isaque diz que a data da imagem não é precisa, mas estima-se de que tenha sido feita na década de 40.

31 de janeiro: Carnaval do Clube Palmeiras, década de 60. A foto enviada pela leitora Sandra Nunes mostra o jovem Ivo Pereira, com sua esposa Gladys (à direita) e a professora Maria da Glória Pereira (à esquerda). Ao fundo, indica Sandra, aparece Oscar Garcia. Maria da Glória Pereira faleceu em 1970, em um acidente na BR-101. Foi homenageada dando nome de rua, na qual fica a redação do Linha Popular.

7 de fevereiro: A foto, cedida por Josias Pereira, mostra a construção da Prefeitura de Camboriú, em 1991. A placa indica o desenho do prédio feito com pedras, construído na administração de Wilson Plautz, o Rolinha.

14 de fevereiro: A foto do arquivo de Sandra Nunes mostra alguns rapazes da cidade na inauguração do bar de Mário Reis, na década de 60. Segundo Sandra, o bar que ficava na esquina do antigo salão paroquial tornou-se o point da época.

21 de fevereiro: A foto mostra o padre André Anesa, que foi homenageado com nome de rua na cidade. Segundo documento emitido pela Câmara de Vereadores na década de 70, quando a rua foi nominada, ele nasceu no ano de 1924, na Itália. Aos 28 anos, veio para o Brasil e formou-se padre. Em 1953, padre Andrea (a grafia correta do nome) assumiu como vigário da paróquia Divino Espírito Santo aqui de Camboriú, onde permaneceu até 1960. Ele morreu em São Paulo, em 1969. O historiador Isaque de Borba Corrêa aponta que o padre entrou para a história da cidade principalmente por seu temperamento. “Ele se envolvia em política e era um homem muito valente”, descreve.

28 de fevereiro: A foto do arquivo de Sandra Nunes foi tirada em frente ao cinema que existia em Camboriú (onde hoje é a Papelaria Central) na década de 50. Na imagem, da direita para a esquerda e Terezinha Simas, Ilca Bitencourth, Maria da Glória Pereira com a mão na cintura e Zilma Saut Pereira. 'Nesta época, mulheres não usavam calça comprida, que chamava de slak e produziam-se impecavelmente para ir ao cinema', descreve Sandra.

7 de março: O leitor Ivan Silva enviou uma foto de um time de futebol com um integrante ilustre. Na imagem, está Roberto Santos Garcia, que foi homenageado dando nome ao estádio da cidade. Em pé estão Matias Testoni, Roberto Santos Garcia (o Robertão, que deu nome ao estádio), Iron Silva, Alcione Dalago, Chicão e Ilmar Silva. Agachados, Ivan identificou: Sergio Luiz Schmitt, Ricardo Garcia, Lucio Garcia e Reinaldo Garcia.

14 de março: A foto de João Vergílio Pereira mostra os alunos da 3ª série primária do então Grupo Escolar Professor José Arantes, em 1951. Eles posam com a professora Maria Luzia Pena Vanzuita. João é o aluno do canto direito, na primeira fila.

21 de março: Os funcionários do antigo Supermercado Vitória, que ficava no centro da cidade, em foto do leitor do LP e então funcionário Saulo Pereira.

28 de março: Na imagem do arquivo de Sandra Nunes, Imenésio Souza, o ex-vereador Boca, com seus amigos José Acir Matias e Lúcio Garcia.

4 de abril: A foto enviada pelo pastor Adésio Duarte mostra o grupo de jovens da Assembleia de Deus de Camboriú em 1979. Da esquerda para a direita aparecem: Vanilson Machado, José Marcos, Alceu Viana, pastor Adésio Duarte, presbítero Idelor da Silva, pastor Reuel Bernardino e Nauro Correa. E as mulheres: Julia Machado, Eunice Policarpo, Lauro Albanas, Marlene de Sousa, Elisete Saragoça, missionária Alenir Bernardino, Eliete Saragoça, Angela Duarte, Claudete dos Passos e Zenaide da Cunha.

11 de abril: A foto do arquivo de Sandra Nunes mostra a ordenação de padre na cidade em 1965. Na imagem, estão o prefeito Amadio Dalago, sua esposa Judite Dalago e Ademar Silva.

18 de abril: A foto mostra Ivan Silva, Hélio Juarez Santos, Maurício Escova e Ademir Bernardino (in memoriam). Ela deve ter sido feita entre 1970 e 1971. Os quatro jovens faziam parte da Fanfara do Colégio José Arantes. A foto é do acervo de Ivan Silva.

25 de abril: A foto do acervo da artista plástica Sandra Nunes mostra os belos carros da década de 60 em Camboriú. Ao fundo, podem ser vistas a agência do banco Inco e a antiga Prefeitura.

A observação das imagens e leitura das descrições possibilitou algumas constatações. A primeira delas é que, de fato, essas fotografias contam da história da cidade. Nelas, estão representadas figuras que deram nomes às ruas e ao estádio, que ocuparam cargos na prefeitura e câmara de vereadores, além de outras lembradas por sua relação com a comunidade: padres, pastores, professoras. Em um momento, o jornal se

insere diretamente no contexto dessa história, ao relatar que sua redação situa-se à rua cujo nome homenageia uma professora fotografada, Maria da Glória Pereira.

Muitas das pessoas fotografadas são apresentadas na descrição com nome e apelido. A utilização desses apelidos remete a uma intimidade, presumida, entre a pessoa retratada e o público que lê o jornal. Alguns anos depois dessa publicação, o *Linha Popular* veicularia um caderno especial no qual escreve que essa característica de apelidar pessoas e lugares faz parte da configuração da identidade do camboriuense.

O conjunto composto pelas fotografias presentes nas edições analisadas representou, com quatro exceções (o retrato de um padre, uma rua deserta, uma fila de carros estacionados e um canteiro de obras), grupos de pessoas em atividades essencialmente coletivas: festas, passeios, jogos de futebol, turmas escolares, um grupo de funcionários do único supermercado da cidade à época, encontros religiosos. Remetem, pela intimidade como citam nomes e pela representação que fazem dessas pessoas em grupos, a uma época em que o senso de comunidade era mais forte: as pessoas se conheciam, partilhavam das atividades e lugares sociais. Os eventos registrados confirmam essa percepção de um modo de vida essencialmente coletivo: celebrações religiosas, carnaval, campeonatos esportivos.

Além de tratar de pessoas, as imagens e suas descrições tratam de lugares públicos: a Praça das Figueiras, a Prefeitura, o bar, a rua, o clube. Dão relato de uma experiência fixada nos espaços ocupados, que não servem apenas para passagem e/ou oferta de mercadorias, mas de comunhão social. Tais experiências passadas, mesmo para os que não as viveram por si mesmos, mas através da história familiar, atribuem valor e afetividade ao modo como esses lugares são percebidos.

Religião e política são temas recorrentes no conteúdo observado. Fazem-se presentes nos nomes de antigos vereadores, prefeitos, pastores e sacerdotes – às vezes, lado a lado na mesma imagem, como no caso do prefeito presente com sua família em uma ordenação sacerdotal.

Foi possível perceber alguns personagens recorrentes, que aparecem em mais de uma fotografia publicada pelo *Linha Popular*. Essa constatação denuncia a pouca pluralidade das fontes que disponibilizam esse material e, por consequência, a pouca pluralidade de figuras/eventos/lugares representados. Com alguma exceção, todos os registros tratam do centro da cidade. Mostram rostos felizes compartilhando de atividades sociais.

Numa análise das presenças, as fotografias observadas dão testemunho de um passado cuja vida social era intensa e feliz. Retratam grupos de pessoas essencialmente jovens que se reuniam em ocasiões recreativas, institucionais e religiosas. Observando as ausências, porém, percebe-se que não há retrato das ruralidades, assim como não o há das pobrezaas no período observado. Talvez isso se deva também ao fato de que, quanto mais ao passado se volta, menor o acesso a acervos fotográficos.

Nesse sentido, o conjunto de memórias remete a uma ação dupla: reforça uma identidade enraizada nos lugares, personagens e eventos que protagonizam a história oficial do município; ao mesmo tempo, porém, solidifica a invisibilidade dos coadjuvantes, que são quaisquer uns que não se incluam no contexto dessa experiência coletiva, fixada historicamente no centro da cidade de Camboriú.

3.2. História e memória nos cadernos especiais

Desde o primeiro ano de existência, o *Linha Popular* produz um caderno especial na edição que celebra o aniversário de Camboriú, comemorado nos dias 4 de abril. Natal, dia das mães, dia internacional das mulheres e eleições municipais também já foram marcados com a elaboração de caderno especial. Trata-se de um encarte geralmente com todas as páginas coloridas, contendo reportagens, retrancas e publicidades posicionadas em torno de um único tema.

Dos seis cadernos especiais de aniversário de Camboriú, elaborados pelo *Linha Popular* desde a sua criação, em 2009, apenas um não se dedicou a contar histórias relacionadas ao passado da cidade e de seus moradores: o veiculado em 2014 e intitulado “Made in Camboriú”, no qual retratam iniciativas de camboriuenses que repercutiram para fora da cidade e do país, através da exportação de produtos, serviços e técnicas. Como explica a editora Naiza Comel:

De todos os nossos cadernos especiais, apenas um estava voltado para o futuro. O restante todo estava voltado para o passado. Mesmo o caderno que era “A Camboriú dos sonhos”, que era sobre o que precisava ser melhorado, nele se falava sobre o passado, sobre como era antigamente. Então, claro, a gente tem a ideia de que é uma coisa que o camboriuense gosta, que é conhecer a história da cidade (ANEXO 1).

3.2.1. A história oficial e o enredo dominante

O primeiro especial não foi feito em forma de encarte, mas incluído no corpo do jornal, veiculado no dia 3 de abril de 2009. À época, o *Linha Popular* ainda tinha o seu nome original: *Primeira Linha*. Chamou-se assim por seis meses, até a descoberta de que o título já era utilizado por outro jornal local no interior de Minas Gerais. Quando confeccionou o primeiro material especial em celebração ao aniversário da cidade, o veículo tinha menos de dois meses de existência e aquela era sua sexta edição. O especial, intitulado “Histórias de Camboriú”, ocupou duas páginas e, a partir do livro do historiador José Ângelo Rebelo, narrou quatro casos da história do município (cada caso acompanhado de uma charge humorística do chargista camboriuense Leandro Francisca), que transcrevo abaixo:

O cruzeiro da matriz

Sentados nos degraus do pedestal que sustenta a cruz, localizada em frente da igreja católica matriz de Camboriú, poucos suspeitam da confusão política que a sua instalação criou.

Em 26 de novembro de 1924 o Superintendente em exercício, Antônio Casemiro de Bittencourt, comunicou ao Conselho Municipal que padres missionários que estivessem na cidade cogitaram fincar uma cruz tosca de madeira nas proximidades da capela. Visitando-os, o Senhor Superintendente (Hermínio Irineo Vieira) pediu-lhes que desprezassem essa ideia que, além de prejudicar a estética da sede da Vila, trazia sérios perigos no trânsito por falta de iluminação. ele deu, então, a ideia de ser aproveitado para isso o local situado atrás da capela que existia onde hoje está a atual igreja do centro. Porém, sugeriu que o cruzeiro fosse construído sobre uma base de tijolos e cimento, visto que a cruz em questão não ia ser suficiente para servir como monumento na sede da Vila.

O vigário da Paróquia - de São Sebastião de Tijucas - não gostou da atitude do Superintendente e o fez prometer uma solução para o impasse. Hermínio, então, discutiu o assunto com o presidente do

Conselho Municipal, José Francisco Victor, e o secretário Theobaldino Antônio Pereira, e sugeriu:

1. Ser aproveitado o lugar ao lado da capela e nele ser colocado um cruzeiro mais vistoso com todos os seus mistérios, sentado numa base de tijolos e cimento oferecido pelos católicos;
2. Aproveitar a cruz já feita pelos missionários e colocá-la nos terrenos atrás da capela;
3. Oferecer, para os mesmos católicos, uma placa a ser pregada na referida cruz que seria colocada no cemitério.

Mesmo assim, o Vigário mandou que a tosca cruz dos missionários fosse colocada ao lado da capela para depois ser substituída por outra "de mais aparência e beleza". O Superintendente não concordou com a atitude do Vigário e foi a Florianópolis entender-se com o Bispo Diocesano. Disse-lhe que seu intento era o de "zelar pelo embelezamento da Vila estando pronto a oferecer, com o auxílio de seus aigos, um cruzeiro digno de figurar como monumento comemorativo". O bispo ordenou ao vigário que suspendesse a instalação da tosca cruz, mas pediu ao superintendente que enviasse ao vigário o Código de Postura do Município para justificar a proibição.

O Código não apresentava nenhuma referência a respeito do assunto. O superintendente, rapidamente, encomendou ao Conselho Municipal leis "para futuramente não ser ferido com outras construções com iniciativas que só pudessem trazer o desprestígio das autoridades em zelar pela estética e embelezamento do perímetro urbano". O Conselho, então, determinou: "Fica expressamente proibido aos particulares, sociedades civis, literárias, ou quaisquer fundações constituírem ou colocarem provisória ou permanentemente, em lugares públicos ou terrenos de sua propriedade situados no perímetro urbano, monumentos comemorativos, estátuas, cruzeiros ou símbolos de quaisquer crenças religiosas sem prévia autorização da Superintendência Municipal que só poderá concedê-la mediante a exibição da respectiva planta ou na falta desta após uma vistoria por uma comissão nomeada pelo Sr. Superintendente".

O vigário, em represália ao superintendente, não fez a campanha entre os católicos para custear o cruzeiro. No dia 20 de janeiro de 1925, o Conselho Municipal teve que autorizar o superintendente a "gastar até duzentos e cinquenta mil réis para construir um cruzeiro a ser colocado na praça da Igreja".

A disputa dos poderes civis e eclesiásticos, entre outros desgastes e despesas, levou dos cofres públicos de Camboriú duzentos e quarenta e um mil réis. A referida cruz é, pois, da Prefeitura, ou seja, de todos os camboriuenses, católicos ou não.

O banco cocada

O banco que foi derrubado pelos políticos, mas que incomodava muito os pais das moças da cidade.

Não sei por que o banco se chamava cocada, mas até o início da década de 1960 ele estava lá. Era um banco sextavado a abraçar o troco de uma das árvores da praça da frente da igreja católica matriz de Camboriú. O tal cocada era usado para namorar, para contar história e planejar estratégias de eleição e até para comemorar ou lamentar o resultado delas. Numa determinada eleição em que o Partido Social Democrático (PSD) foi o vencedor, os seus correligionários fizeram uma grande festa comemorativa em torno daquele banco de praça. O cocada ficou sendo a referência daquela vitória. Toda lembrança daquela estrondosa derrota imposta pelo PSD à União Democrática Nacional (UDN) era associada ao cocada: Foi no cocada... Lembram da festa do cocada?... Agora, nossas vitórias serão sempre comemoradas no cocada, etc. O cocada ficou sendo o marco daquela famosa vitória eleitoral do PSD. Os partidários da UDN não suportavam mais ouvir falar da derrota sofrida bem como de nada que a recordasse. Na eleição seguinte, quem comemorou foi a UDN, e então, sendo a dona da festa da vez, seus partidários foram para o cocada... para fazer uma festa ainda maior, certo? Engano seu. Em Camboriú não funcionava assim. A primeira atitude daquelas udenistas foi a de destruir o cocada, arrancar a árvore em que ele se apoiava para apagar de vez a lembrança daquela

derrota política da mente de todos os eleitores, udenistas ou não.

Camboriú e as duas simultâneas câmaras de vereadores

Era ferrenha a briga entre udenistas e pessedistas de Camboriú. Os membros do Partido Social Democrático (PSD) e os da União Democrática Nacional (UDN) eram, literalmente, inimigos de morte.

A maioria dos vereadores da câmara eleita para legislar de 01/02/1955 até 31/01/1959 era do PSD. Os udenistas não teriam vez nem voz naquele período legislativo. Por isso, nem compareceram à cerimônia de diplomação. Aliás, o prefeito Francisco Barreto (UDN) tampouco abriu a sala, sede da Câmara, que ficava na prefeitura, para que se fizesse a diplomação dos edis eleitos. Os vereadores (do PSD) tiveram que usar outro local para tal. Como também não puderam usar a referida sala da prefeitura para as sessões futuras, recorreram à senhora Lídia Pereira de Mello que cedeu sua casa durante 15 sessões, e depois à justiça, que exigiu de Barreto a franquia da sala da prefeitura para a Câmara, o que só foi cumprido uma única vez. As sessões voltaram a ocorrer na casa de Dona Lídia, pois a chave da prefeitura não foi cedida pelo prefeito.

Por ocasião da eleição da mesa diretora da Câmara oficial, Guy Angelino Vieira (PSD) foi eleito presidente; Antônio Fadel Filho (PSD), vice-presidente; Acácio Bittencourt (PSD), primeiro secretário e Francisco Alípio dos Santos (PSD), Secretário. Curiosamente, Luiz Vieira (UDN) se elegeu presidente de outra Câmara, a da UDN e abriu um segundo livro de atas, em 25/05/1955 e, a partir de 01/08/1955 começa a fazer reuniões com seus pares udenistas na sala da prefeitura, destinada à Câmara.

As sessões desta câmara resumiam-se em registrar falta de quorum para a realização das sessões, devido à "ausência dos vereadores do PSD, que eram a maioria, impedindo os trabalhos da Câmara". Em 27/12/1955, Luiz Vieira dos Santos,

como presidente da Câmara (dele), extingue os cargos dos vereadores pessedistas por "faltarem por mais de seis meses consecutivos, impedindo os trabalhos da casa, por se constituírem na maioria". Convoca os suplentes Eloy Garcia Júnior, Pedro Francisco Ramos, Leôncio Juvêncio Mafra e Verônico Joã de Souza para tomar posse em 29/12/1955. Obviamente que os convocados, todos do PSD, não compareceram, pois, para eles a câmara legítima e com vereadores diplomados era aquela composta pelos pessedistas e que tomaram posse em 02/02/1955. Apesar da decisão de Luiz Vieira, a Câmara do PSD funcionou até a posse da seguinte, ocorrida em 31/01/1959.

O município vai, mas a paróquia não

A criação do município de Camboriú se deu pela Lei nº 1.076 de 5 de abril de 1884, assinada pelo Governador da Província de Santa Catarina, Dr. Francisco Luiz da Gama Roza.

A Paróquia de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Camboriú foi instalada no atual Bairro da Barra em 23 de março de 1840, pela Lei Provincial nº 129, assinada pelo presidente da Província de Santa Catarina, o Mal. Francisco José de Souza Soares de Andrea (18/08/1839 a 26/06/1940), Barão de Caçapava, nascido em Lisboa. Mais tarde, por intervenção e apoio do Padre José Maria da Costa Rebello, tornou-se Freguesia pela Lei Provincial nº 292, de 26 de abril de 1849, com o nome Distrito de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Camboriú, do presidente da Província, o Dr. Antônio Pereira Pinto (05/03/1849 a 30/11/1849).

A instalação do município se deu, também na Barra, em 15 de janeiro do ano seguinte, onde ficou até 10 de fevereiro de 1890, com o nome de "Villa de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Camboriú". A transferência para a Villa do Garcia, onde hoje é Camboriú, ocorreu por decreto do governador Lauro Severiano Muller, datado em 04/02/1890.

A região foi denominada de Villa do Garcia pelo fato de José Francisco Garcia ter adquirido grande área de terra no lugar, que passou a ser cultivada

pelo seu irmão Francisco Thomaz Garcia a partir de 1836.

Fato curioso é que quando a sede do município foi transferida da Barra para a Vila do Garcia, veio sem a paróquia. Por isso, foi preciso criar nova paróquia, a do Divino Espírito Santo, com base na capelinha já existente em homenagem ao Espírito Santo e que ficava em frente da atual igreja matriz. A construção daquela capela foi autorizada pelo presidente da Província Theodoro Carlos de Faria Souto, por meio da Lei 1.024 de 18/05/1883, assim como o cemitério, a pedido de Manoel Anastácio Pereira, em terrenos doados por Marcelino José Bernardes. A nova igreja matriz só foi construída em 1938 por ação do Padre José Locks (vigário desde 10/08/1930 a 16/08/1938), com donativos dos municípios vizinhos, incluindo até a região alemã da Grande Florianópolis.

As narrativas, além de contarem de Camboriú, mais uma vez evidenciam a influência das questões políticas e religiosas na história do município. Essa recorrência da história nas páginas do jornal aponta para a concepção de Thompson (1992) que, ao preocupar-se com a transmissão da história oral, argumenta que é por meio da história que as pessoas comuns são capazes de compreender as mudanças e acontecimentos por que passam em suas próprias vidas. Essa afirmação faz mais sentido ainda quando pensada na perspectiva do local, porque esse registro historiográfico de proximidade – geográfica, afetiva – carrega consigo a possibilidade de reclamar, no leitor, um sentimento de identificação e reconhecimento ainda maior: não apenas com o território que configura a cidade, mas com lugares pelos quais circula, acontecimentos que ecoam em conversas familiares e nomes de parentes distantes. De acordo com Thompson, “de modo especial, a história da família pode dar ao indivíduo um forte sentimento de duração muito maior de vida pessoal, que pode até mesmo ir além de sua própria morte” (THOMPSON, 1992, p. 21).

A ideia de haver narrativas historiográficas nas páginas do jornal, me parece, atribui ao mesmo tempo um valor politizante e educador, que tem a ver com o fato de possibilitar aos leitores o vislumbre de que sua história pessoal insere-se num contexto maior do que o de sua própria vida cotidiana – que é muitas vezes alienante.

Em 2010, o material especial em comemoração ao aniversário de Camboriú produzido pelo *Linha Popular* já se apresentava em formato de

encarte, adicionado ao jornal para fins de circulação, mas configurando um material à parte: com capa, editorial e paginação independentes. O caderno, inteiramente colorido, contou com 16 páginas e tinha como tema “Pelas ruas da história”. Nesse material, a equipe dedicou-se a narrar biografias de figuras que, pela sua relação com o município, em morte nomearam as principais ruas de Camboriú.

No editorial veiculado nesse caderno especial, além de agradecer às fontes que ajudaram no levantamento dos dados apresentados, a empresa jornalística justifica a escolha do tema citando a fala de um historiador camboriuense, que afirma que o conhecimento da história é fundamental para o exercício de amor à mesma. As figuras foram escolhidas levando em conta a possibilidade de acesso a suas biografias, através de registros documentais e relatos de familiares. Também explica que nomear ruas é uma atribuição dos vereadores e, portanto, devido à histórica disputa política no município, muitos nomes são escolhidos por meio de um partidarismo que os leva a homenagear parentes de seus correligionários.

Ao todo, o caderno comenta a biografia de 15 personalidades. Destas, apenas uma mulher: a professora Maria da Glória Pereira, que além de nomear uma das ruas, também deu nome a uma escola. A biografia de Maria da Glória inclui que ela exerceu sua profissão de maneira honrada e digna e que morreu de maneira trágica, atropelada ao salvar crianças que atravessam, a pé, a BR 101.

Os outros nomeadores de ruas cujas biografias são narradas no caderno, além de serem todos homens, ocuparam cargos de liderança política ou religiosa. Comerciantes, padres, vigários, professores, prefeitos, vereadores, superintendentes, governantes e escrivães, muitas vezes acumulam títulos, como o caso do vigário que também foi médico ou dos líderes políticos que possuíam estabelecimentos comerciais. Um deles, José Francisco Bernardes, é retratado como o único analfabeto do conjunto apresentado. Porém, sua biografia aponta que foi, talvez, um dos homens mais ricos do século XIX.

Transcrevo, abaixo, quatro destas 15 biografias encontradas:

Rua João Cristóvão Pacheco

João Crisóstomo Pacheco é o nome correto. Esta é mais uma rua na qual o nome foi escrito de forma errada”, explica o pesquisador Isaque de Borba Corrêa. João Crisóstomo assumiu como secretário da Intendência, que era o governo da época, em 6 de fevereiro de 1890, quando José F. da Silva

deixou o cargo. Um dos principais propagandistas do regime republicano, juntamente com Manoel Anastácio Pereira, Marcelino José Bernardes, Antônio Maria de Souza, Joaquim da Silva Santos e Manoel Ignácio Linhares.

Filho de Laureano Pacheco da Costa, que de acordo com o levantamento de Isaque foi o primeiro professor da cidade – que na época era apenas o povoado de Nossa Senhora do Bom Sucesso. “Com relação a Laureano Pacheco e suas atividades, alguma coisa foi alcançada graças ao privilégio deste professor ter educado o filho, com tendências a historiador, amante das nossas tradições, costumes e raízes; gravou nas páginas de seu precioso jornal *Democrata*, fatos e acontecimentos que dizem respeito à cultura camboriuense”. José Angelo Rebelo completa. De acordo com ele, um dos melhores alunos de Laureano Pacheco foi seu filho, que aos 15 anos o substituiu plenamente.

O pesquisador Isaque conta em seu livro que João Crisóstomo “(...) com apenas 19 anos de idade, em pleno Regime Imperial, consultou o pai se podia aceitar o convite de Manoel Anastácio Pereira e Antônio Maria de Souza para participar de uma reunião política para criação de um partido republicano”. Dois anos depois, houve a queda do Império.

José Angelo Rebelo fala sobre o jornal criado por João Crisóstomo (*O Democrata*) nas páginas de seu livro – “Sem história não dá: E assim se fez em Camboriú”. O autor descreve que foi fundado em 1919, para que Crisóstomo pudesse brigar com as mesmas armas de seu adversário – Benjamin Vieira, que respondia pelo jornal *O Intransigente*, também quinzenal.

As discussões entre os dois jornalistas eram ferrenhas. Isaque exemplifica mostrando uma edição do jornal de João Crisóstomo. O jornal *O Democrata* de número 3 (1 de fevereiro de 1919) traz que: “O *Intransigente* de 1º de Janeiro, o valente campeão das pugnas jornalísticas, o mais audaz dos guerreiros da legião de Guttenberg, estreou na arena, o anno novo, phantaziado de palhaço a dizer asneiras sem conta, para gáudio dos leitores, que riram a fartar de sua ingenuidade”.

Rua Heitor Santos

Heitor Wedekin dos Santos veio para Camboriú em 1903, quando foi contratado como telegrafista. Em seu livro, José Angelo Rebelo conta que a instalação do telégrafo na cidade foi uma festa.

Ele casou-se com Líbia Vieira, filha do Coronel Benjamin Vieira. E se manteve como telegrafista até 1930, quando tomou posse como prefeito provisório. José Angelo conta que, nesta época, Heitor “reclamou dos seus 27 anos trabalhados como telegrafista público, ‘que os governos antirrevolucionários lhe haviam tirado’”.

O pesquisador relata também que, em seus discursos, Heitor não se esquecia de exaltar que Camboriú e São Bento tinham sido os primeiros municípios do Estado a se manifestarem pela proclamação da República, através de seus pioneiros Clubes Republicanos.

Sobre o telégrafo, José Angelo ainda fala que a Avenida Brasil, de Balneário Camboriú, teve seu traçado determinado pelas linhas do telégrafo e era inicialmente conhecida como “Caminho do Telégrafo”.

O pesquisador relata outro momento da história da cidade que teve a participação de Heitor dos Santos (no centro da foto ao lado). Em 1913, Heitor, Hermínio Irineo Vieira e Flávio de Souza Vieira, entraram com um pedido para ter isenção de impostos por 30 anos para instalar – em cinco anos – uma rede telefônica em Camboriú. “Os conselheiros nem titubearam. Aprovaram de pronto, mas a rede não saiu”, conta José Angelo. O autor esclarece que a rede acabou só sendo implantada em 1930.

Rua Maria da Glória Pereira

De acordo com os dados disponibilizados pela Escola Estadual Maria da Glória Pereira, de Balneário Camboriú, esta camboriuense nasceu em 12 de dezembro de 1931 e era filha de Leonel Anastácio Pereira e de Isabel de Souza Pereira. A biografia da escola aponta ainda que Maria da Glória Pereira iniciou seus estudos no Grupo Escolar Professor José Arantes.

Em 1958, entrou para o magistério lecionando como professora complementarista na Escola Isolada Estadual Joaquim Magalhães, na qual mais tarde foi diretora. Trabalhou também em Navegantes e depois em Balneário Camboriú, na Escola Isolada de Vila Real, que hoje leva seu nome.

Mais tarde, em 1966, concluiu seus estudos no Curso Normal Regional em Camboriú, que habilitava para o magistério. A biografia destaca que Maria da Glória Pereira “soube honrar sua profissão e a exerceu com carinho e dignidade”.

Nos momentos em que não estava trabalhando, relata a biografia, Maria da Glória se dedicava à catequese. “Participava ativamente da religião católica e gostava de ajudar as pessoas carentes”.

Maria da Glória teve uma morte trágica. Faleceu aos 38 anos de idade, no dia 15 de setembro de 1970, em um acidente na BR-101. De acordo com material da escola que leva hoje seu nome, três meninos tentavam atravessar a BR, ela tentou salvá-los e acabou sendo atropelada.

Rua José Francisco Bernardes

O pesquisador Isaque de Borba Corrêa descreve José Francisco Bernardes como um grande comerciante. “Quem sabe um dos mais ricos do século XIX”, comenta. Isaque conta ainda que José Francisco era analfabeto. “Marcava as contas dos clientes com carvão na parede”. E completa: “Acabou sendo o grande patriarca de uma família que gerou advogados e até desembargadores”.

Por muito tempo, comenta o pesquisador José Angelo, o comércio ficou nas mãos de alguns poucos camboriuenses. Ele destaca que no Centro (Garcia), o destaque era José Francisco Bernardes, que foi dono da primeira Casa de Comércio de Camboriú (foto).

Isaque lembra ainda que, por ato da Junta Governativa que assumiu o Governo Federalista, em 30 de dezembro de 1892, foi um dos nomeados para compor a Câmara. Já em 1893, ele assumiu novamente, desta vez através de eleição. “Mas em 1894, com o estabelecimento da legalidade republicana a legislatura destes membros foi

suspensa, quando o Governo Provisório criava a Superintendência Municipal, em substituição da Câmara Municipal”.

A dificuldade em reunir dados biográficos de mulheres resulta do apagamento histórico do gênero feminino. Não ganham a dignidade de história por não protagonizarem os grandes monumentos de história; não lhes foi possível ocupar cargos de liderança, acumular posses e participar ativamente da vida política. Ainda que no final do século XIX e meados do XX essa realidade comece a se transformar e ser questionada nos grandes centros urbanos, nos quais educação, arte, direito, política e todas as vantagens da metrópole se concentram, ela se agrava na vila interiorana, provinciana, rural e pós-colonial. Conforme aponta Margareth Mead (*apud* PEDRO, 2005), as sociedades humanas, ainda que de maneiras diferentes, utilizaram historicamente a diferença sexual como argumento na constituição dos papéis sociais. A historiografia, por muito tempo um ofício de homens, desconsiderou a diferença entre os sexos e o masculino no homem. Foi apenas com as conquistas dos movimentos feministas que as mulheres ganharam a dignidade de serem inseridas no contexto da historiografia enquanto objeto de investigação histórica.

Essa constatação denuncia o fato de que o caderno especial “Pelas ruas da história”, ao se propor a contar a história de Camboriú através das figuras notórias que nomearam suas ruas, utiliza como fontes primárias livros de historiadores. Disso, resulta o fato de que a historiografia transmitida pelo *Linha Popular* para seus leitores pouco difere daquela oficial e documental, cujo enredo enleva os grandes acontecimentos e figuras notórias, que são quase sempre homens de posses, ocupando cargos de lideranças políticas ou religiosas. Aqui, a história não ganha a possibilidade de desdobrar-se e pluralizar-se, atribuindo aos pequenos acontecimentos e às pessoas comuns a dignidade de ingressarem no enredo da historiografia camboriuense.

De fato essas narrativas do enredo da história dominante não presentificam nada, a não ser a possibilidade do vislumbre da vida como inserida num contexto maior que o cotidiano. Essa possibilidade também carrega consigo um poder educador. No entanto, ao contrário das narrativas de memória, que atribuem significado no presente da existência, as biografias de ilustres nomes de ruas, por exemplo, fazem pouco mais do que informar – o que, importa dizer, jamais pode ser desconsiderado ou desmerecido.

3.2.2. Memórias de fato e a possibilidade de transmitir experiências

Na edição nº 108 do jornal *Linha Popular*, veiculada no dia 1º de abril de 2011, circulou o terceiro especial de aniversário de Camboriú. O caderno de 18 páginas coloridas teve como mote “Eu escolhi Camboriú” e narra histórias de pessoas vindas de diferentes estados e cidades brasileiras ou de outros países. As fontes deixam de ser livros e historiadores: tratam-se das memórias dos entrevistados, a quem o jornal dá o espaço para contar a parte de sua história de vida que se relaciona com o município de Camboriú, suas motivações para migrar. Das 17 pessoas entrevistadas, 8 são homens e 9 mulheres. A capa do caderno é composta pelas fotos dessas pessoas, lado a lado, vestindo camisetas brancas em que se lê, letra a letra, a frase “eu escolhi Camboriú”. A ordenação é feita de modo que mulheres e homens estejam lado a lado, intercalados. Essa escolha evidencia o discurso da editora Naiza Comel que, em entrevista para esta pesquisa (ANEXO 1), disse preocupar-se em intercalar, nas diversas partes do jornal, mas mais evidentemente nos perfis realizados, os gêneros masculino e feminino.

Para fins de ilustrar a intenção e conteúdos presentes no caderno, transcrevo a seguir o editorial que o acompanhou:

Todos os sotaques

Camboriú tem se tornado uma cidade cada vez mais atraente para visitar, para morar, para trabalhar e para investir. E, também por isso, já passou a casa de 62 mil habitantes. Claro que ainda há problemas. Eles precisam ser discutidos e as soluções apontadas. Mas no aniversário de 127 anos de Camboriú, assim como fazemos com as pessoas que nos são queridas, deixamos por um momento as dificuldades de lado. É momento de comemorar.

Nada melhor então do que mostrar a história de algumas pessoas que escolheram a cidade para viver e investir. A ideia partiu de uma constatação, feita aqui mesmo na redação do *Linha Popular*: a maioria de nós veio de longe, acreditando nas oportunidades e no desenvolvimento de Camboriú. Fernando Assanti nasceu no Rio de Janeiro e está na cidade há 16 anos, quando os pais se mudaram para cá. Gustavo Zonta e Naiza Comel são de cidades do interior de Santa Catarina: ele de

Ascurra, ela de São Carlos. Lucas Henrique Coppi, nosso estagiário, é o único legitimamente camboriuense.

Como conhecemos bem a relação de carinho que se estabelece com esta terra, convidamos 17 pessoas para falar de sua relação com Camboriú. Também, claro, de como chegaram até aqui. Nas próximas páginas, você vai ler histórias de amor, de procura por tranquilidade, de busca por um local para investir. Adriana Alvez Viana conta sobre como saiu de Barra Mansa, no Rio de Janeiro, e veio morar aqui. Antônio Alves Ferreira já está em Camboriú há quase duas décadas, depois de ter saído da Paraíba. E assim se seguem os relatos de quem deixou o Ceará, o Pará, São Paulo, Estados Unidos, Paraná, Minas Gerais, Argentina, Suíça, Gaspar, Peru, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Indaiatuba, Bahia e Rio Grande do Sul, para viver em terras camboriuenses.

Há muitos mais exemplos de pessoas que escolheram Camboriú. É só andar pelas ruas do Centro, do Monte Alegre, do Areias, do São Francisco de Assis, do Santa Regina, do interior... Uma cidade bonita por natureza, que, nos seus 127 anos, recebe declarações de amor em todos os sotaques.

No discurso, a empresa utiliza um recurso que pode ser observado esporadicamente nos seus editoriais e nos espaços publicitários que ocupa para divulgar a própria imagem: insere a si mesma, enquanto empresa e também através da história pessoal de seus jornalistas, na história do município, reforçando sempre sua integração à comunidade. Tal recurso é evidente também na arte publicitária de uma página inteira, na contracapa do caderno especial, em que se lê em letras grandes a frase “Nós também escolhemos Camboriú!”, seguida pelo *slogan* (“aqui Camboriú é notícia”) e o logotipo do *Linha Popular*.

Esse lembrete constante de sua interpenetração à comunidade para a qual se dedica atua no sentido de autolegitimação do jornal, que se articula discursivamente como voz legitimada de Camboriú. Como aponta Guerreiro Neto (2012), o discurso de legitimação do jornalismo pode ser identificado no editorial, ainda que este não seja o propósito evidente da narrativa. O autor entende a legitimação como uma prática

discursiva que, pela linguagem, age sobre a instituição. Trata-se de uma validação do discurso através de ferramentas discursivas.

Sobre as narrativas que seguem ao longo do caderno, como escrito no editorial, falam de pessoas de diferentes lugares e países tendo como gancho a sua vinda para a cidade. Abaixo, trechos de algumas dessas narrativas:

Do Rio

[...] Mas o começo da história de amor entre Adriana e Camboriú foi conturbado. Ela e o marido chegaram pouco antes da enchente de 2008, que arrasou grande parte do litoral de Santa Catarina. A água das chuvas causou grandes estragos por toda Camboriú e também na casa de Adriana. "A enchente pegou a gente de surpresa. A água entrou no primeiro andar da casa, nosso carro ficou debaixo d'água. Foi em um momento em que eu e meu marido passávamos por uma dificuldade financeira bem grande", relata Adriana.

A família dela ficou sabendo da tragédia e começou a juntar coisas para enviar a Camboriú. "Quando eles viram, dava para encher uma carreta", conta Adriana. A Cruz Vermelha ficou sabendo da história, tinha que enviar donativos, e decidiu mandar uma única carreta para Santa Catarina. "Uma parte eram as coisas que a minha família estava enviando para mim e o resto era para distribuir em Itajaí e Ilhota", lembra ela. Mas, quando os donativos chegaram aqui, Itajaí e Ilhota recusaram as doações e Adriana e o marido acabaram se responsabilizando por toda a carga, que tinha cerca de três toneladas de roupas, alimentos e água.

Eles montaram um ponto de distribuição de donativos e durante três meses auxiliaram milhares de pessoas. "Conseguimos um galpão emprestado para deixar as coisas e, mesmo sem termos um tostão no bolso, distribuímos tudo para a comunidade", lembra.

Quando essa fase passou, ela e o marido estavam quase sendo despejados e Adriana decidiu sair pela cidade vendendo doces. "Comprei uma barra de chocolate, fiz umas trufas e saí por aí. Enquanto isso meu marido consertava o carro para voltar a

trabalhar", recorda. Hoje, eles já possuem uma loja de doces no centro de Camboriú, outa na praça de alimentação da igreja que frequentam em Balneário e, em breve, devem abrir mais uma. "O povo é muito receptivo aqui e aos poucos a gente vai conquistando a confiança dos camboriuenses", enfatiza Adriana. [...]

Da Paraíba

No início dos anos 40, na Paraíba, nascia Antônio Alves Ferreira. Ele e a mulher são naturais de Monteiro, a 320 quilômetros da capital João Pessoa, mas poderiam perfeitamente ter nascido em Santa Catarina. Aqui há 17 anos, seu Antônio e a esposa, Geni Alves Ferreira, não se arrependem de terem escolhido Camboriú para morar, após um período vivendo na loucura da maior cidade do país, São Paulo.

Antônio, 69 anos, conheceu a esposa e casou na cidade natal, onde morou por 26 anos. Depois, foi para São Paulo, porque "a família foi crescendo, e o dinheiro acabando", conta ele. A primeira viagem à capital paulista foi a bordo de um caminhão e, por pouco, ele não voltou para o Nordeste no primeiro mês. "Não me lembro onde me deixaram em São Paulo. Só não voltei porque não sabia onde era a rodoviária", lembra Antônio.

Na metrópole, Antônio ganhou um bom dinheiro mas por cinco vezes tentou voltar para a Paraíba. "Mas a gente ia seis meses e voltava", afirma. A vontade dele de permanecer em São Paulo terminou quando um dos filhos, que era policial, foi baleado. "Nós ficamos assustados e resolvemos ir embora", lembra. Assim, em 1993, Antônio e a mulher visitaram Camboriú. "A família de uma das minhas noras era daqui, a gente veio passear e eu comprei um terreno. Isso aqui era só mato", diz o paraibano.

[...]

Há quase duas décadas em Camboriú, seu Antônio já se considera um catarinense. Há 25 anos, ele não visita a terra natal. "Não tenho mais parentes lá. No dia que eu puder eu vou", afirma o paraibano. A fácil adaptação à Santa Catarina se deu também porque, segundo Antônio, as pessoas daqui se

parecem com as de lá. "Lá e aqui é todo mundo muito atencioso, educado. Em São Paulo já são mais estressados", lembra entre risos.

Seu Antônio cuida hoje de sua oficina de bicicletas. Já decidiu que não sai mais de Camboriú, mas algo da Paraíba ele não perdeu, e sequer faz questão de perder: o sotaque. "Se eu tentar falar como catarina, não ai ter jeito. Como gaúcho, não vou conseguir. Nordestino não perde o sotaque", conta seu Antônio, que fala como paraibano, mas já tem o coração camboriuense.

Tanto a história de Adriana quanto a de seu Antônio atentam para a ideia de que as pessoas que moram em Camboriú, enquanto cidade interiorana, principalmente em comparação com as cidades das quais vieram (Adriana do Rio de Janeiro e Antônio de São Paulo, ainda que paraibano), carregam consigo o signo da bondade, uma certa benevolência e receptividade. Isso fica mais claro na história de Antônio, na qual a mudança para Camboriú serviu como bálsamo ao espírito, então encurralado e abatido pela metrópole assustadora que é São Paulo. O contraste entre a tranquilidade da vida na cidade pequena e a angústia causada pela metrópole fica evidente ainda em algumas outras narrativas do caderno especial em questão, mas principalmente na de Eugênio Amadeu Martins, que também migrou de São Paulo para Camboriú:

De São Paulo

Se morar em Camboriú hoje ainda é algo considerado tranquilo por grande parte da população, morar em São Paulo já não é sinônimo de sossego há muito tempo. Foi por isso que, há 19 anos, Eugênio Amadeu Martins deixou a capital paulista para viver aqui. Nascido em São Caetano do Sul, mas criado na maior cidade do país, Eugênio não se arrepende de ter trocado de vida e, decidido, não pensa em voltar.

[...]

Eugênio se assustou também com a confiança que os moradores daqui tinham em deixar seus pertences sem qualquer proteção. "Eu chegava com meu fusquinha e ligava o alarme e os caras diziam 'Você é louco? O único estranho aqui é você'". O paulista via carros com celulares e outras coisas abertos na rua e refletia: "Que coisa louca!". Em São Paulo, sua Brasília tinha quatro tipos de trava.

"Não podia dar mole. Para ir ao cinema só deixando o carro no estacionamento", ele lembra.

Da chegada a Camboriú, Eugênio lembra ainda das idas até a praia a pé com os filhos. Lembra também que fez amizades indo ao bar de um parente, onde ouvia histórias sobre o carnaval do Gustavo e sobre caça. "Coisas que às vezes não me interessavam, mas eu ouvia e dava atenção", diz o paulista. Ele acredita que, também por isso, hoje é bem quisto na cidade. "Não tenho inimigos aqui", afirma.

A pequena cidade que Eugênio escolheu para viver em 1992 mudou bastante. "Nos últimos anos eu estou vendo o progresso", diz ele. Mesmo assim, ele quer continuar em Camboriú e na casa que construiu. "Esse é meu cantinho", afirma. Até porque a diferença entre sua cidade natal e a terra que escolheu para viver pode ser resumida em uma frase, que Eugênio não cansa de repetir: "Aqui se vive, lá se sobrevive".

A comparação que Eugênio faz, entre São Paulo e Camboriú, aproxima-se muito do que Silva (2009), no contexto de sua pesquisa, chama de "sonho da casa no campo". A autora entrevista em profundidade moradores de São Paulo que assinam a revista *Globo Rural* e, em suas constatações, diagnostica um imaginário sobre o campo em que figuram elementos míticos. Remetem a uma experiência de vida mais lenta e mais bela, pautada pela coletividade, pelas boas relações entre seres humanos uns com os outros e também com a natureza.

Nesse sentido, Camboriú atrai aqueles que vêm das grandes cidades com a promessa de uma existência com talvez menos dinheiro, como diz seu Antônio, mas com mais vida a ser vivida, mais experiências a serem configuradas e compartilhadas, mais saúde para o espírito – cujo mal-estar é sintoma da agitação da metrópole. Mesmo que o progresso chegue, como Eugênio diz em seu relato, Camboriú não deixa de ser campesina quando observada em contraste com cidades como São Paulo. É interessante, aliás, o uso da palavra "progresso" como algo que não é colocado no discurso de Eugênio de maneira positiva: ele vê o progresso dos últimos anos, **mas** deseja continuar residindo em Camboriú **mesmo assim**. Esse progresso que Eugênio, em sua sabedoria cultivada pelas experiências vividas, de algum modo ensaia criticar, é o mesmo progresso que Benjamin rejeita categoricamente:

A teoria e, mais ainda, a prática da social-democracia foram determinadas por um conceito dogmático de progresso sem qualquer vínculo com a realidade. Segundo os social-democratas, o progresso era, em primeiro lugar, um progresso da humanidade em si (e não apenas das suas capacidades e conhecimentos). Em segundo lugar, era um processo sem limites (correspondente a uma perfectibilidade infinita da humanidade). Em terceiro lugar, era vista como um processo essencialmente inexorável (percorrendo autonomamente uma trajetória em flecha ou em espiral). Cada um desses predicados é controverso e cada um deles poderia ser criticado. Mas, para ser rigorosa, a crítica precisa ir além deles e concentrar-se em algo que lhes seja comum. A ideia de um progresso da humanidade na história é inseparável da ideia de seu andamento no interior de um tempo vazio e homogêneo (BENJAMIN, 2012, pp. 248-249).

Assim como os trechos citados aqui e alguns outros do caderno “Eu escolhi Camboriú” dão testemunho daqueles que partiram de cidades maiores e mais movimentadas em busca de certa tranquilidade para o espírito, outras narrativas do encarte explicitam um movimento diverso: falam daqueles que migraram de cidades interioranas, essencialmente rurais, em busca de outros modos de vida e da “realização de sonhos”, semelhantes aos que se busca encontrar em cidades de grande porte. É nesse contexto que está inserida a história de Luciane:

Do Paraná

Luciane deixou sua casa e mudou de cidade para realizar um sonho: ser cantora. Natural de Toledo, no interior do Paraná, ela chegou em Balneário Camboriú em fevereiro de 1997 para trabalhar em um hotel de empresários muito conhecidos na sua cidade natal. Morou em Balneário durante cinco meses e logo se mudou para o bairro Monte Alegre, em Camboriú. "Eu fiz 18 anos e queria sair da cidade. Fui criada no interior e queria outro estilo de vida", conta Luciane.

Na verdade, Luciane sempre quis ser cantora, mas não conseguiu realizar seu sonho morando no Paraná. "Lá eu cantei na noite um tempo, mas meu

pai não concordava e era complicado. Era o que eu gostava de fazer e não tinha como. Para não brigar com meu pai, decidi sair de casa. Fiz 18 anos e larguei a boa vida debaixo da sia da mãe", lembra ela.

Depois de um ano trabalhando no hotel, Luciane deixou o emprego e foi para uma video locadora. Mais tarde, largou novamente o trabalho e passou a cantar na noite, o que ela faz até hoje. "A adaptação foi ótima. Eu fiz vários amigos aqui. Cantando na noite, a gente faz amigos com facilidade. Conheci muita gente e fiquei conhecida também. E estou aqui até hoje, ralando".

[...]

Como cantora, Lu se diz super satisfeita com o público que vai vê-la se apresentar. "Os camboriuenses que vão me ouvir cantar são bons demais, melhor impossível. Eu não troco Camboriú para cantar na noite por lugar nenhum. Eu amo!", afirma.

O principal local das apresentações da cantora é o Muvuca's Bar, no Monte Alegre. É lá que ela canta todas as semanas e sobre no palco para realizar seu sonho. O sonho que a fez deixar sua cidade natal e escolher Camboriú como novo lar.

O caderno apresenta uma série de histórias que de algum modo são semelhantes à de Luciane: pessoas que buscaram em Camboriú não a saída da miséria ou de condições melhores de vida como é comum pensar de quem migra de cidades com ainda piores índices de desenvolvimento humano, mas a realização de um sonho ou uma história de amor. O amor, inclusive, é tema recorrente no caderno em questão. Além de ser comentado no editorial, serve de gancho para algumas histórias:

De Mossoró

"Não vim em busca de uma vida melhor, vim por amor". É assim que Elivanda França explica porque deixou a cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, para morar em Camboriú. Há 15 anos, ela conheceu Zeca, um caminhoneiro camboriuense que fazia viagens regulares para a região nordestina. Lá, durante uma festa, eles dançaram, conversaram e ela lhe deu seu número de telefone. "Quinze dias depois, ele ligou e me pediu em

namoro. Aceitei e tive que esperar mais quinze dias para ele chegar", conta Vanda. [...]

Do Espírito Santo

Apesar de não ser daqui, Maria Creuza Soares Trindade viu de perto o crescimento de Camboriú. Natural do Espírito Santo, ela chegou à cidade em 1975, depois de conhecer um camboriuense quando já morava em São Paulo. "Conheci ele em uma farmácia, nos juntamos, e depois de algum tempo viemos morar aqui", lembra Creuza.

Naquela época, a cidade era "pequeninha", muito diferente do que se tornou hoje. "Só tinha a Praça das Figueiras e muito banhado. No bairro Areias, não tinha nada, aqui onde eu moro, no Centro, era só barro. Balneário também era uma cidade pequena", conta ela. [...]

Da Suíça

No final da Estrada Geral dos Macacos há uma bela casa, com aspecto simples e aconchegante. Lá, além de vários cachorros e muita mata nativa, há um simpático casal. Gabriel Nay é um dos moradores da localidade e, diferentemente dos outros habitantes locais, ele não guarda histórias de uma Camboriú antiga. Gabriel escolheu a cidade para morar há pouco tempo. Suíço de nascimento, ele conheceu Camboriú por meio da amizade construída com Beatriz durante uma viagem a Manaus.

[...]

Gabriel e Beatriz se casaram há poucos meses e, há pouco mais de um ano, dividem com a fauna e a flora local um pedacinho de paraíso, bem próximo à cachoeira seca, no interior da cidade. "Antes nós moramos lá na cidade, mas aqui é mais calmo, tem menos movimento", explica Gabriel.

Arquiteto, ele mantém seus negócios na Suíça e garante que é possível trabalhar à distância, usando somente a internet. "Vou para a Suíça de vez em quando para ver as obras e resolver problemas", conta ele. Com 38 anos, o Suíço que já tem um pouco de camboriuense, declara que, apesar das muitas diferenças, gosta muito de morar aqui. "O

povo de Camboriú é muito receptivo", completa ele.

Gabriel nem precisava ter nos contado isso. Pois, quando chegamos à casa dele, no domingo pela manhã, encontramos o arquiteto trabalhando no campo. Com botas de borracha e roupa de trabalho, ele nos mostrou rapidamente, que a vida simples, no interior de uma pequena cidade brasileira, ao lado da esposa e cercado de cachorros, pode ser muito mais bonita do que as belas paisagens suíças.

A última história, do suíço Gabriel que se apaixonou por uma camboriuense e mudou-se com ela para o interior da cidade, além de ter como gancho o romance, também retoma a ideia de encantamento causado pela cidade pequena, principalmente pela vida no campo, abordada por Silva (2009). Nela, a narrativa contrasta a parte urbanizada de Camboriú com seu interior, que de certo modo poetiza. Fala da natureza pouco tocada como guardadora da chave para uma vida feliz – tão feliz, que compensa ter que abrir mão das “belas paisagens suíças”.

O conjunto de narrativas baseadas nas memórias de cada uma das pessoas entrevistadas para a elaboração desse caderno especial desempenha o trabalho de dar rostos, motivações e histórias de vida para as pessoas de outros lugares que escolheram Camboriú para morar. Deixam de ser estatísticas ou de apavorar pelo desconhecido. Aqui, as vozes são plurais: dão testemunho de quem mora em diferentes localidades da cidade; do seu centro, seu interior e suas margens. São também pessoas em situações socioeconômicas variadas. Se a leitura do jornal é capaz de atribuir significado às existências e percepções de mundo de seus leitores, essas leituras possibilitadas aqui agem no sentido de contextualizar e abrandar o possível temor causado pelo crescimento populacional acelerado das últimas décadas na cidade, tão acostumada à sua pequenez e às suas identidades historicamente solidificadas no território. No modo como estão estruturadas essas narrativas, elas aproximam-se dos nativos camboriuenses pelo caráter lisonjeiro com que enlevam o município e seu povo (receptivo, bondoso). Mas aproximam-se também de todos aqueles que não compartilham dessa identidade, porque também vieram de fora, por motivos vários, e também por motivos vários se permitiram permanecer, criar vínculos e raízes, cultivar sua história pessoal que começa em outro lugar, mas no atual presente se configura ali.

Em 2012, o caderno especial confeccionado pelo *Linha Popular* em celebração aos 128 anos do município teve como tema “A minha

Camboriú dos sonhos”. Apesar da intenção de projetar um desejo de futuro – que corro o risco de chamar de messiânico, porque resguarda em si uma intenção redentora –, as narrativas recorreram às memórias e testemunhos de habitantes do município. Ao todo, 20 camboriuenses ganharam cada um seu espaço para manifestar o que esperam do futuro de sua cidade.

Para tornar mais clara a intenção explícita do veículo com a elaboração do caderno, transcrevo o editorial que o acompanhou:

A cidade que sonhamos

Miguel de Cervantes foi um famoso escritor espanhol, que teve como obra prima de sua carreira o livro *Dom Quixote de La Mancha*. A obra literária, escrita em 1600, tem como personagem principal um homem comum, mas que se destaca pela capacidade que tinha de sonhar. Dom Quixote, ao longo da história, passa para os leitores uma lição interessante quando afirma que um sonho que se sonha só é apenas um sonho. Mas um sonho que se sonha em conjunto é o primeiro passo para a realidade.

A frase pode parecer piegas, mas traz consigo um fato muito real, nos fazendo lembrar que sozinhos não conseguimos ir muito longe. Pensando nisso, a equipe do *Linha Popular* foi às ruas para encontrar a opinião de 20 pessoas, cada uma na sua área de atuação, sobre como a cidade deve caminhar para chegar a se tornar excelência em cada um dos aspectos abordados.

Todos sabemos que as cidades têm deficiências e que para ultrapassá-las é preciso ação, mas, antes disso, é preciso sonhar com a realidade buscada. Nesta semana, em homenagem ao aniversário de 128 anos de Camboriú, nosso presente é criar a oportunidade de sonharmos juntos com um município ideal e, mais do que isso, é incentivar as pessoas para que participem desta caminhada rumo à perfeição.

Se você acha que isso é impossível, leia a opinião de nossos entrevistados, veja como os sonhos são possíveis e sinta-se convidado a sonhar também.

Como muitos outros editoriais presentes nas edições do *Linha Popular*, este em questão faz uma convocatória: “sinta-se convidado a

sonhar também”. Em outros momentos, convocam a população a não obstruir as bocas de lobo, a não poluir o rio, a realizar coleta seletiva do lixo, a participar ativamente da vida política.

Tanto nas leituras dos editoriais, quanto nas colunas de opinião – que não analiso aqui, mas cuja leitura fizeram parte do processo de observação do objeto empírico – e ainda nas respostas à entrevista realizada com a equipe do *Linha Popular*, percebo uma forte intenção educadora. Essa intenção é evidente no discurso dos jornalistas, que defendem a atribuição de um papel social ao jornalismo que prime pela evolução da sociedade. Fernando Assanti, um dos sócios, utiliza a palavra “evolução” (ANEXO 1): explica que o jornal assume para si a tarefa de apontar os problemas do município, mas que sempre o faz acompanhado de possíveis soluções, em busca das quais entrevistam especialistas das mais diversas áreas. Ao me explicar isso, ele – e o restante da equipe o acompanha – desabafa a respeito de uma frustração profissional imensa gerada pelo fato de os problemas apontados muitas vezes não serem resolvidos – mesmo os que, segundo eles, seriam de fáceis e realistas resoluções. Como um dos exemplos, cita o Portal da Transparência de Camboriú, cuja irregularidade já estampou as páginas dos jornais diversas vezes, sempre acompanhadas da opinião de um professor universitário da região apontando as correções que deveriam ser feitas. No entanto, o Portal segue irregular, anos a fio.

Outro momento da entrevista em que a equipe evidencia uma intenção educadora ocorre quando pergunto sobre as críticas que recebem da comunidade. A editora Naiza Comel explica que muitas críticas são oriundas do fato de que as pessoas não entendem a técnica jornalística. Cita como exemplo: se denunciam irregularidades no governo, não querem que a matéria produzida dê voz aos representantes do governo para que se defendam das acusações. Nesses casos, relata ela, um dos jornalistas da empresa pacientemente explica o modo como o jornalismo deve ser feito, a necessidade de contrapontos. Segundo ela, todo o trabalho jornalístico na cidade pequena está perpassado pelo que ela chama de “um processo de educação”:

Tem uma senhorinha que tem uma padaria e o Fernando um dia explicou pra ela. Ela nos dá vários feedbacks, positivos e negativos. E aí um dia ela ligou pra cá e disse: “ah, toda vez que alguém fala mal da Luzia vocês vão lá ouvir ela pra ela poder se defender, isso é um saco!” Ela quis dizer que a matéria virava em nada porque a Luiza podia se

defender. Aí o Fernando falou: olha, a senhora tem uma padaria. Se alguém dissesse que a senhora coloca veneno de rato no pão, o que a senhora gostaria que a gente fizesse? É uma historinha, mas esse é o processo (ANEXO 1).

Esse processo de que fala Naiza, a respeito da sua relação cotidiana com a comunidade, invariavelmente transparece nas páginas do jornal. No caderno de aniversário que trata dos sonhos para uma Camboriú do futuro, a intenção é evidente. Utilizando as experiências de habitantes do município, o caderno elenca projetos e iniciativas a serem tomadas para que Camboriú se encaminhe para o que chamam, no editorial, de perfeição.

A seguir, transcrevo alguns trechos de algumas das narrativas presentes no caderno “A Camboriú dos sonhos” para, em seguida, comentá-los.

"A natureza exuberante é a matéria-prima para o esporte"

Para Eduardo Amorim, surfista e responsável pelo Figra, em muitas áreas, o futuro já chegou a Camboriú. No esporte, ele salienta a atuação do Camboriú FC, que com 9 anos de existência já chegou à elite do futebol catarinense. Vôlei, futsal e outros esportes olímpicos, que têm espaço nas escolas e se tornaram populares, também são bem representados na cidade. Na Camboriú dos sonhos de Eduardo, outra área esportiva vai ganhar espaço: a dos esportes radicais.

Para ele, Camboriú tem toda a matéria-prima necessária para a prática esportiva. Rios, cachoeiras e morros poderiam unir a consciência ambiental e fomentar o potencial turístico da cidade.

Para embasar sua opinião, Eduardo lembra a Camboriú do passado, em que esportes como o automobilismo eram fortes e uniam a comunidade. "Isso aqui já foi palco de grandes realizações. Eu fui morar fora, mas sou cidadão camboriuense de nascimento e vi toda essa movimentação do esporte aqui", diz. Para ele, ter como base a cidade do passado, em que todos se uniam em função do esporte, é pensar a Camboriú que está por vir. "A velha Camboriú é a Camboriú do futuro", diz.[...]

"O ideal para o transporte público seria ter mais linhas"

Leonilda Vieira de Liz espera o ônibus no ponto acompanhada da neta, Stefanny. A menina de 12 anos mora em Itajaí e vem até Camboriú duas vezes por semana para treinar hapkidô. Nestes dias, a rotina da avó muda. Leonilda sai do Rio Pequeno, onde mora, e vai para o centro da cidade. A neta chega de Praiaiana e, à tarde, volta para Itajaí. A avó acompanha no ponto e depois volta para sua casa. Stefanny segue para Itajaí, Leonilda para o Rio Pequeno. Pegar ônibus, para elas, é algo comum. No entanto, o transporte coletivo está longe do ideal.

Para Leonilda, o principal problema do transporte em Camboriú é a pequena quantidade de horários. "No Rio Pequeno são poucos. Eu entendo que não tem muita gente que mora lá usa o ônibus, mas seria bom se tivesse mais opção de horário", opina.

[...]

Na cidade de seus sonhos, o transporte coletivo ofereceria mais horários e preço justo. "A qualidade dos ônibus e o atendimento são muito bons. O preço é o que complica, é muito caro", afirma.

Sem outra opção de meio de transporte, ela opta, muitas vezes, por seguir a pé pela cidade. "Já me acostumei", diz a lageana, que mora em Camboriú há 12 anos. Para ela, o transporte coletivo é um detalhe que pode tornar melhor a qualidade de vida na cidade que escolheu para viver.

Os trechos acima servem de exemplo para alguns dos atributos que pude identificar nas narrativas deste caderno especial. O primeiro deles é que os entrevistados dão testemunho de suas vivências próprias. É a partir delas que projetam o futuro, cada um a respeito do tema sobre o qual foram interrogados. O surfista Eduardo, que morou na Austrália, fala de esportes radicais; a avó, que precisa buscar e levar a neta constantemente ao ponto de ônibus que passa distante de sua casa, fala de transporte coletivo. Outras personalidades comentam temas diversos: uma professora de corte e costura fala de capacitação de mão de obra; um policial comenta segurança pública; a professora da APAE (Associação de Pais e Amigos Excepcionais) de Camboriú discute inclusão social. O

encarte ainda fala de comércio, política, industrialização, saúde, planejamento urbano, agricultura, meio ambiente, arte, cultura, construção civil, turismo, desenvolvimento social, trânsito e história (uma professora de história fala da importância da confecção de registros das histórias orais do município).

Apesar de serem narrativas permeadas pela imagem encantatória do sonho, em sua base falam dos problemas da cidade. É possível identificar, interpenetradas nas narrativas de pessoas comuns, que a partir do seu cotidiano comentam assuntos de grande relevância, os conflitos de que a cidade é palco: é preciso investir em políticas sociais, mas também é necessário aumentar o efetivo policial; trazer indústrias para o município, mas preservar o meio ambiente; preservar a história oral, mas modernizar a agricultura; etc.

O caderno, novamente, apresenta uma pluralidade de vozes que inclui depoentes de diferentes gêneros, idades e contextos socioeconômicos; camboriuenses nativos e também aqueles que escolheram a cidade (o termo “escolher a cidade” é recorrente quando o jornal trata de pessoas que partiram de outros lugares rumo a Camboriú). Também figuram habitantes dos diferentes bairros e localidades.

3.2.3. A questão das identidades

O último caderno especial que me dedico a comentar foi veiculado no dia 5 de abril de 2013 e é significativamente maior em tamanho do que os anteriores, com 28 páginas coloridas. Com o tema “Ser camboriuense é...”, o jornal lista 129 expressões, atitudes e hábitos que diagnostica como configuradores da identidade camboriuense. Cada página trata de um ou dois itens de maneira mais longa através de entrevista com algum morador que, pela sua história e experiências pessoais, represente a característica elencada, e outros itens listados brevemente, acompanhados de pequenas descrições.

No editorial do caderno, a empresa comenta que existem certas expressões, lugares e costumes que fazem do camboriuense “um povo especial”. Dispõe-se a, com a ajuda de alguns de seus leitores, listar tais atitudes para “comemorar, com bom humor” os 129 anos da cidade e “mostrar o jeitinho camboriuense de ser”.

A listagem inclui o gosto por contar e ouvir causos; torcer para o Camboriú Futebol Clube; a paixão pelas disputas partidárias e a memória dos *jingles* de campanhas eleitorais; as lembranças de quando Camboriú e Balneário eram uma só; elenca a grande influência das religiosidades na identidade camboriuense, comentando a Festa do Divino e o Congresso

dos Gideões Missionários da Última Hora; fala de gastronomia, citando lugares que todos moradores já visitaram, como a pastelaria do Calão e o cachorro-quente do Batata, além dos quitutes produzidos pelo interior agrícola. O caderno também inclui especificidades de linguagem, listando características como o sotaque camboriuense e o hábito de conferir apelidos a pessoas e lugares.

Abaixo, transcrevo trechos de algumas das características listadas:

Ser camboriuense é...

1) ...jogar dominó na Praça das Figueiras

Há seis anos, Abdon Pereira mantém a tradição. Todas as tardes, coloca a caixa com as pedras de dominó em uma sacola e, de bicicleta, segue para a Praça das Figueiras. Apesar dos anos dedicados à prática, não se considera um bom jogador. "Sou mais ou menos. Tem gente muito melhor", revela. Para ele, o dominó exige estratégia. "É um jogo complicado, mais difícil até que o xadrez, puxa a mente", opina.

Aos 67 anos, Abdon adotou o jogo como hobby depois que se aposentou. Natural de Camboriú, ele morou durante muitos anos em Rondônia, onde mantinha uma fazenda. Quando decidiu que era hora de descansar, voltou para a cidade natal. Em Camboriú, encontrou o sossego que procurava. E as tardes de dominó sob as figueiras do centro da cidade se tornaram uma obrigação.

"É um vício, uma tradição", afirma. Ele conta que, desde criança, já tinha o costume de jogar dominó, mas foi nos últimos anos que o hábito ganhou mais força. Chega cedo à Praça para garantir que uma das mesas será sua e vai vendo as turmas se formarem.

Logo chegam três parceiros e a jogatina começa. Só termina quando o sol ameaça se pôr.

4) ...criar curió

Camboriú inclusive tem uma Associação de Criadores de Curió. A paixão pelo pássaro é tradicional entre os camboriuenses

8) ...tomar banho na Cachoeira Seca

Na localidade dos Macacos, a Cachoeira Seca é um ponto turístico do interior de Camboriú.

18) ...comentar a política local

Alcioni Dalago, 65 anos, passa o dia comentando política. Para ele, "falar de política 24 horas por dia" faz parte da cultura do povo Camboriuense. Filho de Amadio Dalago, prefeito de Camboriú em três ocasiões, se arriscou nesta área apenas uma vez, em 1988, quando foi candidato a prefeito. Não se elegeu. Tive muita decepção e não quis mais me candidatar, explica.

No entanto, não deixou de se envolver na política. Além de assessorar vereador, ele estuda e guarda na memória histórias que marcaram esta área em Camboriú. Recorda, por exemplo, o impeachment do prefeito Acácio Bittencourt, em 1959, e outros fatos da política local sem esforço algum.

23) ...pegar água no Parque da Bica

O gaúcho Celso Lunardi, de 73 anos, mantém o hábito de tomar chimarrão todos os dias, apesar de morar em Camboriú há dez anos. A água utilizada no preparo da tradicional bebida gaúcha não é qualquer uma. Ele enche garrafas diariamente no Parque da Bica, no bairro Taboleiro. É aquela água que utiliza não apenas no chimarrão, mas também em todas as refeições feitas em casa.

"A água aqui é muito boa. No verão, sempre gelada. No inverno, sempre morna", afirma o mecânico. Como o parque fica perto de sua casa, Celso vai todos os dias, com uma garrafa embaixo do braço, até o local. Mas, na sexta-feira, prefere encher um estoque maior. "No fim de semana não tem como vir, é muita gente", explica.

Segundo Celso, moradores de toda a cidade e região pegam água no Parque da Bica. "É especial de boa", afirma, com forte sotaque gaúcho. Ele salienta que a estrutura do local melhorou muito nos últimos anos e o parque tem sido bem cuidado. Aconselha, ainda, que mais que o espaço, as pessoas preservem aquilo que encontram ali: "Precisamos cuidar da água".

46) ...estragar o carro no calçamento

Muitas das ruas de Camboriú ainda são de chão batido ou de calçamento. As pedras predominam

inclusive nas principais vias da cidade. E em muitas delas, se tornam um problema para os motoristas. Adriano Pereira, de 35 anos, não reclama porque trabalha diretamente com isso. Proprietário da Kiko Autopeças, Adriano atende muitos motoristas que chegam até a oficina reclamando dos danos que o calçamento causa nos carros.

[...]

O estabelecimento, que existe desde 1966, conta com nove funcionários. "É bastante procurado", conta Adriano. Ele observa que, atualmente, a maioria dos motoristas que leva o carro ao local com problemas de suspensão transita pelo bairro Santa Regina. Para ele, a situação é garantia de trabalho. Mas solidário aos motoristas, ele não comemora o problema.

53) ...matar porco

É fim de semana e os homens se reúnem no interior para matar porco. O ritual faz parte da tradição da cidade.

61) ...jogar bocha no bar

Bar camboriuense de verdade tem que ter cancha de bocha. É ali que os moradores -- geralmente homens -- se reúnem para praticar o esporte. Na noite de terça-feira, dia 2, ocorreu um torneio de bocha no Bar do Chirom, no centro da cidade. Como em todos os dias, Arnaldo César Policarpo, de 49 anos, estava lá.

"São 20 anos frequentando o bar para jogar bocha. Desde que abriu, venho sempre", conta. Foi ali, naquela cancha, que aprendeu a praticar o esporte. "É uma tradição forte em Camboriú", avalia.[...]

62) ...morar no Monte Alegre e dizer que vai para Camboriú quando vai para o centro

Para os camboriuenses que vivem no Monte Alegre, é quase como se o centro de Camboriú fosse outra cidade.

66) ...gostar de contar causos

Para Marcides Jacob, o Tito, contar causos é uma tradição dos camboriuenses "nativos". Ele explica que muitas das histórias repassadas, geralmente

baseadas em fatos reais, carregam algo de exagero. "Às vezes são coisas que acontecem, mas o pessoal tem a capacidade de enfeitar", afirma. "O camboriuense nativo é meio ator", ele completa, rindo.

Tito é um deles. Não gosta de ter seus casos divulgados assim, no jornal, porque teme ofender alguém. "Tem algumas histórias que mexem na reputação, e às vezes a família da pessoa não gosta", explica. Mas ao pé do ouvido, geralmente quando o envolvido está perto e o caso é mais uma forma de relembrar um fato do que fazer fofoca, a história vem a tona. Quando recorda uma, Tito logo emenda mais duas ou três.

Explica que começou a contar casos ainda na infância, quando ouvia muitas histórias do pai, Osmarino, e outras pessoas que trabalhavam na extração de pedras, profissão tradicional em Camboriú. "Mas todo mundo conta, faz parte da nossa rotina", explica. Para Tito, qualquer encontro na rua, na praça, em casa, é oportunidade para contar um caso.

102) ...ter trabalhado cortando pedra

Camboriú carrega o título de Capital do Mármore e já teve na extração de pedras sua principal fonte de renda. Hoje, a estimativa é que cerca de 300 pessoas ainda trabalhem como broqueiros. Eliseu Vignoli, de 61 anos, é um deles.

Desde os 16 anos de idade ele trabalha no corte de pedras. Hoje, é funcionário da empresa de pedras Testoni, onde continua o trabalho tradicional que aprendeu na adolescência. "Saí um tempo para trabalhar na construção civil, mas acabei voltando", ele conta.

Para Eliseu, mais que uma tradição econômica de Camboriú, o corte de pedras é reflexo de seu povo. "É um trabalho muito pesado. Quando a gente não tem estudo, acaba fazendo isso", diz o senhor, que nasceu no interior da cidade, mas ainda criança mudou-se com a família para a área central.

Apesar das dificuldades, Eliseu comemora o fato de ter criado cinco filhos com esta profissão, que deve abandonar dentro de três anos, quando pretende se aposentar.

111) ...ter visto o crescimento do Monte Alegre

Metade da vida de José Ison Medeiros, o Zé Barbeiro, foi passada no distrito do Monte Alegre. Nascido no interior de Camboriú, mudou-se para a localidade há 36 anos. Recorda que, naquela época, o Monte Alegre tinha 1.800 eleitores. Hoje, são mais de 30 mil habitantes. Lembra que, quando chegou, não havia nada. "Hoje, é uma cidade", opina.

É essa independência o que mais gosta no distrito. "O Monte Alegre tem vida própria, não precisa de ninguém", afirma. Assim como os moradores do bairro, que encontram ali tudo que precisam, Zé se firmou no local. "Eu amo esse lugar", garante.

O barbeiro gosta do desenvolvimento, mas acredita que o crescimento precisa ser melhor avaliado. "O Monte Alegre cresceu muito, até desordenadamente", afirma o morador, em uma das padarias do distrito. Entre um café e outro, é reconhecido pela comunidade, que viu se transformar "principalmente nos últimos dez anos". Apesar do crescimento, é o exemplo de que personagens ilustres da história da localidade, como ele, ainda são reconhecidos por todos.

116) ...usar internet de graça na Praça das Figueiras

A Praça das Figueiras é o principal cartão postal de Camboriú. Além dos aposentados que joga dominó e dos moradores que passeiam por ali, tem sido bastante visitada por aqueles que gostam de navegar na internet.

Desde de 2009, a Prefeitura disponibiliza internet sem fio gratuita na Praça das Figueiras. O serviço atrai muita gente, principalmente jovens como Luiz Ribeiro Vieira, de 17 anos, que diariamente vai até a Praça para acessar a rede.

123) ...temer que a luz caia sempre que chove

Choveu, a energia pode cair. Isso é comum em Camboriú.

125) ...ler o Linha Popular

O jornal Linha Popular foi criado há quatro anos por três jornalistas que acreditam que ser

camboriuense é se manter bem informado. Desde que a sua primeira edição foi para as ruas, Rafaela Dalago, que na época tinha 14 anos, acompanha o jornal. Para ela, ficar por dentro das notícias e saber mais da história do povo camboriuense são um exercício de cidadania.

"Leio o Linha Popular porque o jornal sempre mostrou os dois lados e porque mantém uma periodicidade que não falha", explica a leitora, hoje com 18 anos e cursando o 3º período da faculdade de jornalismo.

Rafaela cita ainda a produção online do Linha Popular. "Pela internet, fico sabendo das notícias no momento em que elas acontecem. É tudo muito rápido e de fácil acesso", opina.

Ela conta que observa mudanças no jornal. "Quando começou, era mais tímido. Hoje as pessoas esperam a sexta-feira chegar para ler", afirma. Rafaela ainda cita a publicação de reportagens que mostram os bastidores da Prefeitura e denúncias que interessam a toda a comunidade como os atrativos do jornal. "Além disso, destaco a busca pela transparência e a voz do povo", completa.

129) ...ter visto o rápido crescimento da cidade

Camboriú cresceu muito nos últimos anos. Em uma década, a população aumentou 50%.

Em comparação com os cadernos publicados nos anos anteriores, a presente abordagem demonstra amadurecimento e acuidade no modo como os que produzem o *Linha Popular* percebem e analisam a cidade: não a haviam retratado a partir de tantas facetas e perspectivas antes.

O que exercitam de mais interessante, me parece, é fazer com que essas características todas da identidade camboriuense saiam das bocas de seus moradores. Não é o jornal quem diz o que há de dito ali: o são os próprios camboriuenses, que recorrem aos caminhos de suas memórias e estampam, ora sorridentes, ora contemplativos, fotografias ao lado do texto. Seus rostos, suas falas.

A composição de características do camboriuense no caderno, me parece evidente, atua no sentido de solidificar uma identidade fixada historicamente ao território ocupado. Muitos dos itens listados movimentam-se pelos caminhos da memória, evidenciando que essas

expressões, atitudes e costumes configuram-se sob o signo da tradição. O ofício do cortador de pedra remete às formas de convívio pré-capitalistas descritas por Benjamin em “O Narrador”, nas quais os modos de produção ainda eram artesanais e o ofício, uma experiência a ser transmitida de geração para geração. Tradição é a palavra-chave aqui: aparece, repetida, em diversos dos itens da lista. Às vezes atribuídas pelos jornalistas, às vezes nas vozes dos entrevistados.

Essa tradição de Camboriú, como já o foi notado nos outros conteúdos analisados anteriormente, orbita em torno de temas recorrentes: envolvimento político-partidários, religiosidade, natureza, agricultura, contação de causos. A essas questões, cujo germe origina-se num passado distante e pós-colonial, as narrativas e articulações do *Linha Popular* atuam no sentido de incorporar o que é novo, mas que já firmou raízes perenes o suficiente para se fixarem no contexto da tradição local: o veloz aumento populacional, que inclui o crescente número habitantes não nativos; a necessidade de discutir preservação ambiental (com chegada de indústrias, loteamentos, aumento da poluição dos recursos hídricos ao passo em que cresce também o consumo desses recursos, etc.); a internet sem fio na Praça das Figueiras.

Há um esforço evidente em articular, a partir de todos os seus flancos, a configuração de uma nova identidade camboriuense, que inclui harmonicamente elementos da tradição que acompanha a gênese do município e da modernidade que o abrasa. Nobre intento, pois parece estreitar os vínculos que unem seus mais diferentes leitores enquanto comunidade. No entanto, essa integração jamais pode ser harmônica: toda concepção de cultura carrega consigo a evidência de um negativo de barbárie. Os bens culturais, e entre eles a tradição, Benjamin chama de despojos da guerra milenar entre oprimidos e opressores. Nesse sentido, afirma que todos os bens culturais têm uma origem sobre a qual não é possível refletir sem horror: “Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que o criaram, mas também à servidão anônima dos seus contemporâneos” (2012, p. 245). A tarefa de solidificar as representações – e nelas, memórias e identidades – que configuram e delimitam as fronteiras de determinada cultura ou grupo social, intensifica a diferença, sempre evidente na perspectiva da fronteira entre um eu e um outro (ou outros). Há, nesse exercício, um apagamento invariável do que é resto, do que não se encaixa harmonicamente no quadro mágico pintado pela tradição. “Nunca houve um documento da cultura que não fosse simultaneamente um documento da barbárie”, (*ibidem*).

3.3. Os perfis e a possibilidade de transmitir experiências

A ideia de inserir perfis nas edições do *Linha Popular* surgiu com a gênese da empresa. A primeira edição já contava a com história de um morador. O escolhido para inaugurar o espaço foi o historiador camboriuense José Ângelo Rebelo (autor do livro “Camboriú 120 anos: seus poderes executivo, legislativo, judiciário e certos feitos”, também utilizado nesta pesquisa). De acordo com os sócios da empresa, a intenção sempre foi de contar a história de alguém que se confundisse com a história da cidade (“a gente tinha um tema bem definido que é o negócio de aquela pessoa contribuir ou somar de alguma maneira com o desenvolvimento e com a história da cidade”, ANEXO 1). A intenção, porém, não se manteve em todos os perfis. Em algumas edições, explicam, dedicaram-se a tratar de pessoas importantes apenas naquele determinado momento presente, como a eleita Miss Turismo de Camboriú ou alguma outra figura que se destacasse na atualidade da produção jornalística por algum motivo. No entanto, o gancho da narrativa reside sempre na relação entre a pessoa e a cidade.

Ao longo da trajetória do *Linha Popular*, de sua criação até o momento, foram publicados muitos perfis de idosos, mas também o foram de jovens, de profissionais das mais diversas áreas de atuação (saúde, educação, saneamento, administração pública, comerciantes, empresários, líderes sindicais...) e de moradores das diferentes localidades da cidade. Naiza Comel explica que há a intenção deliberada da empresa jornalística em apresentar uma pluralidade de vozes considerável no espaço em questão. Nesse sentido, procura intercalar os perfis de homens e mulheres e também de pessoas em contextos socioeconômicos variados. Além disso, também traçam uma distinção entre nativos e novos habitantes, e de moradores da área rural, do Distrito do Monte Alegre e do restante do município. Ao considerar tais fronteiras geográficas como determinantes de uma pluralidade de vozes, o veículo admite a percepção de que há identidades diferentes a serem representadas a partir da geografia do município.

A equipe do *Linha Popular* reconhece que, devido às limitações e possibilidades que a estrutura do jornal e a rotina produtiva impõem, além da dificuldade de acesso a algumas histórias e pessoas, não é possível contabilizar e manter a passo constante a pluralidade de vozes que intendem. Admitem, portanto, a possibilidade de que determinados grupos e identidades possuam maior representatividade nas páginas do jornal.

Assim como ocorre com as fotos veiculadas na seção *memória*, a escolha de personagens para perfil parte, antes de tudo, de uma indicação da comunidade. É a partir da recomendação de um morador que a repórter procura informar-se a respeito da personalidade a ser entrevistada para, em seguida, entrar em contato com ela. Essa articulação, que envolve recomendações da comunidade, mas também – no caso de não haver tais indicações – de fontes recorrentes, das quais os jornalistas sabem poder encontrar personagens que considerem interessantes, ocorre a formação de uma teia, uma rede de contatos.

A rede de contatos que o *Linha Popular* foi construindo ao longo de sua existência em Camboriú possibilita canal direto (e pessoal) de troca com muitos membros da comunidade, que ajudam a alimentar o jornal em conteúdo. Tal contato se dá por diferentes vias: redes sociais da internet, troca de e-mails, telefonemas, visitas à redação do jornal e encontros nas ruas da cidade ou eventos sociais. De fato, os jornalistas se envolvem e circulam ativamente na vida comunitária, estando presentes em inaugurações de obras, coletivas de imprensa e sessões da câmara de vereadores, mas também em eventos comunitários e filantrópicos, além de festas pessoais, tais como casamentos e aniversários de moradores. Segundo eles, muitas das suas pautas originam-se de sugestões e pedidos dos leitores.

Naiza Comel identifica os moradores mais envolvidos com a produção do jornal como formadores de opinião. Segundo ela, o grande público do *Linha Popular* parece ser composto por pessoas com esse perfil, que não apenas leem o periódico, mas o criticam, sugerem conteúdo e reivindicam coberturas. Da rede de contatos, viabilizada pelo envolvimento desses formadores de opinião, frequência dos jornalistas nas atividades sociais da cidade, além da sua circulação nas ruas, seja para cumprir pautas, participar de eventos ou realizar as entregas dos jornais, o *Linha Popular* demonstra extrair parte significativa do seu conteúdo, desde ideias de pauta até as personalidades escolhidas para o perfil da semana.

Sobre o perfil, atualmente é redigido pela jornalista Stefani Ceolla. As personalidades, após indicação, recebem um telefonema da equipe do *Linha Popular* com o convite de figurarem na seção do jornal. Após aceitação do convite, é marcada uma data para a entrevista, quase sempre na casa da pessoa a ser entrevistada. Dois jornalistas participam dessa entrevista, sendo que um fica responsável por fotografar o morador durante a conversa, que se intenciona sempre a ter um tom informal. Como resultado, o texto do perfil acompanha uma sequência de fotos da pessoa, em diferentes expressões faciais, ou com foco em detalhes, como

do corpo do texto e destacada, graficamente, no interior da página), observando o conjunto composto por essas sentenças. Desse material, procuro extrair o que diz sobre seus personagens e, por consequência, sobre a cidade habitada por eles.

Abaixo, transcrevo os 16 testemunhos, as linhas de apoio que os seguem e o olho da página, no recorte temporal escolhido (primeiros quatro meses de 2014) e em ordem cronológica (do mais antigo para o mais recente):

10 de janeiro (edição nº 250)

Testemunho: "Quero continuar acreditando que a educação pode mudar a realidade".

Linha de apoio: Zemilda acredita no poder da educação para mudar o mundo por um motivo simples: ela mudou o seu. Foi na escola, na infância, que encontrou força para superar as dificuldades. Hoje, se dedica a aprofundar os estudos sobre a área e cumprir seu papel social.

Olho: "Eu acho que a fé é importante. As pessoas precisam acreditar em algo".

17 de janeiro (edição nº 251)

Testemunho: "Judô quer dizer caminho suave. É disso que eu gosto".

Linha de apoio: Adrijane França procurou o esporte pela primeira vez aos 13 anos de idade porque queria aprender a lutar. Descobriu que o judô é muito mais do que isso. Desde então, faz da prática sua filosofia de vida.

Olho: "Meu sonho é formar um campeão brasileiro e levar para uma Olimpíada".

24 de janeiro (edição nº 252)

Testemunho: "Eu sempre gostei de sonhar grande".

Linha de apoio: Quando era criança, numa cidade pequena do interior do Paraná, Toninho Portella descascava soja e vivia uma vida sofrida. Mas decidiu que iria longe. E foi. Muito mais do que poderia esperar.

Olho: "Não é porque a gente é vereador que se torna melhor que os outros".

31 de janeiro (edição nº 253)

Testemunho: "Por esse meu carisma eu achei que ia ganhar as eleições".

Linha de apoio: Edson Olegário, o Edinho, ex-prefeito de Camboriú, recebeu a reportagem do Linha Popular e falou sobre sua vida. Os fatos mais importantes estão relacionados à política. Falou também de sua relação com a atual prefeita, de sua passagem pela prisão e dos planos para o futuro.

Olho: "Essa última eleição, analisando hoje, eu não devia ter ido".

7 de fevereiro (edição nº 254)

Testemunho: "Nunca trabalhei fora, sempre vivi para os filhos".

Linha de apoio: Zulma Rocha Machado foi criada para ser uma mulher de família, dona de casa e mãe. E foi isso que fez. Educou cinco filhos e agora curte os netos e os bisnetos. Mas aos 71 anos, não está cansada. Garante que quer continuar servindo a eles, como sempre fez.

Olho: "Em Camboriú é quase todo mundo meu parente".

14 de fevereiro (edição nº 255)

Testemunho: "Hoje em dia a honestidade é tudo".

Linha de apoio: Osni Vechi comemora este mês 20 anos como taxista e 27 de casamento que, junto com o amor dos sobrinhos, faz dele um homem realizado. Aos 58 anos, ele parece só ter a agradecer.

Olho: "Graças a Deus, tristeza comigo eu não carrego".

21 de fevereiro (edição nº 256)

Testemunho: "O que eu mais peço não é prosperidade, é sabedoria para lidar com as situações".

Linha de apoio: Para Alexsander Alves Ribeiro, o Canídia, a sabedoria é essencial para quem decide seguir a vida pública. Eleito vereador em 2012, ele ainda está aprendendo a trilhar este caminho.

Olho: "Quando você não é vereador acha que pode fazer tudo".

28 de fevereiro (edição nº 257)

Testemunho: "Vou largar a medicina no dia em que ela me deixar".

Linha de apoio: Bonifácio Schmitt Neto é médico há quase 40 anos. Durante duas décadas atua em Camboriú. Já ajudou a nascer mais de 14 mil camboriuenses e garante que se sente realizado com a profissão. "É muito gratificante saber que tua passagem não foi em branco, que você serviu, foi útil", avalia.

Olho: "Antes dos meus netos nascerem, eu não tinha medo de morrer".

7 de março (edição nº 258)

Testemunho: "Não desejo nem mais, nem menos, mas manter o que conquistei".

Linha de apoio: Susann Guimarães aprendeu cedo que nem sempre a vida segue os planos que a gente faz. Mas isso não representa algo ruim. Os sonhos se transformam e a realização pessoal e profissional são possíveis mesmo assim. E ela chegou aonde queria.

Olho: "Ser mãe me fez ter mais responsabilidade, amadurecer e agarrar todas as chances que o destino me deu".

14 de março (edição nº 259)

Testemunho: "A luta, o empenho e a perseverança dão resultado".

Linha de apoio: Assis Westfal trabalhou como pedreiro, seguindo a profissão do pai, e começou a estudar economia. Foi quando surgiu a oportunidade de deixar tudo para trás. Foi viver nos Estados Unidos, passou um tempo na Itália e retornou. Aqui, tenta colocar em prática o que aprendeu lá fora.

Olho: "Me candidatar não é uma meta, mas se surgir uma oportunidade, pode ser que eu aceite".

21 de março (edição nº 260)

Testemunho: "O que me tira do sério é ver que algo não anda".

Linha de apoio: Toni Fauso Frainer, de 32 anos, é engenheiro da Prefeitura de Camboriú. Atua na Secretaria de Educação e já projetou escolas,

creches, quadras. Com o mesmo cuidado, projeta também cada passo de sua vida. E em Camboriú encontrou o lugar para construir seu futuro.

Olho: "A principal coisa que aprendi com meus pais foi que devo tratar igualmente a todos".

28 de março (edição nº 261)

Testemunho: "Eu procuro ser justa. Às vezes não consigo, mas procuro ser".

Linha de apoio: Marilda Mendes surpreende. Por trás da mulher de jeito meigo e sorriso tímido, se esconde uma pessoa de pulso firme, que batalha para ser justa e mudar realidades. De espírito independente, criou dois filhos para que pensassem por eles mesmos, e não de acordo com os padrões pré-estabelecidos. E garante que se sente com o dever cumprido.

Olho: "Eu sempre disse que quero estar rodeada de gente honesta".

4 de abril (edição nº 262)

Testemunho: "Política tem que ser feita com educação e respeito".

Linha de apoio: Antônio Carlos de Souza, o Kunka, foi o vereador mais votado da cidade com 23 anos. Hoje, aos 61, ainda se define como "politiqueiro". Mesmo quando toca uma viola ou faz um evento, é na política que está pensando.

Olho: "Não sei ter as coisas só pra mim".

11 de abril (edição nº 263)

Testemunho: "Sou bem humorada, uma pessoa alegre, sou feliz".

Linha de apoio: Lenir Ana Matias é bem humorada, objetiva em suas falas e dona de uma risada forte e característica. Filha de agricultores, cresceu no interior da cidade e carrega amor pela área rural em seu sangue. Coordena a tradicional feirinha e tem um sonho: voltar para o lugar onde nasceu.

Olho: "É tão bom trabalhar, né? A gente fica sem fazer nada, fica doente".

18 de abril (edição nº 264)

Testemunho: "Toda vida briguei por aquilo que queria, pelo que eu acho certo".

Linha de apoio: José Domingos Minella é um homem cheio de ideais. Aprendeu a defendê-los cedo e fazer o que fosse preciso para que as condições de vida dos trabalhadores que representa melhorassem. Contabiliza vitórias, mas garante que muito ainda precisa ser feito para que seus ideais se concretizem.

Olho: "Nunca fui muito individualista, sempre pensei mais nos outros".

25 de abril (edição nº 265)

Testemunho: "Os netos se tornaram a nossa vida".

Linha de apoio: Osni Rosa já tinha 63 anos, era pai de três filhos e tinha nove netos, quando se tornou pai outra vez. Foi uma tragédia que fez com que ele passasse a criar os três meninos da filha mais nova. A história é triste, mas também de superação.

Olho: "O meu sonho é que eles sejam cidadãos de bem".

Mesmo sem lermos esses perfis por completo, a informação que passam os testemunhos em destaque, a interpretação feita pelo jornal na linha de apoio e a frase escolhida para figurar como olho da matéria, é a de que há sempre um ensinamento a ser transmitido. É a partir dessa percepção que é possível pensar na possibilidade de transmissão de uma experiência através dessas narrativas. Assim como o exemplo que Benjamin (2012) dá em “Experiência e pobreza”, do pai que ensina aos filhos que o valor não está no ouro, mas no trabalho duro, esses personagens, com suas histórias de superação, sucesso e/ou realização pessoal, dão testemunho do caminho que trilharam. O valor está na honestidade, está no amor pela profissão desempenhada, na dedicação à família, na importância da educação, na busca pela sabedoria, no serviço à comunidade. A história de vida, como é contada na articulação da narrativa do perfil, age no sentido de legitimar o ensinamento transmitido: como no caso da professora, de origem pobre, que conseguiu melhorar suas condições de vida a partir dos estudos e, portanto, defende a importância da educação como ferramenta para “mudar o mundo”.

Esses ensinamentos ganham força por estarem alinhados ao fato de que mesmo que não conheça a pessoa retratada, o leitor se sente ligado a ela (o que é possível inferir a partir do conceito de comunidades imaginadas): é um camboriuense como ela. Talvez até ela fale, em seu perfil, de lugares e acontecimentos com os quais o leitor se relacione de

algum modo, interseccionando a memória narrada no perfil com a memória de quem o lê.

Com o intuito de possibilitar um entendimento do modo como a construção da narrativa do perfil do *Linha Popular* se articula, transcrevo aqui dois deles, escolhidos aleatoriamente dentro do recorte temporal observado:

"Eu sempre gostei de sonhar grande"

Quando era criança, numa cidade pequena do interior do Paraná, Toninho Portella descascava soja e vivia uma vida sofrida. Mas decidi que iria longe. E foi. Muito mais do que poderia esperar

A vida da família Portella Ribeira era tão difícil na pequena cidade de Cantagalo, interior do Paraná, que todos os nove filhos precisaram trabalhar cedo na agricultura. Antonio Portella Ribeira, o Toninho, tinha 9 anos quando aprendeu a descascar soja -- serviço que executava em troca de comida. "Eu trabalhava em troca de merenda. Naquela época não davam e a gente ganhava um alimento para levar pra escola", conta. Aos 48 anos, ele ainda lembra bem dessa época. "A gente ia de manhã para a escola e de tarde trabalhar. Foi meio sofrida a vida". Tão sofrida que Toninho estudou só até a 7ª série e decidiu ir embora.

Sozinho, entrou em um ônibus e desembarcou na maior cidade do país. Foi trabalhar na construção civil em São Paulo aos 19 anos. Estava há pouco mais de dois anos lá quando ouviu falar de uma cidade do litoral catarinense em que não faltava emprego no verão. Guardou as roupas na única mala que tinha e mais uma vez sozinho, embarcou em um ônibus. Chegou em Balneário Camboriú no meio da madrugada e contou com um pouquinho de sorte ao começar a vida por aqui.

"Cheguei de madrugada, olhava para os lados e nem sabia para onde ir. Achei um hotel baratinho para me hospedar. No outro dia de manhã, tomando café, acabei arrumando serviço no próprio hotel para trabalhar na recepção durante a noite", relata. "Só tinha dinheiro pra aquela diária e já no mesmo dia comecei a trabalhar. Dei sorte", comenta Toninho.

Arrumou no hotel um lugar para dormir e alimentação, e ficou nesta área durante um ano. Foi aos poucos percebendo outras oportunidades de ganhar dinheiro na região. Os pais, Jonival e Evanira, se mudaram para cá. Toninho se instalou em uma casa no bairro Areias e os irmãos também vieram. Debaixo de sol forte e nas areias da praia central, ele descobriu que tinha vocação para as vendas.

"Naquela época vendia suco natural de laranja, limonada. Pegava uns 200 copos de plástico e saía com duas bombonas de suco e andava pela praia. Vendia muito, ganhei um bom dinheiro na venda de suco", conta Toninho.

Depois de três anos assim, percebeu outro nicho no mercado na praia. "Comecei a vender saída de banho, vestidinhos, essas coisas. Trabalhei uns 10 anos com venda na praia em Balneário", completa. O forte, como ele lembra, era a temporada de verão. No restante do ano, ele vendia roupa de cama nas ruas da cidade. "Não é uma tarefa fácil, mas eu me saía bem. Consegui viver nisso por todos esses anos", afirma.

Sua mãe assumiu a profissão deixada pelo filho. "Ela tem 68 anos e trabalha até hoje na praia, carrega o mesmo varal que eu carregava", ele diz, com orgulho. Foi com esse serviço pesado que conseguiu se manter aqui e formar sua família. Diz com humildade que era bom vendedor e que isso garantia o sucesso nos negócios.

Depois que saiu da praia, há cerca de dez anos, Toninho começou a vender cesta básica, também nas ruas, em Camboriú. Já estava instalado no distrito do Monte Alegre há bastante tempo e o trabalho como ambulante aumentou sua proximidade com a população. Se sentiu abraçado pela cidade e foi aqui que formou sua família.

Há 20 anos, Toninho é casado com Roseli, com quem tem três filhos: Rodrigo, Gabriele e Fabrício. Tem ainda um filho mais velho, Fernando, fruto de uma relação de antes do casamento. Hoje tem três netos pelos quais é apaixonado. "A gente se apega a eles de um jeito diferente", diz o avô coruja.

Só por estas conquistas a vida de Toninho já chegava em um ponto que na infância, ele jamais

ousaria imaginar. Mas consegui ir ainda mais longe. Hoje, o antigo descascador de soja, que foi pedreiro, recepcionista de hotel e ambulante é vereador em Camboriú.

"Começou de brincadeira. Na época do Rolinha eu era filiado ao PDT e me convidaram para ser o candidato. Não sabia nem como funcionava. Simpatizava com política e fui candidato em 2000", relata.

Toninho não esquece o número de votos em cada eleição. "Fiz 113 votos meio sem querer em 2000. Em 2004 fui de novo, fiz 271 votos. Em 2008 fui pela terceira vez, fiz 386 votos. Agora finalmente entrei, com 777 votos", conta. O número 7, para ele, é abençoado. "Pela bíblia, é o número da perfeição. É meu número da sorte", diz o vereador, que até no carro tem esse número colado.

A carreira política começou sem querer, mas deu certo. "Na minha família ninguém era envolvido, nem queriam. Eles veem o sofrimento, não é muito fácil", afirma. Mas sempre acreditou que podia ajudar se fosse vereador. "Eu sempre via família passando por dificuldades, por condições difíceis, e eu queria ajudar. Achei que estando na política eu poderia fazer alguma coisa".

Hoje já percebe resultados de seu primeiro ano como vereador e recebe o reconhecimento da comunidade. "Não é porque a gente é vereador que se torna melhor que os outros". Isso faz com que deseje ir ainda mais longe. "Eu sempre gostei de sonhar grande. Minha intenção é ser vereador de novo mais um mandato, mas é só mais um, depois vou sonhar mais longe", garante. "Para Deus nada é impossível. Um dia serei candidato a prefeito. Eu nem gostava de ser vereador e agora sou. A gente tem que sonhar e ir para cima".

Para ele, o mais importante é o apoio da família. "Minha mãe e meu pai, que tem 80 anos, saíram comigo pregar plaquinha nas casas. Sem dinheiro, não é fácil. Meus filhos também iam me ajudar, então eu só posso agradecer", afirma.

É esse envolvimento de todos que motiva a pensar em um futuro ainda melhor. Isso e a sua história. "Às vezes eu volto atrás e começo a pensar um pouquinho e quase não acredito. Eu fui conhecer

um sapato quando tinha 16 anos. Foi difícil a vida", reflete. E se mostra agradecido: "A gente nunca teve luxo nenhum, nunca teve uma vida maravilhosa, mas eu agradeço a Deus e ao meu pai, porque nunca deixou faltar nada". Com humildade, reflete sobre o posto que ocupa. "Eu lembro cada situação que passei e agora sou vereador. Às vezes me assunto quando penso nisso".

"Quero continuar acreditando que a educação pode mudar a realidade"

Zemilda acredita no poder da educação para mudar o mundo por um motivo simples: ela mudou o seu. Foi na escola, na infância, que encontrou força para superar as dificuldades. Hoje, se dedica a aprofundar os estudos sobre a área e cumprir seu papel social

Aos 7 anos de idade, Zemilda do Carmo Weber do Nascimento dos Santos começou a trabalhar na roça, com os pais e os sete irmãos, na cidade de Pinhalzinho, oeste de Santa Catarina. A menina pobre, que teve uma infância difícil, lembra da mãe improvisando para garantir que os filhos não passassem fome. Lembra do pai alcoólatra, dos problemas causados pela doença, e de encontrar na escola seu único refúgio. Mais que o alimento que faltava em casa, era na escola que Zemilda encontrava pessoas em quem podia confiar, com as quais podia dividir seu sofrimento: suas professoras. Viu ali, também, a oportunidade de aprender, de entrar em um mundo diferente do seu e esquecer os problemas que tinha em casa, mesmo que por poucas horas. Foi tudo isso que fez com que se apaixonasse pela educação e a visse como uma verdadeira forma de mudar o mundo.

"Eu sempre fui muito acolhida pelas minhas professoras, pela minha escola", explica Zemilda, hoje com 38 anos. Ela não consegue falar da infância sem chorar. "Me emociono ao falar sobre isso porque foram tempos muito difíceis", diz a mulher de fala calma. Ainda adolescente, decidiu que não seria condenada àquela realidade. Uma irmã já morava no litoral e foi assim que Zemilda veio parar na região.

"Meu primeiro emprego foi como empregada doméstica da família de um médico em Itajaí", conta. Depois disso morou na casa de uma idosa, de quem cuidava, e também trabalhou como balconista no comércio de Balneário Camboriú. Nunca esqueceu, porém, o amor pela educação. "Eu sabia que queria ser educadora. Não sabia como faria isso dar certo, mas iria acontecer", ela diz.

Para fazer acontecer, cursou faculdade de pedagogia. Foi nesta época que conheceu Mario. "Namoramos por três anos, depois casamos", conta. A história dos dois é curiosa. Era Natal e a família de Zemilda não estava na região. Uma amiga com quem ela trabalhava a convidou para comemorar a data na casa de familiares em Camboriú. "A gente estava esperando ônibus para vir para cá quando o Mario passou de carro e nos deu uma carona", revela. Ele havia confundido a amiga de Zemilda com uma prima, o que causou o encontro. Os dois trocaram telefone e ele ligou. Da união que começou por acaso, numa noite de Natal, nasceu Lucas, hoje com 10 anos.

A mãe, coruja, só lamenta não ter tanto tempo para o filho como gostaria. É que Zemilda não para. Concluiu a faculdade pouco antes de Lucas nascer, emendou pós-graduação e mestrado. Foi concursada em Balneário, é efetiva em Camboriú, foi professora e coordenadora de creche e hoje está de licença por um motivo justo: em meados do ano passado, conquistou uma bolsa para fazer doutorado.

Agora, de férias, aproveita para curtir o filho, o marido e a casa em que mora, que guarda características que trouxe do interior. "Tem que ter um espaço verde, as árvores, as plantas", opina. A natureza é mais uma das paixões de Zemilda.

Nas unidades de ensino em que trabalhou, por exemplo, Zemilda procurou aplicar práticas sustentáveis, como hortas que usam adubo produzido na própria escola. "Eu acredito que para ensinar as crianças a cuidarem do meio ambiente a gente não tem que dizer o que elas têm que fazer, a gente tem que mostrar, dar o exemplo", afirma.

E isso ela faz também em casa. "Muito antes de se falar em coleta seletiva, há cerca de dez anos, eu já separava o lixo em casa e entregava para uma empresa de reciclagem o que podia ser reaproveitado", conta. Além disso, ela criou em casa uma cisterna para reservar água da chuva, que usa em atividades como lavar o carro, por exemplo. A falta de preocupação com a natureza é uma das poucas coisas que tiram Zemilda do sério. "Eu vejo uma árvore sendo cortada e fico mal, me entristece", diz.

A outra coisa capaz de tirar a educadora do sério é a injustiça. "Não posso ver uma criança, um idoso ser maltratado. Aí eu me meto mesmo, me envolvo, tomo uma atitude", conta.

O senso de justiça veio da educação que recebeu e da religiosidade. Zemilda sempre foi ligada à Igreja Católica. Na infância, acompanhou a mãe participando de projetos sociais oferecidos pela igreja e levou esta ligação adiante. "Eu mantenho esse hábito de rezar antes de dormir, rezar ao acordar, rezar antes das refeições. Tenho um altar em casa, sou muito apegada a isso", conta. Ela e o marido também participam ativamente do Movimento de Irmãos da igreja católica de Camboriú e se envolvem em todas as atividades propostas. "Eu acho que a fé é importante, independentemente da religião. As pessoas precisam acreditar em algo", opina.

É através desta participação que faz o bem, se envolve em boas ações e com os problemas da comunidade. Alguns ela viu de perto durante sua atuação em unidades de ensino. "São muitos casos de crianças em situações de vulnerabilidade, com problemas em casa, na família. É difícil não se envolver, são situações que me deixam triste", comenta, ao recordar casos que vivenciou.

E é por acreditar que o suporte da escola pode mudar estas realidades, como mudou a dela, que Zemilda é apaixonada pela educação infantil. Todas as suas pesquisas foram voltadas a esta área e hoje ela também dá palestras e orienta professores a como aplicar aquilo que estudou. "Alguns dizem que eu não vou voltar para sala de aula depois do doutorado. Eu não vejo problema nisso. Gostaria

muito de aplicar nas creches aquilo que eu pesquisei, de ter incentivo para isso", afirma.

Mas não sabe o que vai acontecer quando mais essa etapa de estudos acabar. "Eu nunca sonhei muito. Quando a gente tem que trabalhar desde cedo e passa por dificuldades, a gente se preocupa com aquele dia, com aquele momento, em vencer aquela etapa", explica. Ela completa: "E foi assim que eu fui fazendo, uma coisa por vez, conforme as oportunidades apareciam".

Os sonhos são modestos, a simplicidade e humildade aparentes. Mas para Zemilda, as pequenas conquistas diárias são a motivação que precisa para seguir em frente. "Não tenho grandes sonhos, grandes ambições. O que para mim é grande, para outras pessoas pode ser pequeno", avalia. "Eu quero poder criar bem meu filho, transformar ele num homem com os mesmos valores que com todas as dificuldades, eu recebi da minha mãe. Quero continuar acreditando que a educação pode mudar a realidade. Quero que o meio ambiente seja respeitado, que as pessoas se preocupem com isso", diz a educadora. E com a voz calma, pausada, contida, ela finaliza: "Não é nada material, nada grandioso, mas é o que importa para mim".

Todos os perfis se orientam por um caminho semelhante, que vai da infância ao presente do entrevistado, destacando as relações entre o personagem e a cidade. Ainda que perpassados por relatos de sofrimentos e dificuldades, o tom com que o perfil se encerra é invariavelmente positivo. A trajetória da narrativa, que inicia com o olhar para o passado, culmina nas projeções para o futuro, recorrendo ao tema do "sonho", a partir do qual o entrevistado relata o que espera da sua vida a partir daquele momento em diante, ou então, também a partir do instante presente, avalia sua própria trajetória, atribuindo-lhe valor.

Essas narrativas nunca serão feitas, é evidente em sua proposta, apontando as falhas e fracassos do entrevistado – a não ser que a essas siga algum tipo de superação ou evolução pessoal, culminando em ensinamentos a serem transmitidos ao leitor. O perfil do *Linha Popular* se apresenta, acima de tudo, como um elogio à pessoa cuja história é narrada. Resulta disso que, de acordo com a equipe do *Linha Popular*, as personalidades se sintam prestigiadas pela oportunidade de figurar no

perfil da semana. Segundo relato de Naiza Comel (ANEXO 1), são muito frequentes os casos de os entrevistados ou seus familiares emoldurarem a página do jornal relativa ao seu perfil e expô-la no lar, em posição de destaque, a fim de mostrá-la para visitas, para os vizinhos. Para a editora do *Linha Popular*, essa ação está diretamente relacionada ao sentimento de reconhecimento, a partir do qual as personalidades nos perfis sentem sua existência – e ações desempenhadas ao longo dela – valorizadas pela comunidade. Naiza também aponta para o movimento inverso: os membros da comunidade, mesmo nos casos em que conheçam e tenham convivido longamente com a figura retratada, desconhecem sua importância para a cidade ou o fato de terem vivências tão significativas e inspiradoras; nesse sentido, a partir da leitura do perfil, dão conta da importância da pessoa com quem dividem os vínculos da comunidade. Essa noção pode ser ilustrada a partir do relato de Naiza:

É uma coisa de a comunidade se reconhecer no jornal, mas também de sentir que o que faz é valorizado. Eu acho que mais isso de se sentir valorizado. Quando a gente entrevista alguém para o perfil, a pessoa sabe que alguém ligou pra cá, que a gente foi lá falar com ela porque ela tem uma relevância. Em setenta mil habitantes, ela tem alguma coisa que as outras pessoas não têm. Que a história dela vale a pena ser contada. E aí a pessoa coloca num quadro. E aí a pessoa mostra para o vizinho. E aí a pessoa pensa: olha só, essa semana eu sou uma das pessoas mais importantes da cidade! E recebe telefonema de todo mundo. Quando você faz um perfil com uma pessoa assim, as outras pessoas leem e percebem tudo o que aquela pessoa fez por elas, pela cidade. E acontece muito. Quando a gente fez com a Edir Russi, do asilo, ela falou que foi uma loucura, porque todas as pessoas que ela ajudou mandaram flores pra ela naquela semana. Porque foi uma pessoa que passou a vida toda ajudando os outros e naquela semana todo mundo pensou: meu Deus, eu preciso reconhecer a maravilha que essa mulher fez! (ANEXO 1)

Assim como Benjamin (2012) diz que a narrativa de Proust tem a escassa capacidade de se incorporar à experiência do leitor, porque se desenvolve num movimento de memória, essas narrativas parecem

resguardar a mesma potencialidade, porque também são articuladas por movimentos de memória. A partir dessas memórias, dão testemunho da cidade em seu passado, seu processo de desenvolvimento e seu presente. Integradas a essas narrativas, recolhem-se pistas do jogo político, de questões de classe, de histórias de vida anteriores à chegada de alguns personagens a Camboriú. A história familiar é o fio condutor da narrativa e, a partir dela, a história dos espaços ocupados pela família ao longo da sua existência. Há, contudo, o fato de que essas memórias são mediadas e tratadas pelo jornal, que escolhe a partir de seus critérios a perspectiva sob a qual apresentá-las ao leitor.

O tratamento que o *Linha Popular* dá às memórias que coleta, para transformá-las em tecido noticioso a fim de que caibam no jornal, atua no sentido de traduzir em discurso, escrito, não apenas um ensinamento que a pessoa tenha a transmitir, mas a sua própria história de vida. Muitas das pessoas retratadas são idosos com pouca ou nenhuma passagem pela escola, pessoas simples que, por si só, dificilmente seriam capazes de articular essas narrativas, senão pela oralidade. Pela oralidade, também, essas histórias dificilmente teriam o alcance de que dispõem inseridas num veículo de comunicação de massa, que é o jornal. O jornalismo do *Linha Popular*, enquanto tradutor e articulador de memórias, demonstra reconfigurar as possibilidades de um novo modo de transmissão das experiências dessa gente simples, cuja sabedoria reside na tradição e não no conhecimento científico e acadêmico. Nessa articulação, o jornal não apenas coleta as memórias e as insere no contexto da atualidade, da cidade, mas também as interpreta, seleciona e organiza, imprimindo suas próprias marcas e juízos de valoração no texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gagnebin (2012) compreende que as teses “Sobre o conceito de história” de Benjamin não são “apenas especulação sobre o devir histórico ‘enquanto tal’, mas uma reflexão crítica sobre o nosso discurso a respeito da história (das histórias), discurso esse inseparável de uma certa prática” (p. 7). É a partir dessa constatação que encontro a justificativa para utilizar o pensamento de Benjamin como direcionador do olhar na leitura de registros de histórias e memórias. Para a autora, o historiador “materialista” benjaminiano é capaz de identificar no passado os germes de uma outra história, capaz de levar em consideração os sofrimentos acumulados e de dar uma nova face às esperanças frustradas. “Em lugar de apontar para uma ‘imagem eterna do passado’, como o historicismo, ou, dentro de uma teoria do progresso, para a de futuros que cantam, o historiador deve constituir uma ‘experiência’ (*Erfahrung*) com o passado” (*idem*, p. 8). A elaboração de um conceito amplo e profundo de experiência em oposição à vivência (*Erlebnis*) na obra de Benjamin relaciona-se constantemente com sua proposta à narrativa historiográfica. Ao diagnosticar a extinção da experiência, Benjamin aponta para a necessidade de reconstruí-la socialmente, a fim de “garantir uma memória e uma palavra comuns” (GAGNEBIN, 2012, p. 9).

O conceito de narração em Benjamin estabelece uma relação direta entre a capacidade de recordar e a possibilidade de narrar. Com isso, aponta que está na incapacidade de configurar experiências verdadeiras, coletivamente, a impossibilidade de transmitir experiências. O caráter social é indispensável nessa reflexão, porque à *Erfahrung* se opõem as vivências individuais, atomizadas. O caráter nostálgico atribuído a “O Narrador”, de 1936, relaciona-se justamente ao fato de que nele Benjamin insere a *Erfahrung* num contexto pré-capitalista em que as formas de convívio eram essencialmente comunitárias. Uma época em que a concepção do trabalho era totalizadora, não fragmentária, e em que se trabalhava com as mãos e havia tempo para conversas e narrações.

Esses tempos não existem mais. No entanto, a possibilidade de pensar em uma experiência coletiva ainda existe: mesmo que os vínculos entre os indivíduos não sejam físicos, olho a olho, mãos a mãos, existe a possibilidade de imaginar esses vínculos. De se imaginar ligado a um grupo de desconhecidos a partir do território ocupado, dos rituais partilhados. Nesses rituais, a leitura do jornal. Nesse jornal, uma comunidade. É essa possibilidade que vejo no jornal do interior, no qual a ideia de um meio de comunicação de massa não se concretiza por completo, porque seu público dificilmente pode ser chamado de

massificado. Ao menos não o pode ser quando resguarda as singularidades de uma cultura popular própria, enquanto preserva determinadas tradições. O olhar, nessa perspectiva, se lança para os grupos menores de indivíduos, cujo cotidiano ainda se configura com base em um território comum. E que resguardam a potencialidade de atribuir sentido à própria existência a partir desse território e das vivências nele.

Gagnebin (2012) extrai da obra de Benjamin as condições necessárias para que haja transmissão de experiência no sentido pleno. Uma delas é a de que a experiência transmitida pelo relato deve ser comum ao narrador e ao ouvinte. Essa condição *sine qua non* pressupõe uma ideia de comunidade e de memórias coletivas partilhadas nela. Desse modo, a potencialidade do *Linha Popular* de transmitir experiências depende diretamente do seu potencial de legitimador do vínculo comunitário. Ele inventa (ou solidifica) a comunidade para extrair dela personas com algo a contar, algum ensinamento a transmitir.

A observação dos registros de história e memória no *Linha Popular*, a partir das discussões teóricas às quais se recorreu ao longo desta pesquisa, permitiu notar elementos de configuração e solidificação de vínculos comunitários que unem a empresa jornalística com os seus leitores e com a cidade habitada por eles. Essas evidências estão no discurso de autorreferência que ocorre quando o jornal fala de si mesmo como membro da comunidade, como “camboriuense”, situado à rua cuja história conta aos leitores. A ideia de “ser camboriuense” é recorrente no veículo, desde seu *slogan*, até nas suas seções opinativas e nos juízos de valoração que se permite imprimir nos textos menos duros (há, sabemos, as *hard news* e as *soft news*), como o são os perfis de moradores. É da cidade que o jornal extrai seus personagens e suas pautas, lendo-a enquanto texto e traduzindo-a em conteúdo informativo. Também estão evidentes, os vínculos imaginados para unir jornal e leitores enquanto comunidade, nas memórias e histórias que escolhe contar, de modo que as insere no contexto da cidade. Quando tenta dizer do passado de Camboriú, dos elementos da identidade de seus moradores (e a própria ideia de que existe uma “identidade camboriuense”), dos sonhos que tem para a cidade, o *Linha Popular* cria representações que invariavelmente solidificam discursivamente uma comunidade imaginada a partir daquele território.

Se a cidade é a área de cobertura e circulação do jornal, os seus moradores são seu público. Reforçar os vínculos entre esse público e a sua cidade, nessa perspectiva, é estratégia mercadológica. Quanto maior o interesse dos que habitam Camboriú em seus acontecimentos, tragédias,

processos políticos e sociais, mais qualificados se tornam os leitores do *Linha Popular*. As narrativas presentes no *Linha Popular* demonstram agir no sentido de aumentar esse interesse pela cidade, tanto a partir das informações que levantam dela, quanto a partir da inserção desses mesmos leitores nas páginas do jornal. Sempre há, ao menos, o perfil de um deles.

O tempo de que dispomos para a realização de uma tarefa nos leva a fazer escolhas e recortes; devido à impossibilidade de investigar todas as partes do jornal em seus pormenores, escolhi trabalhar apenas com o senso de comunidade a partir das narrativas de memória e registros do passado. No entanto, comento aqui a minha percepção de que esses vínculos (entre o jornal, os leitores e a cidade, sugerindo uma ideia de comunidade) são reforçados em diversos outros momentos do jornal. Essa pesquisa não pôde se debruçar com rigor sobre esse material, mas pude notar que os vínculos em questão aparecem nas charges, que com humor abordam o aumento do IPTU, a vitória ou derrota do Camboriú Futebol Clube, polêmicas entre os personagens do jogo político-partidário. Eventos cotidianos de todos os moradores, que pelo caráter coletivo (há outros que também recebem o carnê do IPTU no mesmo período; há outros que torcem, ainda que de suas casas, para o time da cidade) unem indivíduos distantes, desconhecidos uns dos outros. São rituais de massa, como cita Anderson (2008). Há um senso de comunidade também evidente no modo como o discurso do editorial se articula, na escolha de pautas e no estilo da cobertura, que de maneira frequente recorre ao testemunho de algum morador para ilustrar um tema maior, da ordem político-social (como o comerciante que reclama das frequentes quedas de luz, ou a mãe que comenta a falta de distribuição de uniformes aos alunos da rede municipal e serve de gancho para uma matéria sobre o orçamento da Secretaria da Educação).

A reflexão de Anderson (2008) acerca dos vínculos que ligam os indivíduos a uma noção de nacionalismo deixa ver que não existem comunidades: existe a possibilidade de imaginá-las a partir de representações e ficcionalidades acerca de uma imaterialidade partilhada. Tais representações encontram, no jornalismo, assim como em outros documentos de cultura, um meio de reprodução técnica. No caso da cidade interiorana, cenário do jornalismo local, há uma potencialidade maior de imaginação que se liga à proximidade geográfica. A partir das memórias partilhadas, que percorrem lugares comuns, essa geografia também se torna afetiva.

São nas representações desse imaginário de comunidade que percebo que a experiência existe, ainda que reconfigurada pelos modernos

modos de vida, e pode ser transmitida: talvez não através de conversas em volta da fogueira, enquanto se trabalha com as mãos, mas na partilha de histórias de vida, nas intersecções entre a memória do indivíduo e as memórias sociais da comunidade.

A constatação que extraio da observação dos registros de memória e história no *Linha Popular* é a de que a promessa político-revolucionária de um jornal do interior reside no seu potencial de estabelecer, entre o seu público, um senso de comunidade; no caso do *Linha Popular*, foi possível constatar tal ação, que se dá a partir dos vestígios de uma experiência coletiva, capturados das memórias de seus entrevistados e inseridos no contexto da cidade. Como resultado disso, o fato de os donos enxergarem seus leitores como “formadores de opinião” (ANEXO 1). Não penso, como a editora Naiza Comel, que os leitores que se interessam pelo *Linha Popular* já sejam todos, *a priori*, formadores de opinião. O jornal, com sua cobertura aprofundada e constante de legislaturas, instituições, decisões políticas, além de atuar como fiscalizador dos poderes também reserva em si um germe politizante. A leitura do *Linha Popular* insere seu público em um contexto político, social e histórico muito claro, bem organizado e categorizado através das editorias e altamente didático, como é próprio do discurso jornalístico, que deve informar de maneira acessível a qualquer tipo de leitor. A legitimação do sentimento de comunidade é fator importante, porque age no sentido de despertar o interesse dos leitores pelos demais conteúdos do jornal, que dizem da cidade a partir da qual a comunidade se configura.

Dito isto, observo também que a comunidade construída a partir dos registros observados do *Linha Popular* não pode transmitir com exatidão todas as experiências e vivências que se configuram no território de Camboriú. O tema do encantamento interiorano, ou da promessa de uma vida melhor próxima do mar, com possibilidades de empregos, empreendimentos e realizações de sonhos são recorrentes no jornal, assim como é recorrente a ideia de uma comunidade espiritualizada, religiosa, política. Tentam construir, essas representações, um panorama de certa maneira positivo do que é a cidade (ainda que com seus problemas a serem resolvidos e projetos para o futuro, o “povo” representado é “bondoso”, “receptivo”, “trabalhador”). No entanto, esse panorama exclui os fracassos, os sonhos que jamais se realizaram, a miséria, a vida sujeita ao crime, às distorções da moral, aos que são impossibilitados de exercer uma cidadania plena por motivos vários. Tenta – é evidente nas lições transmitidas – ensinar algo da ordem moral. Imagino, porém, que diversos moradores de Camboriú não se incluem no modelo de camboriuense representado pelo *Linha Popular*. Possivelmente muitos

destes habitem a periferia e figurem nas estatísticas que projetam a cidade nos veículos de comunicação maiores da região.

As mudanças rápidas e permanentes que caracterizam a modernidade também carregam consigo o poder de desestabilizar a existência com a qual nos habituamos. As memórias, enquanto elogios à felicidade e enquanto atribuições de sentido à existência, carregam consigo a pretensão de salvar as peculiaridades da existência daqueles que recordam. Há, porém, uma impossibilidade máster: o fato de que as memórias dizem do que já foi. Seu valor reside na diferença entre o que foi e o que é agora, conforme Nora: “no espetáculo dessa diferença, o brilho súbito de uma identidade inencontrável. Não mais uma gênese, mas o deciframento de que estamos à luz do que não somos mais” (*apud* AUGÉ, 2012, p. 29).

A tentativa de preservar as representações da vida campesina, essencialmente comunitária, numa cidade como Camboriú, me parece que age no sentido de aliviar o mal estar urbano. De todas as degenerações da urbe, a periferia é a maior delas. Ali, concentra o crime, os corpos, a brutalidade contra a natureza. Talvez seja mais fácil encará-la como um obstáculo para o desenvolvimento pleno em vez de um ambiente ocupado por pessoas com histórias próprias, experiências a compartilhar, práticas culturais aprendidas, vivências e sobrevivências dignas de serem partilhadas socialmente. Sousa (2010, p. 12) relata a partir da observação dos grupos subalternos em Itabuna (BA) na década de 1950: “os subalternos estavam no meio entre o desejo das classes hegemônicas pela feitura de uma cidade-sociedade imaginada e a sua real concretização”. Contar histórias de vida de pessoas que vivem às margens do exercício pleno de cidadania moderna, a partir de suas memórias pessoais, é um passo rumo à reparação das injustiças e invisibilidade social que lhes foi imposta. Conforme Sousa aponta:

Acessar contudo essa *gente*, seu leque instrumental simbólico, suas expectativas não é algo que se faz apenas perguntando por que pescam no esgoto. Suas experiências de sobrevivência se cruzam numa planície onde também se encontram o marginalismo, a alteridade e uma vida muito distante do que podemos chamar de sociedade civil ou de cidadania moderna [...]. Acessá-los não é apenas dar o quilo de arroz que nos pedem em nossa porta. É também estabelecer um funcional sistema de críticas capaz de sensibilizar o presente

a mudar sua postura diante do que convencionou chamar de marginalismo (SOUSA, 2010, p. 13).

As constatações que emergem ao final desta pesquisa levantam novas questões para os trabalhos futuros que vierem a procurar os vínculos e representações de comunidade no jornalismo do interior: quais as possibilidades desse tipo de jornalismo de não apenas representar ao seu próprio modo, mas também de dar voz aos grupos subalternos? Existem outras práticas semelhantes à do *Linha Popular* na imprensa do interior?

O encerramento deste trabalho – em junho de 2014 – coincide com uma mudança na estrutura do *Linha Popular*. Seus sócios venderam a empresa e toda a equipe toma novos direcionamentos em suas carreiras. Não é possível prever se o impresso se manterá como está ou se modificará drasticamente. No entanto, fica aqui o registro de um modo de fazer jornalístico que se configurou em uma cidade do interior catarinense de 2009 a meados de 2014. Esta pesquisa, de maneira geral, se encerra como um testemunho do potencial do jornal de interior, que diversas vezes é estigmatizado como ruim. Suas condições de existência, poucos recursos e estrutura realmente afetam na qualidade do material que produzem, como o constata Fernandes (2003). No entanto, o *Linha Popular* dá testemunho de que é possível produzir um impresso local, de baixa tiragem, com qualidade técnica aliada a um senso de comunidade. Resta saber quais os melhores meios e condições para criar cenários propícios para práticas de jornalismo local não apenas fiel à técnica e ética jornalística, mas também emancipador e politizante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGANBEM, Giorgio. **Infância e História**: destruição da experiência e origem da história. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARANTES NETO, Antonio Augusto. **Paisagens Paulistanas** : transformações do espaço público. Campinas, Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

ASSIS, Francisco de. Apresentação. *In*: ASSIS, Francisco de (org.). **Imprensa do interior**: conceitos e contextos. Chapecó: Argos, 2013.

AUGÉ, Marc. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. 9ª ed. – Campinas, SP: Papirus, 2012.

BADIE, Bertrand. **O fim dos territórios**: ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire um crítico no auge do capitalismo**. 1 ed. – São Paulo: Brasiliense, 1994. – (Obras escolhidas: v. III)

_____. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre a literatura e a história da cultura. 8ª ed. revista – São Paulo: Brasiliense, 2012. – (Obras escolhidas: v. I)

BELTRÃO, Luiz. O jornalismo interiorano a serviço da comunidade. *In*: ASSIS, Francisco de (org.). **Imprensa do interior**: conceitos e contextos. Chapecó: Argos, 2013.

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória – Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. São Paulo: Editora Martins e Fontes, 1990.

BOLLE, Willi. **Fisiognomia da metrópole moderna**: representação da história em Walter Benjamin. 2. ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas.** (O que falar quer dizer). São Paulo: EDUSP, 1998.

BUENO, Wilson da Costa. *Jornal do interior: conceitos e preconceitos.* In: ASSIS, Francisco de (org.). **Imprensa do interior: conceitos e contextos.** Chapecó: Argos, 2013.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura.** 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Sobrevivência dos vaga-lumes.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

DORNELLES, Beatriz. *O futuro do jornalismo em cidades do interior.* In: ASSIS, Francisco de (org.). **Imprensa do interior: conceitos e contextos.** Chapecó: Argos, 2013.

FEATHERSTONE, Mike. *O flâneur, a cidade e a vida pública virtual.* In: ARANTES, Antônio (org.). **O espaço da diferença.** Campinas, SP: Papirus, 2000.

FERNANDES, Mario Luiz. **A força do jornal do interior.** Itajaí: Univali, 2003.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Prefácio. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e a história da cultura.** 8ª ed. revista – São Paulo: Brasiliense, 2012. – (Obras escolhidas: v. I)

GIDDENS, Antony. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GUERREIRO NETO, Guilherme Imbiriba. **O discurso de legitimação do jornalismo.** Florianópolis, 2013. 219 p. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

KEHL, Maria Rita. *O tempo e o cão: a atualidade das depressões.* São Paulo: Boitempo, 2009.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MEINERZ, Andréia. **Concepção de experiência em Walter Benjamin**. Porto Alegre, 2008. 81 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica das narrativas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013 a.

_____. **Jornalismo e configuração narrativa da história do presente**. Revista Eletrônica E-Compós, edição 1, dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/8/9>. Acesso em: 22 de outubro de 2013 b.

NOGUEIRA Maria Aparecida Lopes. **A cidade imaginada ou o imaginário da cidade**. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, V (1): 115-123 mar.-jun. 1998.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto história**, São Paulo, nº 10, p. 7-28, 1993.

ORTIZ, Renato. Um outro território. In: SIQUEIRA BOLAÑO, César Ricardo (org). **Globalização e regionalização das comunicações**. São Paulo: Educ (PUC-SP), 1999.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**. São Paulo, v. 24, nº 1, pp. 77-98, 2005.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Prefácio. In: ASSIS, Francisco de (org.). **Imprensa do interior: conceitos e contextos**. Chapecó: Argos, 2013.

PORTO, Ana Carolina C. **Jornalismo e o saber local: análise da construção do conceito da revista Continente Multicultural**. Disponível em www.labcom.ubi.pt 2005. Acesso em 27 de abril de 2014.

REBELO, José Ângelo. **Camboriú 120 anos: seus poderes executivo, legislativo, judiciário e certos feitos**. Camboriú: Ed. do autor, 2006.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SELIGMAN, Laura. **Jornais populares de qualidade: ética e sensacionalismo em um novo pa-drão do jornalismo de interior catarinense.** Brazilian Journalism Research, v. 5, n. 1. 2009.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **A atualidade de Walter Benjamin e de Theodor W. Adorno.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. **O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução.** São Paulo: Ed. 34, 2005.

SILVA, Gislene. **O sonho da casa no campo: jornalismo e imaginário de leitores urbanos.** Florianópolis: Insular, 2009.

SIMMEL, Georg. **As grandes cidades e a vida do espírito** (1903). Mana, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, Oct. 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132005000200010>> acessado em 29 de maio de 2014.

SOUSA, Erahsto Felício. **Subalternos nos caminhos da modernidade: marginais, politização do cotidiano e ameaças à dominação numa sociedade subordinadora do sul da Bahia (Itabuna, década de 1950).** Itabuna, 2010. 288 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, 2010.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ANEXO

Anexo 1 – Entrevista com a equipe do *Linha Popular*

Naiza Comel: Sócia/fundadora. Editora e repórter de política.

Fernando Assanti: Sócio/fundador. Responsável pelo comercial e colunista de política.

Gustavo Zonta: Sócio/fundador. Repórter de esportes, fotógrafo e diagramador.

Stefani Ceolla: Repórter de cidade e segurança.

Quem é o leitor pra quem o *Linha Popular* escreve?

Naiza Comel: É difícil a gente definir esse leitor. A gente tinha essa dificuldade de início e é uma dificuldade constante, porque a gente presume pelo retorno da comunidade. Então, a princípio, a gente estabeleceu que o leitor do *Linha Popular* seria o morador de Camboriú. Então a gente produz para que qualquer morador, de qualquer bairro e tal, possa compreender, possa ter acesso, possa entender o que está acontecendo na cidade. A gente foi percebendo algumas características depois, no decorrer. Então como o número de leitores não é tão grande quanto o que poderia se esperar de uma cidade de setenta mil habitantes, a gente acaba entendendo que muitos dos nossos leitores são formadores de opinião. É por isso que a gente tem tanto retorno sobre o conteúdo que a gente produz. Normalmente o cara que colabora com o jornal é a pessoa que vai cobrar posicionamento, vai cobrar como uma coisa foi feita ou não. A gente começou a ver que os interesses dos leitores começou a ficar mais evidente pra gente quando a gente começou a vender o jornal em banca. Enquanto ele era gratuito, o retorno era mais difícil. A gente sabe que o nosso leitor usual... Assim, a gente vende mais quando tem capa de política. Essa é uma característica que a gente percebeu depois, com o decorrer dos anos, mas também com a venda em banca.

Que o leitor se interessa por política?

Naiza Comel: Isso. Nós temos um leitor que se interessa pela política. Mas mais pela... É... Como é que eu poderia te dizer? Pela politicagem, assim. Que é a disputa política. Mais por isso do que pela tramitação política, por exemplo da câmara [de vereadores] e tal. Mas é um leitor que acompanha. A gente percebe que Camboriú, o nosso leitor, ele se interessa. Por exemplo, a pauta da câmara é pauta certa pra gente. A gente

tá sempre na câmara, acompanha, porque a gente percebe que é uma coisa que interessa o nosso leitor. A gente vê muitos jornais falando da questão da violência, da segurança e tal. A gente tem também. Tem a página de segurança e vende bem quando tem segurança na capa, mas a política ainda é prioritária. Dos nossos top de venda, todos eles tinham política como capa. Eu acho que isso é uma característica de Camboriú.

E assim, conhecimento de leitor é um processo difícil. É um processo muito difícil. Durante muito tempo a gente discutiu aqui a possibilidade de fazer pesquisa, que é uma coisa que é cara, que não é acessível. O pequeno jornal tem dificuldade de fazer uma pesquisa de opinião. Pra gente identificar, ter assim quantificado, saber o que o nosso leitor lê mais, o que ele lê menos... É uma dificuldade que a gente tem, essa de definir qual é o nosso leitor e o que interessa mais a ele. Então são percepções que a gente vai pegando aqui, pegando lá, e no decorrer do processo. Mas se eu tiver que te definir um perfil, esse é o meu leitor, eu tenho uma dificuldade muito grande de fazer isso.

O leitor que acompanha o blog e redes sociais demonstra ser o mesmo que compra o impresso na banca? Ou são públicos diferentes?

Naiza Comel: O retorno que a gente tem tido ultimamente mostra que são leitores diferentes. Pela reação que as pessoas têm com o jornal na banca. Porque a gente coloca assuntos diferentes. Tenta abordar, pelo menos, de formas diferentes no impresso e no online. Mas há algumas coisas relevantes que vão pro online e depois acabam virando a capa do impresso. Um crime, por exemplo. A gente cobriu o crime no momento e aí depois ele vai para o impresso com desdobramentos, mas pra muitas pessoas é uma novidade. Os meninos percebem quando deixam o jornal na banca... Às vezes o próprio pessoal da banca fala: nossa, isso aconteceu. E já estava rolando na internet durante a semana. Inclusive com cobertura de outros jornais da região. Então a gente consegue perceber que há sim uma diferenciação do leitor do online e do leitor do impresso. Mas detalhadamente é difícil de a gente saber, porque o que a gente tem é pelo retorno que as pessoas dão. O que as pessoas dizem.

Sobre os comentários que são extraídos das redes sociais do LP e são veiculados na seção “Na Rede”, do impresso. Quais são os critérios usados para escolha deles? Como é decidido o que sai da internet e vai para o impresso?

Naiza Comel: É uma escolha que a gente faz. Normalmente eu ou a Stefani. Obviamente tentando tirar... Na verdade, não tem um critério de seleção, tem um critério de exclusão. A gente evita comentários muito tendenciosos ou com... Não seriam tendenciosos. Ofensivos. Nenhum tipo de comentário ofensivo pode ir, inclusive a gente tenta controlar eles na internet. Mas a gente procura que tenha uma visão crítica sobre aquilo que tá se debatendo. Inclusive crítica ao jornal ou crítica à situação. Que acrescente alguma coisa ao debate. Que levar esse comentário para o impresso tenha algum acréscimo naquele debate que a gente fez na edição anterior ou fez no site. Não aquele negócio de bandido bom é bandido morto. Evitar propagar preconceito... Esse é um cuidado que a gente tem que ter, porque tem muito. Nos comentários da internet, tem muitas posições preconceituosas ou extremistas de alguma forma. E aí a gente toma cuidado pra não reforçar isso, sabe? Junto ao público.

Tem uma moderação no site do jornal e nas páginas das redes sociais, então...

Naiza Comel: Tem. Tem uma moderação. A gente criou no ano passado um código de conduta. E aí a gente estabeleceu ali regras para poder excluir. Mas assim, foram poucas as ocasiões em que a gente teve que excluir mesmo. Que eram muito ofensivos ou extremamente preconceituosos.

O que diz nesse código de conduta?

Naiza Comel: Diz isso. Que todos os comentários que tiverem ofensas ou que propagarem algum tipo de preconceito, que nós nos reservamos o direito de excluí-los. Isso tá publicado lá no site.

Existe diferença de redação, apuração, escolha de pauta entre o conteúdo que é disponibilizado online e o que vai para o impresso?

Naiza Comel: Tem diferença. Até porque é uma dificuldade que a gente tem em avaliar... É uma discussão que a gente sempre teve aqui na redação. Avaliar até que ponto a nossa presença no online prejudica o

nosso negócio impresso. Porque o nosso negócio jornal, ele é forte pelo impresso, né? O retorno financeiro vem pelo impresso. Então tu precisa tá no online como uma forma de divulgação do teu veículo principal, que é o impresso. Aqui a gente sempre teve esse debate sobre: será que a gente vai prejudicar o nosso negócio divulgando antes? Então o que a gente tenta fazer pra diferenciar é: o online é a coisa do momento, é o relatório da polícia... Por exemplo, se a Stefani faz uma matéria sobre um assalto para o online, é a matéria do assalto, sobre que o assalto aconteceu no posto tal ou na, sei lá, lotérica tal. E aí quando vai para o impresso, aí é outro raciocínio. Aí é entrevista com a fonte, aí é entrevista com a PM, aí é levantamento de dados de quantas vezes aquela lotérica foi assaltada. Então a gente tenta... O nosso processo é pra que o impresso tenha um diferencial. Que ele tenha mais corpo, tenha mais análise. Até porque a gente é um jornal semanal. Normalmente, por exemplo, de política, o que tu vai ver no online é a pauta da sessão, um ou outro projeto. Mas a maior parte das pautas vai só para o impresso.

Para o texto de opinião do leitor, que é veiculado no impresso, quais os critérios para escolha do que é publicado?

Naiza Comel: O critério de seleção para o artigo segue muito o que a gente faz com relação às pautas, que é o local. A gente tem dificuldade de receber opinião em forma de artigo da população. Então, se tu verificar no jornal, alguns dos artigos que a gente recebe são de deputados, de produção de entidades ou empresas. Que têm, inclusive, estrutura de assessoria de comunicação; que são de fora da cidade e tal. Então quando a gente recebe algum posicionamento da cidade, do leitor, ou tem algum comentário muito grande no blog, lá no site ou no Facebook, ou recebe alguma crítica do governo no e-mail, por exemplo, eu oriento a pessoa. Ah, se tu quiseres expandir um pouco mais isso, falar melhor sobre isso, a gente tem o espaço do leitor. A gente inclusive estimula que os leitores escrevam para esse espaço, porque é o espaço do debate que o leitor tem na cidade, sabe? Ele pode colocar ali a posição dele, tá explícito que é a posição dele. Mas é uma coisa que a gente tem dificuldade. Então a gente não tem dificuldade de seleção desse material, né? Até porque as pessoas às vezes mandam pra gente e solicitam que a gente revise, que a gente corrija se for necessário. Então tem uma troca com o leitor nesse espaço. Se ele estiver disposto a escrever nesse espaço, a gente tá disposto a colaborar, a dizer se tá dentro do tamanho, ajudar a editar. Porque a gente tem dificuldade de ter material da cidade, mas a nossa prioridade é publicar o local. Claro, a gente acaba publicando artigos de escritores de

outras cidades da região, ou mesmo do estado, mas é porque não tem produção local. Se eu tivesse um morador escrevendo artigo toda semana, toda semana teria um artigo de um morador.

O que é levado em consideração na hora de redigir o editorial?

Naiza Comel: Desde que a gente surgiu, e eu acho que isso foi um dos pontos positivos que a gente teve... Eu acho que o posicionamento do jornal tem que ser muito firme em determinadas situações. Obviamente que há momentos em que a gente vai ter dificuldade, Sílvia, que é na semana que não tem um grande assunto do momento, que te cobre um posicionamento. E aí fica um pouco mais difícil fazer o editorial. Mas o editorial é sempre no sentido de deixar muito claro qual é a nossa posição. Nossa posição como empresa, como grupo, né? Que pode ser diferente da opinião pessoal do Guga e a gente pode brigar aqui e tal. Às vezes o Fernando escreve o editorial e a gente discute, porque é uma posição nossa. Não é uma posição só do Fernando, é uma posição da empresa. Mas a gente faz questão de ter um posicionamento nos assuntos que são relevantes pra comunidade. E eu acho que isso é positivo no jornal local. A gente precisa fazer isso. As pessoas também precisam saber que a gente tá se posicionando com relação àquele assunto.

E esse posicionamento é decidido em conjunto?

Naiza Comel: É. É decidido em conjunto. Normalmente o Fernando escreve o editorial. Mas quando for alguma coisa que o bicho pega, aí tem que sentar, tem que discutir.

Quais seções do jornal ou tipo de conteúdo que vocês percebem que tendem a gerar mais retorno da comunidade, que são mais comentados ou repercutem mais?

Naiza Comel: A gente tem muito retorno de política, dependendo do assunto. Pauta da Câmara tem bastante. Uma coisa que eu sinto que a gente tem um feedback positivo, tem bastante retorno da comunidade, é o fato de a gente acompanhar as promessas do poder público. Eu acho que isso gera uma empatia com a população, sabe? Porque a gente faz isso muito, que é o acompanhamento dos processos. O cara reclamou do buraco de rua e eles prometeram que em cinco meses vão arrumar o buraco de rua. Se em cinco meses não arrumarem o buraco de rua, a gente vai lá e verifica o que tá acontecendo. E aí eu acho que a população

começa a... Tem uma hora que a gente não precisa nem lembrar daquilo, o cara que ligou pra fazer matéria ele liga de novo. Fala: ó, vocês fizeram matéria aqui e eles disseram que iam... Então a gente faz isso com arquivo e tal, e a população faz isso, cobrando da gente, dizendo: olha, vocês fizeram matéria e eles disseram que iam arrumar e não arrumaram ainda. Então isso a gente tem bastante, esse acompanhamento do que o poder público diz que vai fazer e tal. Disso a gente tem bastante retorno. E a gente faz isso também com promessa de campanha. No início do ano a gente sentou com a Luzia, pegou todas as promessas de campanha, as principais promessas, pra verificar. O que mudou? Tem algumas promessas que tu fez que tu vê que não é possível cumprir? Ou então, o que começou e o que ainda tem que ser feito? E isso dá um feedback interessante, porque eu acho que é uma coisa que interessa a população. E isso pra gente também é importante, porque o nosso leitor, ele tem que saber o início, o meio e o fim. E a gente tem uma tendência a ficar no meio da história, né? Por causa do dia-a-dia, da pauta que aparece aqui, do outro assunto que ganha mais força que o outro. Então esse acompanhamento eu acho que é uma coisa que é bacana e a população gosta de acompanhar.

Gustavo Zonta: Tem as experiências que a gente teve de enchente, né?

Naiza Comel: Ah, é. A questão do jornalismo colaborativo, que é o retorno imediato, é uma loucura quando começa a chover. A gente teve duas ou três experiências assim, né Guga? Que é quando o rio começa a subir e a gente fica aqui de plantão. A gente fez um ou dois plantões durante a madrugada e aí é uma loucura!

De gente mandando material?

Naiza Comel: Gente mandando material e gente perguntando. Normalmente, eu ficava aqui na redação. Ficava uma ou duas pessoas aqui na redação e os outros três na rua. Aí era assim, a pessoa estava em Balneário e perguntava: será que eu consigo chegar em Camboriú? Então eu, que estava aqui na redação, tinha que ficar no contato com as autoridades, com a defesa civil, pra saber como é que estava entrada e saída. E o pessoal ficava circulando. Então alguém me perguntava: como é que tá? Ah, a minha irmã mora na rua... não sei, me dizia uma rua lá no Santa Regina. Aí eu ligava pro Guga e pra Stefani e falava: vocês estão no Santa Regina? Então confere como é que tá a rua tal, como é que tá o rio. Então a gente ficava monitorando o rio, fazia o monitoramento. E aí era uma loucura. Era uma loucura. A gente chegou a ter seis mil acessos num dia no site.

E isso era reportado pelos meios digitais?

Naiza Comel: Pelos digitais, aí. Aí pelos digitais. No impresso vai o apanhado geral depois, do resultado, de tudo o que aconteceu e tal.

Gustavo Zonta: O legal era que essa interação era bem online, assim. Porque aí a galera ficava: aqui na minha rua tá tal. Aí as pessoas faziam as duas coisas... Tinha uns perguntando e tinha uns que ajudavam a responder. Alimentavam a gente de informação.

Naiza Comel: Alimentavam. Aí, por exemplo, alguém perguntava da rua Bagdá. E o Guga estava no Tabuleiro. Eu conseguia responder pela informação que eu tinha de outro leitor. Teve um momento em que a gente tava recebendo tantas fotos pelo e-mail, pelo Facebook, que eu não dava conta de compartilhar o que as pessoas enviaminhavam pra gente, mostrando a realidade de cada rua da cidade. E é um momento que, claro, porque Camboriú passou pela enchente em 2008, a população tem um medo. Tem um receio com relação a isso. É o momento em que a gente sentia maior interação. Era quando tinha cheia, quando o rio começava a subir e tal.

E quando o retorno, o feedback, é negativo? E não falo mais apenas de comunidade, mas também de poder público, iniciativa privada...

Naiza Comel: A gente já discutiu bastante sobre isso, já falou muito entre nós, porque quando você tem um veículo local e você se coloca nessa posição de ouvir a comunidade, poder público, ouvir todo mundo... Você é uma empresa privada, mas tá prestando um serviço público e se define assim, como alguém que está prestando um serviço pra população, que é público. Assim como isso vai te trazer pauta, vai te trazer respeito da comunidade, vai te trazer proximidade... E essa proximidade gera pauta, ela gera feedback positivo, ela também gera feedback negativo. A linha que tu estabelece ali, no que vem o elogio, vai vir a crítica também. A gente entende o feedback negativo como um reflexo desse processo que você faz. De se abrir pra ouvir a comunidade, de se abrir pra pauta, de debater com o seu leitor, de assumir quando você erra. É todo um processo, né? O que a gente recebe de feedback negativo? Muitas vezes, é uma coisa que incomoda a gente, mas a gente acaba entendendo como um processo de educação, assim. Que é a pessoa ligar pra cá e falar: porra, eu fui falar mal do governo e vocês foram lá ouvir o que a Luzia tinha pra dizer! E aí é aquele negócio de tu respirar e explicar pra pessoa qual é o processo, qual é a tua função. E falar: olha, a minha função é essa, eu não posso só ir lá e falar mal e tal. Tem uma senhorinha que tem uma padaria

e o Fernando um dia explicou pra ela assim, bem bonitinho. E ela nos dá vários feedbacks, positivos e negativos. E aí um dia ela ligou pra cá e disse: ah, toda vez que alguém fala mal da Luzia vocês vão lá ouvir ela pra ela poder se defender, isso é um saco! Tipo, ela quis dizer que a matéria virava em nada porque a Luiza podia se defender. Aí o Fernando falou: olha, a senhora tem uma padaria. Se alguém dissesse que a senhora coloca veneno de rato no pão, o que a senhora gostaria que a gente fizesse? Né? É uma historinha, mas esse é o processo, sabe? Aí ela entendeu. Muitas vezes algumas críticas que a gente recebe são pela própria incompreensão de algumas pessoas de como é que funciona o nosso trabalho, como é que ele deve funcionar. Muitas pessoas, a comunidade que reclama de alguma coisa, elas estão em busca de uma resposta. Mas algumas pessoas não querem aquela resposta que é dada. Por exemplo, de o poder público dizer que ela também tá cometendo um erro, que ela também tá fazendo alguma ilegalidade. Isso pode acontecer. O cara pode vir reclamar pra gente de um terreno e ele também estar fazendo alguma coisa errada e tal.

Mas assim, o feedback mais negativo, por incrível que pareça, é da própria população. A gente tem pouca pressão de empresa privada, de anunciante com relação à nossa pauta. Eu não me lembro de nenhum tipo de interferência que a gente tenha tido de alguma empresa, de algum anunciante reclamar de alguma coisa. Tu lembra, Guga? Do poder público também, são raras as situações que eu me lembro de ter tido algum tipo de crítica. Ou de questionamento sobre material.

Gustavo Zonta: Ah, às vezes tem assim, do cara que trabalha na prefeitura. De a gente fazer alguma matéria e a pessoa, sabe? De a pessoa tomar as dores.

Naiza Comel: É. Porque assim, aqui em Camboriú tem essa questão partidária, né? Que não é uma questão política, é uma questão partidária. Então a gente já passou em algumas situações por funcionário público que na verdade não estava falando como funcionário público, estava falando como partidário. Por exemplo, quando teve o enterro dos remédios lá no lixão. Eles falaram: ah, porque a equipe do Linha Popular pulou muro pra prejudicar o governo! Sabe? Mas aí é comentário no Twitter... Nada de mais.

E de retorno oficial, de instituições oficiais, sobre o trabalho que vocês desempenham na cidade?

Naiza Comel: Ah, sim. Da câmara a gente tem retorno desde o começo. Eu acho que inclusive, da câmara, a gente sempre sentiu um

reconhecimento muito grande. Mas eu acho que é pelo fato também do tipo de cobertura que a gente faz. Porque desde que a gente criou o jornal, alguém acompanha as sessões da câmara. Tem sempre um repórter lá. Até porque a gente acha que as sessões são importantes, que são decididas coisas importantes da cidade. E é uma fonte de pauta muito boa. Pauta de política e de geral também. A outra legislatura, e essa também, sempre teve uma valorização. Mas tem mais aí, não tem Fê? [pega troféus]. Essa aqui é de 2010, dois de março de 2010. A gente recebeu uma moção de congratulações pelo primeiro ano de existência do jornal. Em 2010.

Fernando Assanti: É, mas tem mais legais. Olha essa aqui...

Naiza Comel: Essa aqui, ó! Quinze de dezembro de 2009, o primeiro ano do jornal. A gente recebeu uma moção dos vereadores pela presença constante nas sessões, divulgando sempre as informações dos trabalhos do legislativo da nossa comunidade. No primeiro ano a gente recebeu esse. E aí a gente recebeu outro também em dezembro de 2011. A gente recebeu uma moção pelo trabalho de informação e monitoramento das enchentes. Que foi aquela que a gente diz que teve bastante retorno e tal. Foi uma delas. Porque depois que a gente terminou o levantamento de informações aqui, que Camboriú estava fora de perigo, a gente começou a mobilizar a comunidade de Camboriú para ajudar Itajaí. E aí a gente recebeu uma moção pelo trabalho de informação e pela iniciativa e coordenação de uma campanha ao auxílio da defesa civil da região.

Fernando Assanti: A gente encheu um caminhão de água.

Naiza Comel: De água para o asilo Dom Bosco. Quando a gente viu que Camboriú estava fora de perigo, a gente aproveitou toda a movimentação que tinha, que estava uma loucura nas redes sociais, o pessoal com a gente direto... E aí a gente conseguiu água e um caminhão e foi lá para o asilo Dom Bosco. E em junho de 2012 a gente recebeu o prêmio Mérito ao Amigo do Meio-Ambiente, que é um prêmio que existe todos os anos e tal. Foi em virtude da matéria sobre o enterro dos remédios no lixão. Obviamente, dado por um vereador de oposição, o Claudinei Loos.

Fernando Assanti: não esquece de falar outra, que é pelo prêmio da Adjori...

Naiza Comel: Ah, é. A gente recebeu menção de congratulações pelo prêmio da Adjori também [o Linha Popular recebeu, em 2013, o troféu Adjori como 3º melhor jornal do interior em Santa Catarina].

Sobre o envolvimento com a Adjori. Por que vocês consideram importante participar dessas premiações e estarem filiados à associação dos jornais do interior?

Naiza Comel: A Associação dos Jornais do Interior em Santa Catarina, pra gente, é muito importante. Porque nós estamos ali entre iguais. Conversar com empresários que tenham a mesma dificuldade que a gente e com gente que tem realidades bem diferentes. O interior de Santa Catarina tem uma realidade completamente diferente. Não tem grandes concorrentes. Nós concorremos com Diarinho, por exemplo. Eles não têm grandes concorrentes. Mas assim, a dificuldade da manutenção, a dificuldade da captação de anunciantes, o preconceito que tem com o jornal pequeno... Nós todos vivemos essa realidade. E quando você vai para o congresso da Adjori, você tem a oportunidade de falar lá com o senhorzinho que tá há trinta anos na batalha, sabe? Ele tá lá há trinta anos com um jornal do interior e ele fala pra ti como é que ele fez pra crescer, qual foi a maior dificuldade que ele teve. A gente vê a galera desistindo no meio do caminho... A gente encontra um cara num congresso, no outro ele já não tá. Mas essa troca é muito importante. Porque eu acho que a gente tem um privilégio, que é o fato de nós três sermos formados em jornalismo. Então nós temos essa bagagem técnica. E aí a Adjori nos ajuda na questão empresarial, que é a nossa maior deficiência. Mas outros jornais têm deficiências técnicas. E aí essa troca é muito importante. Então ao mesmo tempo em que a gente vai lá pra aprender sobre a questão empresarial e aprender, com esses caras, a como manter isso aqui de pé, eles estão lá pra aprender sobre a questão técnica. Pra gente poder dizer pra eles: contrata um jornalista, vai fazer diferença. Sabe? Então eu acho que essa troca é maravilhosa.

Sem contar que, na questão empresarial, a Adjori funciona como uma agência. Então a Adjori capta clientes. Hoje a gente recebe mídia do Governo Estadual e do Governo Federal através da Adjori. Tem uma questão financeira também envolvida. A Adjori capta clientes e tal e ela trabalha como uma agência. E eu acho que um papel importantíssimo que a Adjori faz, e que faz muito bem, é a defesa do jornal do interior. É ir lá mostrar pro Governo do Estado que o jornal do interior é importante, que somados nós temos força, que nós estamos em todos os municípios de Santa Catarina. Eu acho que essa mobilização é importante por causa disso. Porque eu acho que há um preconceito do mercado, há um preconceito da academia, sabe? Eu acho que o jornal do interior ele ainda é tratado com... ele ainda não é tratado da maneira que ele deveria ser. Eu sei que é um mercado que tem deficiência, tem problemas... A Adjori sabe

disso, todos nós sabemos disso. Mas é. A deficiência acadêmica não nos interfere tanto, mas assim, a segregação do mercado, das agências de publicidade, é super prejudicial. Então se a gente não tiver as agências do nosso lado, acreditando no potencial do jornal do interior e tal... E esse trabalho é o trabalho que a Adjori faz. Que é institucional, é falar: nós temos força, nós somos bons, nós fizemos a coisa bem feita.

Fernando Assanti: Eles trabalham muito com capacitação dos pequenos jornais também. Desde capacitação pra administração de pequenas empresas, com curso da ESPM, que não é pouca coisa, até capacitação mesmo sobre o que é um artigo, o que é uma matéria, o que é uma reportagem, o que é um perfil. É uma capacitação básica pra redações deficientes, que não têm jornalista profissional, e que a Adjori capacita pra coisas muito básicas. Eles sabem que existe o negócio, que é o jornal do interior, e eles trabalham pra melhorar a qualidade.

Naiza Comel: Algo que eles defendem bastante, e que eu acho que é o caminho, é o prêmio da Adjori. Ele incentiva esse desenvolvimento. Ele gera uma competição entre jornais do interior, mas que todo mundo sai ganhando porque a qualidade melhora. O que a gente tem percebido, o que a gente percebe e tal, é que os jornais vão melhorando com o passar do tempo. A gente vai lá para o prêmio, conhece o jornal, vê o jornal, e a gente percebe que eles vêm melhorando. Todos eles. A gente também tenta melhorar, muda o projeto gráfico e tal. Eu acho que o prêmio é uma forma de incentivar, dar um gás pros jornais do interior. E pra gente é muito bacana, né? Porque como nós trabalhamos numa equipe reduzida, a gente vai tentando melhorar, mas vai tentando melhorar de acordo com os nossos parâmetros, com as nossas pesquisas e tal. E tu ser avaliado por um jurado de fora, tu ser avaliado por alguém que tá ali no mercado, pra gente é importante também. Cada categoria do prêmio é avaliada por três ou quatro jurados, então esse retorno do prêmio pra gente também é bem importante. Tu verificar... Tu volta pra cá e sabe... A gente voltou pra cá no ano passado sabendo que a gente tinha que melhorar o nosso projeto gráfico.

Fernando Assanti: É uma ferramenta legal de auto avaliação. Tu consegue se comparar com os outros e dizer: olha aqui, tem um jornal lá de não sei aonde que é melhor que a gente, que tem colunas melhores. Então precisa adaptar nossas colunas. Né? A gente ficou muito mal em caderno especial no prêmio, saiu perdendo pra um jornalzinho lá de Apiúna desse tamanhinho. Pô, a gente precisa pensar então em fazer cadernos melhores. Então a gente começa a se avaliar e tentar melhorar esses aspectos.

O que um jornal precisa pra fazer parte da Adjori?

Naiza Comel: Ser um jornal do interior. E regular.

Fernando Assanti: Na verdade, precisa estar totalmente regular, cem por cento regular com todas as contas pra conseguir as mídias. Pra servir de agência. A Adjori só representa comercialmente os jornais que são regulares em tudo, desde pagar o FGTS do funcionário. Então tem que estar cem por cento regular, todas as obrigações fiscais, pra Adjori te representar como empresa, como agência. Agora pra você ser filiado à Adjori, deixar seu nome lá na lista de filiados, basta ser jornal do interior. Qualquer um pode ser filiado... Eles não te representam como agência, mas tu faz parte da associação.

Vocês estão com a Adjori desde o começo?

Naiza Comel: É... um ano. Mais ou menos um ano depois de o jornal abrir, eu acho.

Vocês dizem que o Linha Popular foi criado para ocupar o que acreditaram ser um espaço vazio no mercado, para ocupar esse espaço com um veículo de qualidade. Na concepção de vocês, o que caracteriza um jornal de qualidade?

Naiza Comel: Cara, eu vou falar uma coisa que é obviedade, assim, mas é fazer matéria. Quando eu falo de jornalismo de qualidade é sair na rua, entrevistar pessoas, procurar furo de matéria, fazer reportagem... Que é estender e se aprofundar um pouco mais. Que é o não usar só release. Essa é uma realidade que a gente percebe que muitos jornais pequenos, ou alguns jornais pequenos, acabam utilizando material pronto, que é release e tal. E a gente tinha essa intenção de fazer material. De ouvir a população, de apurar. A questão da apuração, de tu ir pra rua, de tu verificar o que tá acontecendo. De que as matérias tivessem os contrapontos. Né? Que é premissa básica. Ouvir todos os lados envolvidos, e aquele processo. Porque como muitos lugares têm pouca estrutura, e algumas pessoas também optam por isso, eu não sei qual é a decisão, mas a nossa decisão era produzir material. Porque eu acho que esse é o diferencial de um veículo de comunicação. Se for pra ver release, o cara entra no site da prefeitura e vê deles lá. Eu acho que isso que traz proximidade com a comunidade. É produção, é o cara poder falar do poder público, o cara poder reivindicar o direito dele.

Fernando Assanti: Na verdade, são dois fatores que a gente sempre manteve aqui como preponderantes, que nós enxergamos como diferencial de todos os outros meios de comunicação que eu conheço do nosso porte. Que são só duas coisas: produção e isenção.

Naiza Comel: É. A questão de o comercial, a questão de a redação e o comercial estarem desvinculados. Uma coisa que a gente estabeleceu aqui no início, desde o início, foi que o comercial não teria força sobre o editorial. E quando eu digo isso, eu não estou falando da pressão, que eu te falei que a gente nunca teve, que é a pressão do anunciante. É vender matéria. É vender a capa. Porque isso é uma demanda que existe, tá? As pessoas querem comprar a capa. As pessoas querem comprar o perfil. As pessoas querem comprar o material editorial. As pessoas preferem pagar pelo material editorial do que colocar publicidade. Então é uma coisa que é muito difícil de tu trabalhar, né? Porque você tá falando de dinheiro. Você tá falando de manutenção do teu negócio. O Fernando vai lá vender um anúncio, e eu acho que o fato de a gente ser jornalista vendendo anúncio facilitou isso, e tem que explicar pra pessoa que a gente não pode fazer. Uma coisa que a gente tem é que assim, tem que ficar claro pro nosso leitor que aquilo é pago. Que aquilo é uma publicidade. Então é aquele negócio de tu ir lá e falar que não, que tem que fazer um informe comercial, então. Vamos fazer um informe comercial. Aí tem a caixinha, tem lá o informe comercial...

Fernando Assanti: A gente já chegou a receber propostas de comprarem a capa pra publicar matérias que a gente já publicaria na capa. Que já são de interesse do público. Eu vou te dar um exemplo claro: uma pesquisa eleitoral. Pesquisa eleitoral. Então a Luzia tá na frente na pesquisa. Isso pra nós é um acontecimento importante, porque é um jornal local. Você tem uma disputa eleitoral na cidade, tem um candidato na frente e tem uma pesquisa de um instituto reconhecidamente idôneo... Uma pesquisa da Univali. Luzia na frente. Ela cai na nossa mão, é capa. É capa. E aí naquela tarde toca o telefone: ó, se vocês publicarem a pesquisa na capa, a gente paga tanto.

E aí vocês respondem o que?

Fernando Assanti: Não precisa pagar. É a nossa capa. Porque pode não ter diferença, né? Na prática. Mas é o fato de tu estar desvinculado daquele político, de não estar vinculado. A gente sustenta que é um assunto de relevância e que vai estar na capa de qualquer maneira. Porque se na hora tu aceita o pagamento por aquilo, tu tá aceitando o fato de que se não fosse relevante, você colocaria igual. Colocaria por dinheiro. Então

a gente tem feito o trabalho difícil, que é o de negar dinheiro. Pra empresa, isso é um suicídio. Mas é o trabalho de educar. De dizer não, não posso botar a inauguração da tua farmácia na capa do jornal porque na capa do jornal tem que ter um assunto relevante, pras pessoas comprarem o jornal, que têm interesse no assunto, e saberem que dentro do jornal tem a tua informação.

Vocês se consideram um jornal comunitário?

Naiza Comel: Não. Acho que não.

Fernando Assanti: Me faltam informações, características do que seria um jornal comunitário pra te dizer...

É que o jornal comunitário tem essa prioridade de prestar serviço...

Naiza Comel: Ah isso sim. Isso é o que a gente faz. É a nossa prioridade.

Mais do que ganhar dinheiro?

(risadas de todos)

Naiza Comel: É, de repente esse é o nosso erro. De repente é isso. É que assim, se a gente tivesse focado no lucro, a gente já teria feito outras coisas que a gente não quis fazer.

Coisas que vocês consideram antiéticas?

Naiza Comel: Isso.

Fernando Assanti: A gente sempre teve um lema aqui assim, e isso é lema oficial. Se você quiser publicar, ele é oficial. A gente prefere dizer não, e não fazer coisas que a gente avalia como antiético, dentro dos conceitos do jornalismo que a gente aprendeu na faculdade, que todos aprendemos... Enquanto a gente puder não fazer, a gente não faz ou a gente vai fazer faxina. A gente sempre disse. Ou a gente vai poder dizer não pra essas coisas, a gente vai poder fazer do jeito que a gente acha correto, ou a gente vai fazer faxina. A gente não vai fazer isso. A gente desiste daí. Ou a gente faz da forma correta e dentro dos preceitos que a gente acredita que são éticos e morais, que o jornalismo manda fazer, ou a gente não vai fazer mais. Não tem um meio termo.

Naiza Comel: Porque assim, eu já trabalhei em outros jornais do interior. Já tinha trabalhado, já tinha experiência de trabalhar pra outras pessoas e tal. E quando a gente montou o Linha Popular, a nossa proposta era essa.

Vamos mostrar pro mundo que é possível fazer um jornal de interior de qualidade. Nosso projeto de vida era mostrar pras pessoas que dá pra fazer um jornal pequeno. Vamos mostrar pras pessoas que é possível ser pequeno e ter qualidade. Que não é só o Diário Catarinense que pode fazer boa matéria, não é só o Zero Hora que pode fazer uma boa matéria. Que a gente pode tá falando da nossa realidade e tá fazendo da forma correta. Pode ser que a gente não consiga provar isso pra ninguém (risos), mas então, esse é o nosso objetivo. Que preço a gente tem que pagar por isso? Aí eu já não sei te dizer. Mas assim, há também uma coisa da relação do jornalista. A relação do jornalista com as pessoas. Então a gente começa a ter muita visibilidade na comunidade... A gente vai no mercado e as pessoas sabem quem a gente é. A moça do Linha Popular, o cara do Linha Popular. E há uma consequência disso, que eu vejo aqui na região e acontece em outros lugares também, que é o cara estar no veículo e assumir outras posições. É ser assessor do vereador, fazer assessoria por fora para o político e tal. E a gente recebe esse tipo de proposta constantemente. Porque as pessoas, pra elas, seria vantajosa essa proximidade.

Fernando Assanti: Em alguns casos nem enxergo que seria pra levar vantagem assim, mas por terem na gente a referência de que ele é jornalista, de que ele é um bom profissional e pode fazer um trabalho bom pra mim. Não tem nem má fé, sabe? Em alguns casos a gente identifica de que é aquele convite por acreditar que a gente ia fazer um bom trabalho em prol daquela instituição, daquela pessoa. E a gente tem que negar.

Na visão de vocês, a que se deve a rapidez com que o Linha Popular foi aceito pela população da cidade? Aliás, vocês se sentem aceitos?

Naiza Comel: Sim, acho que sim. A gente só tem cinco anos, o que eu acho que é pouquíssimo. E eu acho que tem a ver com a relação que se estabelece. O primeiro desafio que a gente enfrentou, os primeiros questionamentos que a gente teve, e que pararam de uns anos pra cá, eram a questão: de que lado você está? Uma questão partidária. Como a cidade é dividida ao meio, tem uma questão partidária muito forte. As pessoas queriam saber: quem mantém vocês? É o Edinho ou é a Luzia? Quem mantém vocês? Quem mantém vocês? Então isso era uma pergunta que a gente tinha que responder constantemente. Só que a resposta não é suficiente, então tu teve que ficar aí, dois, três anos, dando espaço pra todo mundo pra mostrar pra aquele cara lá que achava que tu era da Luiza ou do Edinho que não era bem assim. É um processo. A construção do nome é isso. Tu mostrar para o cara... Tu dizer para o cara: não, não sou

vendido de ninguém. E ele ficar pensando: pô. Sabe? Ele não vai acreditar nisso. Então ele precisa ficar vendo o jornal, lendo o jornal durante muito tempo até ele perceber isso. Mas eu acho que foi uma coisa mais do início, assim. Outro ponto, é a questão da comunidade. O cara às vezes liga pra cá. E já aconteceu de o cara ligar aqui pra reclamar de alguma coisa e gente ir lá cobrir. Aí chegar lá e o cara falar: eu desisti de denunciar, mas eu queria agradecer vocês por terem vindo, porque eu achei que vocês não vinham porque a prefeitura pagava vocês pra não falar. Então eu acho que isso é construção de cada feedback, de cada retorno que a gente dá pra comunidade. É construção, sabe? É passo de formiguinha. E a gente tem, sempre teve, prioridade pro que vem da população. Todo mundo que manda e-mail tem que ter uma resposta. Todo mundo que liga pra cá precisa ter um retorno. Se a gente não fizer matéria nessa semana, a gente precisa avisar que faz na semana que vem. A gente trabalha como empregado da comunidade, sabe? Ele precisa de um retorno. Ah, o cara mandou um artigo e não saiu essa semana, eu aviso ele por e-mail: ó, não saiu essa semana, mas vai sair na semana que vem. Ou vai sair na outra. Então a pessoa, se ela entrou em contato contigo, é porque ela espera um retorno. A nossa prioridade aqui é retornar tudo, qualquer ligação, qualquer e-mail, qualquer crítica na internet. Eu já bati boca... Teoricamente. Eu já defendi o jornal no Facebook. O cara vai lá na página do Facebook e fala: ah, vocês fizeram essa capa por causa disso. Aí eu vou lá, com o perfil profissional, vou com o perfil do jornal, vou lá e debato e falo: por que tu chegou nessa conclusão? Queres conversar? Vem aqui na redação, o telefone é tal, o endereço é tal. Então o cara tem abertura. Se ele quer questionar o meu posicionamento, se ele quer questionar por que a capa foi assim, por que a matéria foi assado, é só ele ligar pra cá que a gente vai falar com ele sobre isso.

Fernando Assanti: Isso conta inclusive na hora de definir o conteúdo do jornal da semana, sabe? Às vezes a gente recebe pedido da comunidade de uma feirinha na escola lá do bairro, de mostrar os coelhinhos das crianças. O que não teria relevância. Não teria relevância se a gente fosse avaliar o modo jornalístico ali, a técnica. Mas a gente avalia a interação da comunidade. Avalia que uma professorinha lá do Rio Pequeno [bairro afastado do centro, de maior área rural] teve o trabalho de ligar pra gente, porque ela acha que aquilo vai somar no reconhecimento profissional dela e que vai ser bacana pras mães das crianças verem as fotinhos das crianças na escola. E a gente abre um espaço, publica aquele fato, só pra não deixar de dar retorno e de que as pessoas se sintam representadas no jornal. Isso influencia na nossa decisão editorial, essa abertura da comunidade. A

gente dá muita matéria de escola. A gente chegou a abrir uma editoria de educação, de tanta demanda que a gente tinha.

E como é fazer jornalismo em Camboriú?

Naiza Comel: Cara. Eu acho que em cada fase do jornal eu teria uma resposta diferente. Eu acho bom. Então o que eu acho que a gente tem de diferencial? No fato de a gente cobrir uma cidade, é uma questão de logística mesmo, de estrutura. O fato de a gente ser um jornal local, que cobre uma cidade só, nos dá uma possibilidade de conhecer muita gente, nos dá uma possibilidade de ter uma memória dos acontecimentos. Uma coisa que nos faltava no início e que nos dá gás agora é ter uma memória. Eu sei o que a Luzia falou em 2009. Ou tá ali no meu arquivo. Eu sei o que o secretário prometeu em 2010. Eu sei... Tu entende? A gente acompanhou. Eu sei o projeto de lei que tá sendo modificado na câmara porque eu acompanhei a votação anterior. Então essa memória nos dá bagagem e eu acho que é um diferencial do nosso trabalho. Diferente de jornais ou de repórteres que têm que cobrir uma grande área e acabam não tendo isso. A gente sempre tem essa referência. A gente consegue voltar, consegue comparar com o que foi dito, consegue mostrar a confusão que foi e tal.

Uma dificuldade que a gente tem aqui em Camboriú é que muita coisa vira... Rolo. Tem algumas coisas que demoram muito pra engrenar e é por falta de recurso, por falta de força política em outras esferas e tal. Então uma dificuldade é repetir a pauta. Pela própria cobrança da comunidade, por a gente querer mostrar o início meio e fim. Um exemplo é o plano de cargos e salários dos funcionários de Camboriú. Eu fiz as primeiras matérias lá em 2010. Foi capa em 2010. Eu fiz matéria em 2010, eu fiz matéria em 2011, eu fiz matéria em 2012, eu fiz matéria em 2013... Nós estamos em 2014 e eles ainda não pagam o adicional da insalubridade. Então é uma pauta que eu já devo ter feito, cara, por baixo, dez matérias. E aí isso tem um desgaste pessoal que pô. Sabe? De novo. Mas aí vem uma servidora pública aqui, bate na minha porta e fala: como é que tá o meu adicional de insalubridade? Meu, eu me sinto na obrigação de ir lá e voltar tudo. Volta tudo, porque em 2010 disseram isso, em 2011 disseram aquilo, em 2013 disseram aquilo outro. Então, às vezes, e eu to te citando só uma coisa, mas às vezes a gente acaba se cansando um pouco porque a coisa não se resolve. Aí fica cansativo para o repórter também. Tu cansa da pauta. Tu volta por uma obrigação, por uma necessidade que tu tem de mostrar pras pessoas como é que as coisas estão.

Fernando Assanti: Eu sinto uma... Posso falar uma postura particular? É porque eu acho que é difícil como em qualquer outro lugar, sabe? Acho que não tem muita diferença de fazer jornalismo em outra cidade pequena. Esse negócio da cobrança na rua, eu acho que tudo isso é meio padrão. A gente conversa... Esse negócio que a Naiza falou da Adjori, sabe? A gente conversa com os outros jornais e as dificuldades são muito parecidas. O fato da cobrança constante, de que tem que tá sempre trabalhando, tu não consegue fazer nada socialmente sem que tu estejas representando o veículo. Eu não consigo ir numa festa sem tirar uma foto pra coluna social. Então a gente está sempre trabalhando. Mas eu acho que uma característica é importante, e que é especificidade de Camboriú, que a gente vive aqui, trabalha aqui há cinco anos, que é o problema de a cidade não evoluir no ritmo em que a gente imagina que ela possa evoluir. Então é tratado dos mesmos assuntos ao longo de anos sem que aquele assunto evolua. É tratado das mesmas figuras políticas ao longo dos anos e aquelas coisas não evoluíram. É tu bater na mesma tecla dez vezes e nada acontecer. Então tu denunciar um problema que é um problema simples, claro, que incomoda a população, e aquele problema ser tratado todos os anos, de forma ampla, e nenhuma atitude ser tomada.

Naiza Comel: E assim, tem coisa que é simples. Nós estamos falando ali de plano de cargos e salário, que é pagar adicional de insalubridade, que vai ter impacto na folha. Assim como todo ano, desde 2009, nós fizemos matéria dizendo que os cemitérios de Camboriú não têm mais espaço. Desde 2009 não tem mais espaço. E todo dia de finados a gente vai lá mostrar que não tem mais espaço.

Quando vocês falam em evolução, é desenvolvimento econômico, social...

Fernando Assanti: Todo tipo de desenvolvimento. A cidade parece que para. E se tratam de problemas que... Você mora em Camboriú. Vou te explicar de um jeito mais claro. Há quantos anos você ouve falar do Gideões, que atrapalha o trânsito no centro? No que isso mudou nos últimos quinze anos em Camboriú? Nada! Não é? A pavimentação da rua que é mal feita, que uma semana depois que tá pavimentada já tem buraco e aí eles vão lá, fecham o buraco, e uma semana depois o buraco tá lá. Uma semana depois o buraco tá lá. E a gente recebe reclamação da mesma rua há cinco anos! O cara vai lá, fecha o buraco, aí na semana seguinte o buraco tá lá. Aí o cara vai lá e fecha o buraco. As pessoas não percebem que tem que mudar a técnica de fechar o buraco, que aquela não está funcionando. Então a gente precisa tratar dos mesmos assuntos inúmeras

vezes. E isso é um desgaste pra gente, muito grande. Porque tu começa a desacreditar do teu trabalho, começa a desacreditar que tu tem alguma influência, e tu começa a desacreditar na estrutura da cidade. Então tu vai falar com o secretário já sabendo que ele tá mentindo de novo, que ele não vai fazer aquilo de novo. Que ele tá inventando outra desculpa aqui agora. Há seis meses ele te falou outra coisa, agora tá inventando outra, daqui a seis meses ele inventa outra. E nada se resolve. E aí tem esse desgaste.

Gustavo Zonta: Porque eu acho que a gente tem aquele negócio de jornalista de acreditar na transformação. Do jornalismo como um poder transformador, né? Um papel social, entende? Vamos melhorar? A gente está aqui pra ajudar. Tipo, vamos criar o Linha Popular, vamos fazer um negócio comunitário, ajudar a comunidade no embate com o poder público, enfim. Pra ajudar. Pra evoluir. Pra mostrar pro poder público que tem que evoluir... Dizer ó, as pessoas estão querendo isso, tem que mudar, vamos... Sabe? Só que aí a gente fica como se... Parece que tem um freio.

Que a gente tá mostrando faz tanto tempo algumas coisas e que não muda nada. E a gente fica pensando: meu Deus, que poder transformador é esse? Fernando Assanti: E eu acho importante destacar nessa fala do Guga que não é um posicionamento de estar ao lado da comunidade contra o poder público. É de aproveitar as reclamações da comunidade para, inclusive, apontar soluções. A gente conversa aqui com especialista em assunto que diz o que poderia resolver, como poderia fazer. A gente apresenta junto, a gente se torna voz da comunidade para apresentar junto soluções. Então até a tiazinha lá da rua, o tiozinho lá, diz: ó, aqui tinha que botar uma drenagem melhor, tinha que resolver... E aí a gente chama o especialista pra dizer o que tinha que fazer diferente para resolver, sabe? Então a gente se bota na posição de contribuição para que aquela coisa se resolva. Não é assim, ah, tá fazendo errado porque é incompetente. E mesmo assim o nosso trabalho, às vezes, parece que é em vão. E aí tu se cansa na hora que tu vê que vai ter que tratar daquela coisa de novo. O que eu to fazendo? Que benefício que isso vai trazer?

Naiza Comel: Pois é, agora tem Gideões de novo. Qual é a pauta dos Gideões? Trânsito. Né? É difícil, né? Chega num ponto em que é difícil tu arrumar uma pauta nova e tal. Isso é o desgastante. A repetição é terrível... É o pior. Hoje, é o pior.

Mas vocês conseguem resultados positivos também?

Fernando Assanti: Pouquíssimos. Pouquíssimos.

Naiza Comel: É, o Fernando não tá numa fase muito boa.

Fernando Assanti: Mas é verdade, a gente consegue apontar as poucas coisas que deram resultado...

Naiza Comel: Se você for pensar de uma forma geral... Porque o Fernando tá falando em grandes transformações, né? Mas tem as pequenas transformações, que eu acho que existem, que é a autoestima da professora, da comunidade, da senhora que precisa de ajuda, do grupo de dança, do Latarte [projeto social que ensina música para crianças carentes da cidade]... As pequenas coisas que a gente pôde fazer em prol da comunidade, pra autoestima daquela comunidade, ou daquele grupo, sabe? Porque aparecer no jornal é o reconhecimento pras pessoas. Para o Latarte, aparecer no jornal é um reconhecimento dos dez anos que eles estão lá, batalhando... Para o Razão de Viver [ONG que trabalha com pessoas com deficiências físicas e mentais], para várias entidades. Eu acho que pra eles é um reconhecimento do esforço que eles fazem. Eles têm aquele entusiasmo... Quando eles agradecem, quando a gente publica no jornal... É a mesma coisa que alguém vir aqui agradecer pessoalmente pra gente, sabe? É reconhecer. E eu acho que o perfil faz muito isso nesse sentido também. A pessoa sente que ela tem um reconhecimento social e eu acho que isso é um papel importante do jornal. Então eu acho que, nesses momentos, a gente cumpre um papel importante. Agora na questão de resolver os problemas do mundo, aí é mais complexo. Quando tu tem um grande embate, assim. Quando você tem uma causa coletiva. Nesses momentos, a gente sempre foi muito incisivo. Mesmo na questão do plano de cargos e salário, no enterro dos remédios no lixão, no portal da transparência. Nossa! Eu fiz infinitas matérias, infinitas matérias sobre o portal da transparência. Pedindo que as informações fossem mais acessíveis, com especialista ajudando a gente a analisar como aquilo era difícil. Então há alguns temas que nós julgamos aqui, e não sei se nosso julgamento é certo, mas há alguns temas a gente achava que eram importantes pra comunidade, e a gente comprou a briga pela comunidade. Sabe? Comprou a briga pra mostrar que o lixão era uma merda, que não podia estar funcionando do jeito que estava funcionando. Tanto que ele foi embargado. Mostrar que o portal da transparência não funcionava e tal. Mas aí a questão da frustração é: o lixão foi embargado porque o ministério público fez um levantamento estadual e mandou fechar, mas o portal da transparência continua do mesmo jeito. É nesse sentido que o Fernando fala. Em alguns momentos, nós definimos temas que a gente considerava muito importantes para a comunidade e eles não tiveram solução. E aí fica essa sensação de que nós estamos... De que não tem sentido.

Fernando Assanti: De que não tem sentido. De que todas as horas de esforço e de trabalho não têm sentido. Pra mim, a dificuldade é essa. De lidar com a frustração. Eu falei que é uma coisa pessoal. Que é lidar com a frustração. Porque a gente fica com a ideia de que quando há uma exposição do problema, e que é reconhecidamente um problema, e que inclusive é um problema que está contra a lei, que contraria a lei do país, a lei da cidade, contraria o que foi decidido no poder constituído, e aí quando você vai expor aquele problema, você tem a impressão de que aquilo vai mexer de alguma maneira na zona de conforto das pessoas e de que aquilo vai ser resolvido de alguma forma. Ou amenizado, pelo menos. E na hora que você expõe não só uma vez, mas dez, e você percebe que o mundo vive sem aquilo, que dane-se a lei, que dane-se o expor, que dane-se se as pessoas acham bom ou acham ruim... Aí você vê que não tem muito sentido.

Vocês não acham que isso tem a ver com a comunidade decidir ou não comprar a causa junto? Porque a pressão é maior...

Naiza Comel: Exatamente. Mas é porque é difícil pra gente identificar o que é comprado pela comunidade, o que vai ser comprado pela comunidade. A gente defende o que a gente acha importante. Mas por exemplo, a primeira matéria que eu fiz sobre a escolaridade dos assessores [projeto de lei do legislativo que visava reduzir de Ensino Médio completo para Ensino Fundamental completo a escolaridade exigida dos assessores de vereadores, gerou manifestações de moradores na câmara de vereadores e pelas redes sociais da internet], ela não foi nem uma chamada de capa. Foi quando o projeto deu entrada na casa. Ela foi matéria lá da página cinco, mas não foi nem chamada de capa. Eu já vi outros projetos, de maior relevância, passarem pela câmara e passarem batidos pela população. Se debateu mais, pra tu ter uma ideia, se debateu mais agora a redução da escolaridade dos assessores do que se debateu na comunidade o aumento do número de vereadores. Que foi capa do Linha Popular. Quando se começou a falar de aumentar o número de vereadores, eu já cobria a câmara de vereadores lá no prédio antigo, e eu fui de gabinete em gabinete, eu fui lá falar de vereador em vereador, e mostrei pra comunidade que quando entrasse o projeto na casa ia aumentar o número de vereadores de Camboriú. Porque era uma coisa que já estava definida. Os vereadores já tinham uma posição sobre aquilo. E não teve repercussão nenhuma. Eu não sei se na época não tinha tanto Facebook, não tinha tanto a questão da rede social...

Gustavo Zonta: Tinha, tinha.

Naiza Comel: Tinha já? Eu acho que não, acho que foi em 2009... Ah, é verdade. Em outros lugares teve uma baita revolução.

Fernando Assanti: Teve movimentos sociais, instituições em outras cidades, que colocaram outdoor, lembra? A associação empresarial que botou outdoor.

Naiza Comel: Ah, sim. E aí depois aconteceu uma coisa que ficou meio frustrante, porque depois que se tinha discutido isso em outras cidades... E Camboriú aprovou isso antes das outras cidades. Aí o debate chegou até aqui depois que o projeto já tinha sido aprovado.

Gustavo Zonta: A gente já tinha avisado, a galera não comprou a briga. E aí não foi pra frente, porque Camboriú já tinha aprovado. Quando as outras pessoas, do Brasil inclusive, de outras cidades, principalmente Itajaí, que teve uma manifestação mais forte... Aí Camboriú acordou. Acordou tarde. Aí todo mundo: ah, mas vai mudar... Já mudou. Acordou tarde.

Naiza Comel: Mas assim, sobre o negócio de tu saber qual é o tema que a população vai comprar. A gente não tem como saber. É uma incógnita. Tanto que a matéria dos assessores saiu sem chamada de capa, o jornal estava na rua e a gente já começou a ser marcado no Facebook. Eu acho importante esse papel porque eu acho que as pessoas só começaram a discutir esse projeto porque eu falei dele quando ele entrou. Porque eu fiz matéria quando ele entrou na casa. Tu traz o debate pra comunidade, mas que proporção aquilo vai tomar, a gente nunca imagina.

Fernando Assanti: Quando é relativo à câmara de vereadores, é mais fácil de a gente perceber o incômodo, pelo menos, de ter o fato público. Porque são quinze pessoas afetadas e aí tu tem várias opiniões sobre aquele fato. Às vezes o fato de a gente dar uma nota na coluna sobre um projeto de lei curioso lá, já faz com que dois ou três pensem melhor e discutam. E tu já sente que isso tem uma repercussão. Mais do que quando é o caso lá do portal da transparência, que é uma coisa que depende da prefeitura, do poder executivo. Significa que o prefeito lê e tá cagando. Não tem outras repercussões...

Naiza Comel: Mas depende do vereador também. Eu percebo que essa legislatura é mais suscetível à influência da imprensa. Nós somos citados com muita frequência na câmara. Com muita frequência. Tanto positiva, quanto negativamente. Aquele negócio de o vereador ir lá e falar: a imprensa quer! A imprensa quer que eu vote! Essa questão dos assessores... O Fernando colocou a posição dele na coluna e tal, mas o jornal não tinha uma posição clara sobre a redução da escolaridade dos assessores. Eu não tenho uma posição pessoal clara sobre a questão da redução da escolaridade e o aumento do número de assessores... E eles

iam lá e falavam: eu não vou mudar o meu voto só porque a imprensa quer! Sabe? O que é a imprensa? O que a imprensa quer? Esse tipo de coisa que acaba sendo um pouco desgastante, porque tu tá lá cobrindo a câmara e acaba ouvindo essas coisas. É chato. Mas às vezes o cara tá lá se preocupando em te agredir ou te responder de uma coisa que a população nem comprou. Às vezes eles vão lá falar uma coisa pro Fernando porque eles acham que o que o Fernando falou e aí... É só uma coluna! O cara tem uma opinião pessoal e o leitor pode ter achado que o Fernando tava falando uma baita bobagem. Então eles ignoram essa questão de ter um filtro. O leitor tem um filtro, a gente sabe que o leitor tem um filtro. Não é porque o Fernando escreveu na coluna que o leitor vai engolir aquilo e aquilo vai ser a verdade absoluta.

Por que Camboriú?

Fernando Assanti: Foi uma tentativa de análise de mercado. A gente tinha duas opções: Camboriú e Itapema. O Gustavo e a Naiza moravam em Itapema. Mas a ideia era uma cidade que estivesse crescendo, que está crescendo, e que não tinha jornal. E aí Itapema tinha jornal diário, que é o Atlântico, um diário estabelecido. E Camboriú tinha o Expresso que é um jornal quinzenal de doze páginas. Um jornal quinzenal de doze páginas numa cidade crescendo, com setenta mil habitantes...

Gustavo Zonta: E de qualidade duvidosa, né?

Naiza Comel: Não fala, não fala mal do concorrente. É antiético falar mal dos concorrentes.

Fernando Assanti: Mas a ideia foi essa: uma cidade que está crescendo e que não tinha um jornal. E um jornal quinzenal que não tinha o compromisso, apesar de ser um jornal da cidade, estabelecido na cidade, que não tinha como foco publicar notícias de Camboriú. Era natural tu abrir o jornal Expresso a cada quinze dias e encontrar lá uma série de releases de Balneário. Então a intenção foi essa. Escolher um local em que a gente pudesse fazer um jornal que tivesse um diferencial. O diferencial seria cobrir só aquela cidade. E Camboriú foi o que pareceu melhor. E tem mais um aspecto importante que a gente avaliou, que foi o fato de ser uma cidade que tinha uma história bacana...

Naiza Comel: Que tinha uma questão de raízes.

Fernando Assanti: A gente queria isso. Foi um fator que a gente levou em consideração. Um espaço em que a gente possa resgatar as raízes do local, sabe? Itapema é uma cidade muito nova, meio tipo Balneário, que acabaram de construir. Não tem raiz. E Camboriú tinha esse negócio de

ter tradição, de ser uma cidade do interior, de ter as culturas da cidade, de ter as figuras características da cidade.

Naiza Comel: E tem uma questão de valorização da história, de valorização das memórias, sabe? A gente identificava que em Camboriú as pessoas valorizavam isso. Até porque a gente tinha a ideia de fazer o perfil.

Fernando Assanti: Tanto que desde a nossa primeira edição, a gente tem o perfil. O perfil surgiu dessa concepção de fazer o jornal. Então a gente precisa de uma cidade que tenha essa característica de valorizar a sua história pra gente poder identificar essas pessoas e dar voz pra elas. Isso foi um aspecto importante na nossa decisão.

Vocês já começaram a responder, mas a minha próxima pergunta é: o que motivou a criação da seção Perfil?

Naiza Comel: Cara, tem coisa que é iluminação. Na época eu trabalhava em outro lugar, os meninos estavam montando a estrutura do jornal e a gente debatia online o que a gente queria fazer, qual seria a estrutura. E eu me lembro de ter pirado na ideia de que a gente precisava fazer uma editoria assim... De ter pensado que a gente precisava contar as histórias das pessoas. Ter um espaço pra contar a história das pessoas. Se você me perguntar qual foi a minha referência, de onde que eu tirei, eu não sei te dizer. Porque na época eu não me lembro de ter um veículo que trabalhasse isso assim, pelo menos com essa periodicidade. Eu não lembro se na época eu tinha falado pra vocês que era pra fazer o perfil ou se seria uma entrevista que depois se transformou no perfil... Eu lembro que desde o primeiro projeto, o primeiro boneco do jornal, a gente pensou de ter esse espaço pra contar a história da pessoa.

Fernando Assanti: E a gente tinha um tema bem definido que é o negócio de aquela pessoa contribuir ou somar de alguma maneira com o desenvolvimento e com a história da cidade. Isso, ao longo dos anos, em algumas edições se perdeu... E a gente fazia com uma pessoa que tinha uma relação naquele momento. A Miss Turismo, sei lá. Ganhou naquele momento e a gente acabava destacando aquela figura porque ela tinha uma influência naquele momento. Até porque, a gente acabou tendo dificuldade depois de se relacionar e de encontrar nesse monte de gente, mais de 250 pessoas que tivessem alguma projeção. Devem ter muitas que a gente não achou ainda, que a gente vai achar quem sabe um dia. Mas o nosso foco é sempre esse. O modo de seleção do perfilado sempre foi a relação que ele tinha com a cidade. Tanto que o primeiro foi com um historiador. O José Ângelo Rebelo. A gente queria abrir o perfil com

justamente alguém que pudesse falar dessa relação. Que é um cara da cidade, que tinha amor pela história da cidade, que escreveu a história da cidade, que se dedicou a pesquisar. Porque a gente queria trazer essa ideia de que aquele era um espaço em que a gente tratasse de seres humanos, camboriuenses.

E atualmente essa escolha de personalidades para o perfil ainda acontece assim? O que uma pessoa precisa ter ou ser pra contarem a sua história?

Naiza Comel: No início, e eu acho que dá pra perceber pelas edições, em algumas épocas dá pra perceber também, nós entrevistávamos pessoas mais velhas. Então o nosso mote do perfil era sempre contar a história da pessoa alinhada a contar um pouco da história da cidade. Mas a gente tem uma dificuldade, porque esse é um texto feito toda semana. Assim como arrumar uma pauta. Toda semana eu preciso vir aqui, localizar um perfil, entrar em contato com ele, sentar. É uma entrevista mais demorada, um texto mais demorado que os outros e tal. Ainda mais quando a gente estava começando. Tinha dia que a gente demorava o dia inteiro pra escrever o perfil. Então depois isso foi se perdendo um pouco. Aí a gente foi atrás de pessoal mais velho, e pedia referências. A gente sempre pedia referências. A gente sempre perguntou muito pras pessoas. Quem é que tu acha que é bacana a gente fazer perfil? Quem é que tu acha que tem uma relação com a cidade que é legal contar? Pelas referências, pelas lideranças da comunidade... A gente passou por uma fase em que a gente entrevistou o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o presidente do Sindicato dos Taxistas, a presidente da OAB, o presidente do Comitê Camboriú. Então a gente passou pelas lideranças, que tinham uma relação com a história da cidade e tal. E aí a gente entrevistou políticos. E aí, no meio dessa coisa, a gente tinha a preocupação de ter a figura da população. Né? Não só o cara que aparece mais. De ter o tiozinho. Ah, o Papai Noel lá do... O Papai Noel, um cara que tá lá na graxa faz dez anos, só aparece no natal, e todo natal ele vai lá ajudar as criancinhas. Foi um perfil bem bacana, que é um cara bem bacana. Assim como a gente foi lá no interior contar a história da senhorinha que perdeu trinta quilos. Tu lembra, Guga? Agricultora. Nos embrenhamos lá no interior, porque naquela semana a gente queria falar com uma agricultora e queria falar com uma mulher. Um perfil também que foi escolhido a dedo foi o da Angelita, que foi coordenadora dos garis, que agora não é mais. Foi um perfil bem bacana, porque a mulher é faca na bota, ela é porreta. E foi um negócio do gari, que a gente queria que fosse um gari.

E eu achei que a história dela era muito bacana, porque ela tem uma profissão muito simples e ela tem muito orgulho do que ela faz. E isso é muito bacana de tu mostrar pras pessoas e tal. Às vezes tu chega numas histórias... De tu entrevistar um taxista, assim, e ele tem tanto orgulho daquilo que ele faz... A pessoa varre a rua, a pessoa lava louça... E às vezes ela tem mais orgulho daquilo ali do que o cara de ser um vereador. E ela lutou mais pra chegar ali do que o cara lutou pra ser vereador. Teve uma época em que a gente fez uma seleção de frases, quando o jornal fez quatro anos, e eu fiz uma seleção de frases do perfil e dava um livro de autoajuda. Sabe? Porque a gente aprende tantas lições nesse negócio do perfil. E era sempre essa ideia. Contar a história das pessoas. Eu separei essas frases para o especial de quatro anos do jornal e tem coisa que fica muito forte na gente. A gente aprende muita coisa com as histórias das pessoas. Então essa questão da seleção, se eu te disser: é assim que funciona. Não. Normalmente é indicação das pessoas. A gente segura um pouquinho as pessoas que se oferecem. Tem muita gente que vem aqui e diz: ah, eu queria que fizessem o perfil comigo. Aí a gente dá uma segurada porque a gente acha que o legal seria uma outra pessoa indicar. Mas assim, alguma coisa a gente cuida. A gente já cuidava na época em tinha as primeiras edições. De tentar equilibrar essa coisa da liderança ou do político ou do teoricamente bem sucedido, sabe? Do bem sucedido publicamente, pro cara que tinha uma história pra contar. Um baita perfil foi o daquele cara que é filho de escravos. Um dos melhores que a gente fez. Um dos mais relevantes, historicamente. Um dos mais relevantes. Eu lembro que o Isaque [de Borba, historiador camboriuense] me falou: pô, ele falou bem mais pra vocês do que falou pra mim. Quando o Isaque fez o livro [“Camboriú, sem história não dá”] ele contou bem menos pro Isaque do que contou pra gente. Como é que é o nome dele? Idalcio. O Seu Idalcio. Ele ainda está lá, sentadinho no muro. A gente cuida um pouco, apesar da correria... A gente tenta estabelecer um certo equilíbrio, porque não é coluna social. A gente não tá ali pra mostrar *cases* de sucesso. Não é coluna social. Até porque tem essa coisa de tu partir do princípio de que tu pode aprender com a história de qualquer um. De tu falar com qualquer pessoa.

Stefani Ceolla: Mas a indicação de outra pessoa ela ajuda muito, porque o Seu Idalcio só falou muito pra gente, muito mais do que falou com o Isaque, porque a gente chegou lá com o Márcio do Kido, que conhecia ele a vida inteira, que é parente dele, que levou a gente lá pela mãozinha.

Naiza Comel: Isso acontece bastante. Assim como tem muita gente que se nega a dar o perfil. Tem muita gente conhecida em Camboriú, que as pessoas gostariam de ver no jornal, e que não dá entrevista. Porque tem

vergonha, porque não quer se expor. Posso citar? Eu cito algumas pessoas pra ti. O Calão, da pastelaria, nunca quis falar com a gente. Um dia ele disse que tinha brigado com a mulher... Outro dia ele disse que estava doente. Então tu percebes. A Teté, que trabalhava no cartório. A Teté é super simpática, falo com ela direto, ela é um amor, mas ela não quer falar sobre ela. Então a gente tem que respeitar.

Fernando Assanti: Ela era responsável por nascimento e casamento, né?

Stefani Ceolla: Ela já registrou a cidade inteira, baita história pra contar...

Naiza Comel: A gente deu um jeitinho de incluir ela lá naquele caderno especial do ano passado. A gente incluiu que ser camboriuense é ter sido registrado pela Teté.

Fernando Assanti: Ela registrou nascimento e casamento das mesmas pessoas. Ela registrou o nascimento e depois registrou o casamento do cara. A história da cidade passou na mão dela. E ela não quis contar a história pra gente. Assim como o Seu Zemildo Saut, o dono do cartório, que era o único cartório de Camboriú. Não era ele que fazia, mas ele era o titular do cartório. Nascia, casava e morria. A cidade inteira nascia, casava e morria na mão dele. E ele não quis falar com a gente também.

Naiza Comel: É, tem algumas pessoas assim. Então essa tentativa que tu fala, da seleção, ela não é uma seleção tão rigorosa quanto pode supor alguém que está de fora. Normalmente, a gente fica na indicação. Pede indicação para as pessoas. O Márcio do Kido é um cara que nos ajudou já muito. O pessoal das antigas... O pai da Lizzie ajuda a gente. O Seu Henrique Bertoldi, principalmente com o pessoal do interior e do Monte Alegre. Às vezes eu ligo pra ele e falo que eu queria entrevistar alguém do Monte Alegre porque faz tempo que eu só ouço o pessoal do Centro. Tem alguns. Tem uma rede de amigos que a gente vai construindo.

Fernando Assanti: Tem o Vlado, pai do Caco Garcia. A gente encontra com ele na rua e ele fala: ô, tava lembrando esses dias que tu precisa falar com fulano!

Gustavo Zonta: E tem gente aleatória, que a gente nem conhece, que de vez em quando liga e fala: ó, o meu tio é legal, ele tem uma tenda ali na esquina, vocês precisavam falar com o meu tio, o meu tio é não sei quem e o telefone é tal. E a gente vai.

Naiza Comel: E a gente vai, às vezes, sem referência nenhuma, tá? A gente já fez perfil sem ter referência nenhuma. Alguém ligou pra cá e falou: olha, ele é um cara legal, ele tem uma história legal pra contar. E a gente se joga. Depois a gente descobre qual é. Mas então, a única coisa que a gente tenta manter é essa história do equilíbrio, de ter figura conhecida, mas não só o cara que tá em destaque na sociedade, o empresário bem sucedido e tal. E a questão de homem e mulher a gente

cuida um pouco também, pra que tenha um certo equilíbrio. Eu acho que se a gente for contar bem contadinho, tem mais homens que mulheres. Mas a gente tenta... A gente estava aqui olhando: ah, tem três homens. Então, né? Mas é difícil, porque na correria do dia-a-dia tu ainda precisa ficar controlando...

Gustavo Zonta: Às vezes é difícil porque a gente decide que vai fazer com uma mulher aquela semana. Quais indicações a gente tem? Aí tu liga e a pessoa diz que não. Aí tu liga pra outra e a outra não está; só pode na semana que vem. E aí tu... Sabe? Na correria, porque já é quarta-feira e não tem ninguém. Liga pra um homem, então.

Mas existe então uma preocupação consciente em tentar tornar esse espaço plural, que represente todos os segmentos, inclusive os menos privilegiados: a mulher, o pobre, o negro...

Naiza Comel: Ah, tem sim. Tem uma preocupação consciente. Tem um esforço, inclusive, porque a gente tá aqui, no Centro. É aqui que a gente conhece mais gente. Aí a gente recebe duas ou três indicações do Centro. A gente comenta aqui, né? A gente já fez assim, de eu ligar pro Henrique Bertoldi e falar: Seu Henrique, eu preciso falar com alguém do Monte Alegre essa semana. Me indica alguém, um nome bem bacana do Monte Alegre. É natural, porque a nossa convivência pessoal acontece no Centro. Por mais que a gente faça matérias nos bairros, a nossa proximidade pessoal é com as pessoas do Centro. Então a gente liga para as pessoas e pede. O Seu Henrique ajuda a gente, inclusive, com as pessoas do interior. A gente liga e diz que queria entrevistar alguém do interior, que precisa entrevistar alguém do interior. Quem é que tem uma história bem legal? E aí ele fala: me dá cinco minutos que eu vou pensar em alguém. Então as pessoas ajudam a gente também nesse sentido. Mas tem, tem. Em alguns momentos a gente senta assim, conscientemente, e decide que a gente tem que ou mudar de localidade, ou mudar de gênero, ou mudar de classe social. E assim, a questão da classe social eu acho que é a menos preocupante, porque como as pessoas valorizam a questão da história, a gente recebe muitas indicações de gente que fez parte da história de Camboriú, mas nem por isso acumulou bens. Teve gente que era de famílias que dominavam a cidade e nem por isso hoje são pessoas ricas. Então, no fundo, essa é uma preocupação das menores, não é uma coisa que a gente precisa fazer conscientemente. Mas a questão das mulheres e da área da cidade a gente cuida. Do masculino e do feminino e da área.

Em que momentos, na construção do jornal, vocês notam que estão trabalhando ou acessando memórias de outras pessoas?

Gustavo Zonta: Principalmente no perfil e nos cadernos especiais.

Fernando Assanti: A gente busca isso em outras pautas também. Fatos que marcaram a cidade, que a gente tenta retomar. Por exemplo, a morte daqueles guris do fusca. Quando fez vinte e cinco anos daquilo, que são memórias que estão vivas aí na cidade. Os amigos deles estão vivos, as famílias. Então a gente para e faz uma matéria especial sobre esse assunto. Nos cadernos de aniversário da cidade também. A gente fez um caderno temático sobre o que significa ser camboriuense. Então a gente tenta buscar isso, retomar e conversar com as pessoas e usar a internet pra se comunicar com os leitores. O que você identifica como sendo característica da cidade? A gente tenta buscar isso em outras pautas além do perfil. Mas é um desafio.

E aquele morador comum, além dessa preocupação no perfil, aonde mais ele pode aparecer no jornal?

Naiza Comel: Aparece muito. A gente faz muita matéria de interesse humano. Ah, a gente já fez matéria sobre uma tiazinha que fazia uma horta aqui no centro. Aqui na frente. Tem um terreno baldio e ela cuida, faz uma horta que não é dela. Ela pede para as pessoas, tá ali abandonado, e ela cuida... Eu acho que a gente faz bastante, sabe? A gente faz muito os adolescentes que vão ler cartinha para os idosos lá no asilo.

Fernando Assanti: A gente mostra todas as ações pessoais que têm algum tipo de projeção, que mexem com os outros. E que chegam na gente. Desde o moleque dançarino, que não tem nenhum apoio, que dança no ginásio ali de noite, que a gente vê ele dançando ali... E que foi pro programa da Xuxa.

Naiza Comel: É, isso a gente faz muito. Esporte também, tudo, tudo, tudo. A gente fica feliz com certas coisas, tipo aquele menino, o Invertebrado, né? O Invertebrado é um menino muito figura. Faz tempo que ele não aparece mais... Bom, ele teve um dia aqui e contou: olha, eu danço, mas não tenho o apoio de ninguém, não tenho o apoio de nenhuma empresa, mas eu danço e eu to tentando conseguir uma passagem pra, sei lá onde era o concurso... Ele ia pra Argentina, acho... Para o Uruguai. Eram dois menininhos. E aí a gente fez matéria. Depois ele veio aqui e ele já tinha o apoio da Gelafitte [empreiteira da cidade]. O Gilberto [Lafitte, empresário] ajudava todo mundo que aparecia lá, né? E aí ele tinha o apoio da Gelafitte. Aí depois ele foi no programa da Xuxa! Meu, pra gente

foi animal. Mas assim, era uma iniciativa dele. Ele dançava porque ele queria, dançava ali na praça, treinava sozinho e corria atrás das coisas. O que vier pra gente, que a gente achar que é bacana de a comunidade saber, a gente dá tudo. Qualquer coisa. Se for iniciativa individual, se for coletiva, se for necessidade. A gente já foi em casa de pessoa que necessitava de fralda, em casa de pessoa que necessitava de comida. Qualquer coisa que venha. Demanda da comunidade, a gente pega tudo, tudo. A gente é esponja aqui. E a questão das pautas positivas é uma coisa que a gente tem um cuidado. De dar atenção pras pautas positivas. De o jornal não ficar só reclamação da prefeitura. Que é uma tendência, né? De as pessoas reclamarem sempre do serviço público. Então a gente tem sempre uma atenção, dá sempre atenção pra pauta positiva. E aí quando essa pauta positiva vem da comunidade... Não tem coisa melhor do que tu ter uma pauta positiva que foi indicada pela comunidade. Que é um negócio diferente. Dá um gás pra gente esse tipo de pauta.

Fernando Assanti: E o moleque que cortou o cabelo pra dar para uma mulher com câncer? Lembra? Um cara ali do Areias [bairro] que era roqueiro, tinha um cabelão até na cintura, e ele raspou o cabelo inteiro pra fazer uma peruca pra dar pra uma mulher que ele conheceu, que tinha câncer.

Aquela preocupação consciente em tornar o jornal plural, que eu perguntei se existia lá no perfil. Ela existe nas outras editorias também? Tem uma preocupação em dar voz para todos os segmentos da sociedade? De novo: negros, pobres, mulheres...

Naiza Comel: Tem. Tem, sim. Na produção do dia-a-dia nem sempre é tão consciente, porque eu não posso fazer uma tabelinha lá e ficar contando quantas fontes oficiais eu ouvi, quantas pessoas pobres eu ouvi, quantas... Isso é um negócio muito complexo no dia-a-dia pra gente fazer um parâmetro. Mas a gente tenta suprir esse negócio de não ter o controle sistemático no fato de dar atenção a qualquer pessoa que solicitar. Então a gente acaba tendo as nossas pautas sobre pessoas que têm dificuldade de acesso a alguma coisa, que são mais pobres... A gente tem também a reivindicação do comerciante, que é outra faixa, outra classe social. A questão de gênero também aparece em tudo, porque a gente vai ter leitor reclamando ou leitor solicitando, tanto mulher quanto homem. Agora a questão da raça, aí é bem mais complexo. Porque aí eu não saberia te dizer.

Fernando Assanti: Mas a gente tem a preocupação de comprar brigas para que a sociedade seja plural. Para que as pessoas reconheçam a sociedade

como sendo plural. Por exemplo, nós fizemos matérias em Camboriú de especial de dia dos namorados só com casais gays. E isso nos rendeu problemas graves. Pessoas mandando e-mail pros nossos anunciantes, mandando tirar anúncio do jornal. A gente teve problema de um professor, recentemente, que sofreu com racismo e foi capa do jornal. Então a gente entendeu aquele assunto como de extrema relevância, que precisava ter destaque. Matéria de duas páginas sobre racismo. A gente acaba comprando as pautas que tenham alguma relação com isso, com essa pluralidade social. A gente entende que elas são importantes pra sociedade e a gente compra as brigas. A gente se preocupa quando tem casos específicos.

Naiza Comel: E a gente recebeu uma carta bem ofensiva. Um e-mail que foi com cópia para todos os nossos anunciantes. Foi no dia dos namorados de 2010. A gente definiu que nós íamos fazer o dia dos namorados com casais gays. A gente falou na época com a Carla, que é coordenadora da Defesa Civil, que é conhecida da sociedade no meio político e tal, e a namorada dela, a Bete. E a Carla nos indicou um casal que é amigo dela. Dois pedreiros. E aí tu vê a carga de preconceito que tá também vinculada a isso. E a nossa intenção era fazer uma matéria de dia dos namorados. Então a gente entrevistou eles como a gente entrevistaria qualquer casal. Falando da relação, como eles se conheceram, os projetos para o futuro. Inclusive, depois os homens se casaram. Eles fizeram uma cerimônia de casamento e nos convidaram. Eu fui convidada para o casamento em virtude da matéria. Um cuidado que eu quis ter era apresentar aquilo como natural. Esse era o objetivo. Eu não estava fazendo aquilo pra agredir ninguém, eu estava fazendo pra mostrar uma fatia da sociedade que ia comemorar o dia dos namorados. E a gente falou com esses dois casais. O que aconteceu na época foi que um leitor se sentiu agredido por aquela matéria. A palavra é agredido, porque se não ele não teria agido daquela forma. E ele nos mandou um e-mail dizendo que aquelas pessoas não podiam ser entrevistadas para o dia dos namorados porque elas não representavam a maior parte da população. E eu acho que o jornal não está aqui para mostrar a maior parte da população. Não estamos aqui para falar só de maiorias. Estamos aqui para falar de minorias, também. A sociedade é isso. E eu lembro que ele mandou um e-mail assim, nos agredindo de alguma forma, questionando a nossa decisão. E o que eu acho um agravante é que ele não nos questionou somente, ele mandou e-mail pra gente com cópia para todos os nossos anunciantes.

Fernando Assanti: Ele se deu ao trabalho de folhear o jornal, pegar o e-mail de cada empresa...

Naiza Comel: E, no e-mail, eu lembro que ele questionava, inclusive, os anunciantes. Que seriam quem estaria financiando aquilo.

E qual foi a reação dos anunciantes?

Naiza Comel: A gente recebeu um feedback só. Só um retorno. Que foi dizendo que o cara era um louco, pedindo pra ignorar. Não tivemos nenhum prejuízo por causa disso. É bem louco, né? A gente fala isso, de no momento a gente tem que ser combativo. A gente tem aquele espaço do leitor no impresso... Lá a gente publicou a carta dele e respondeu. A carta dele foi publicada e aí respondemos que nós entendíamos... Agora não me lembro qual foi exatamente a resposta na época, mas a gente respondeu explicando por que eles tinham sido escolhidos e por que a gente fez uma matéria no dia dos namorados.

Fernando Assanti: Mas foi justamente essa a resposta, de que o jornal é o reflexo da sociedade que é plural. E que a gente não poderia deixar de fazer, de mostrar as nuances sociais. A gente inclusive explicava pra ele que o preconceito, a discriminação, é crime. Que ele poderia ser processado pela postura dele. Mas o mais legal foi a gente encontrar dois casais que topassem, que botassem a cara no jornal. Porque nessa sociedade, nesse mundo cão aí, né? Dois pedreiros. Uma coisa é eles namorarem em casa, outra é botar a cara no jornal e reconhecer socialmente, publicamente.

Naiza Comel: Então, é assim mesmo: não adianta a gente estar disposto ao embate se essas pessoas não toparem conosco. Porque eu estou disposta ao embate, mas não é a minha cara que está lá. Não sou eu que sofro preconceito. Então sem as pessoas quererem o combate, sem aquele professor ir lá e dizer pra todo mundo que estava sofrendo racismo, não ia valer de nada a gente fazer matéria. Se a fonte não se expõe... A gente só consegue lutar por aquilo que a comunidade queira lutar, ou que aquela pessoa queira lutar. Pelo que ela esteja disposta a dar a cara a tapa.

Qual vocês acham que é a relevância, o papel, do Linha Popular nessa comunidade?

Fernando Assanti: Apesar de eu ter descrito aquela frustração, de acreditar que a cidade não evoluiu como a gente imaginava que ela pudesse evoluir, eu reconheço que o jornal tem uma relevância na pouca coisa que anda. Eu reconheço, por exemplo, que no cenário político há um desconforto em saber que se não fizerem da maneira correta, vai sair no jornal. É ténue. Mas a impressão que eu tenho é que o Linha Popular é o único

inibidor... Os problemas cotidianos, que toda cidade tem, que o poder público tem que enfrentar, que acontece de tu às vezes querer beneficiar o teu amigo em detrimento da população... E que isso às vezes é natural, acontece sempre... Mas há um medo de se fazer e sair no jornal. Um exemplo prático são os assessores da câmara de vereadores. Contrataram os assessores. Aí o presidente da câmara me disse: olha, eu deixei contratarem os assessores do jeito que quisessem, do jeito que desse, contrata quem quiser, se aparecer ou não aparecer, se é fantasma ou não é, se ganha muito, se ganha pouco... Faz do jeito que tu quiser, desde que não vaze. Se sair no Linha Popular, nós vamos regularizar tudo. Porque aí, se sair no jornal, começa a manchar a imagem da câmara. E aí é ruim. Então eu percebo que o jornal ainda é o inibidor dessas coisas.

Stefani Ceolla: E tem algumas coisas que a gente vê efeito prático. Podem ser pequenas, mas existem. Como o caso do remédio no lixão. A gente flagra os caras lá enterrando remédio no lixão... Se a gente não estivesse lá e não tivesse visto aquilo, pode ser que eles estivessem enterrando remédio no lixão até hoje. O lixão foi fechado. Foi um efeito. O outro efeito: foi aberto inquérito no Ministério Público, foi aberto sindicância. Não deu em nada, mas a gente fez a nossa parte. Teve um efeito. Hoje eu vi os garis trabalhando de uniforme. Nunca trabalharam de uniforme. Mas a gente fez matéria a pouco tempo falando da reivindicação do uniforme. Não tinha protetor solar, agora tem uma lei que manda a secretaria dar protetor solar pro gari. Sabe?

Fernando Assanti: Eu acho que a gente soma um pouquinho nessas questões. Não é fundamental, não é o que faz mudar. Mas é um *plus*.

Naiza Comel: Mas eu acho que é aquela coisa que eu te falei, que a gente estava falando antes, sobre o negro e tal, sobre as minorias... Se tu tiver nesse grupo alguém disposto a lutar, como foi o caso da Angelita com os direitos dos garis. Ela estava disposta a lutar por aquilo, inclusive ela perdeu o cargo dela por causa daquilo. Ela estava disposta a lutar porque ela conhece os direitos dela, ela sabe o que ela tem direito e ela estava disposta a lutar. Então nós estamos ali pra propagar a luta dela. Eu acho que dar visibilidade pra aquilo ali que já está sendo feito. É tu dar visibilidade e ampliar aquilo ali. Porque aquele debate ia ficar nesse âmbito particular e de repente tu consegue espalhar um pouquinho mais e dar mais força para o cara que está lutado por aquilo. Mas eu acho que a gente só amplia uma coisa que já está acontecendo na sociedade.

Fernando Assanti: O que eu digo que é o *plus* é isso. Se só o jornal resolvesse publicar que os garis trabalham sem uniforme, só saísse ali na sexta-feira, que na sexta-feira é quando sai o jornal, não mudaria nada. Então precisa ter uma gari que compra a briga, precisa ter um vereador

que pega o jornal e vai lá na câmara e mostra o jornal e diz: olhem aqui vereadores, que absurdo! Tem que ter isso. Eu acho que o jornal é uma gota. É uma gota na transformação social. Eu acho que é um papel importante, não vou dizer que não é. Mas não é o que a gente gostaria que fosse, porque num mundo perfeito, a gente faria a denúncia e o problema seria resolvido. Automaticamente. Infelizmente não é assim.

Naiza Comel: Eu acho que a maior relevância do jornal é essa: as pessoas saberem que existe um espaço para elas propagarem a voz delas. Então o jornal está aqui, pra você, pra sua mãe, pra sua vó, pra sua vizinha, pra tia da ONG aonde você adotou o seu cachorro. Sabe? Que todas as camadas da sociedade saibam que podem bater aqui, podem vir aqui e me falar sobre o problema da Viva Bicho, sobre o buraco de rua, sobre a necessidade que tem de fralda... E a gente vai estar aqui pra ouvir, pra publicar, pra mostrar pras pessoas qual é o problema. A gente vai estar aqui pra qualquer pessoa que venha aqui. E eu acho que maior relevância, o papel que a gente consegue cumprir, é a questão da autoestima das pessoas. Eu vejo que isso a gente consegue. É o que eu percebo no retorno das pessoas, sabe? O grupo de dança, a ONG, o próprio vereador, que na hora que sai a fotinho dele lá conseguindo verba ele fica feliz, ele agradece. A autoestima. Mostrar o que tem de bom na cidade. Nesse sentido, eu acho que a gente percebe que o ciclo se completa. Porque era só isso que ele precisava. No caso de uma grande luta, tu precisa de todo um processo. Mas na questão de mostrar o que é bom, é só tu dar visibilidade que aquilo está resolvido. Só o que a pessoa queria era aquela visibilidade.

Fernando Assanti: Até no perfil, que o pessoal emoldura, coloca em quadro.

Naiza Comel: É uma coisa de a comunidade se reconhecer no jornal, mas também de sentir que o que faz é valorizado. Eu acho que mais isso de se sentir valorizado. Quando a gente entrevista alguém para o perfil, a pessoa sabe que alguém ligou pra cá, que a gente foi lá falar com ela porque ela tem uma relevância. Em setenta mil habitantes, ela tem alguma coisa que as outras pessoas não têm. Que a história dela vale a pena ser contada. E aí a pessoa coloca num quadro. E aí a pessoa mostra para o vizinho. E aí a pessoa pensa: olha só, essa semana eu sou uma das pessoas mais importantes da cidade! E recebe telefonema de todo mundo... Quando você faz um perfil com uma pessoa assim, as outras pessoas leem e aí eles percebem tudo o que aquela pessoa fez por elas, pela cidade. E acontece muito. Quando a gente fez com a Edir Russi, do asilo, ela falou que foi uma loucura, porque todas as pessoas que ela ajudou mandaram flores pra ela naquela semana. Porque foi uma pessoa que passou a vida toda

ajudando os outros e naquela semana todo mundo pensou: meu Deus, eu preciso reconhecer a maravilha que essa mulher fez! Então a gente tem muito retorno assim. No momento em que o perfil sai, coisas que aquela pessoa fez durante uma vida inteira são reconhecidas naquele momento. A própria Inalda, da Rádio Menina. Trabalha na câmara de vereadores. Quando eu cheguei na câmara naquela semana, as pessoas falavam: nossa, a Inalda enfrentou um câncer! Trabalham com ela lá e ninguém sabia que a Inalda tinha enfrentado um câncer. Que ela tinha feito quimioterapia, que ela tinha passado fome.

Fernando Assanti: As pessoas começam a valorizar mais a história do outro.

Naiza Comel: E aí tu lança um novo olhar sobre aquela pessoa que estava do teu lado o tempo todo.

Gustavo Zonta: Tem uma coisa que a gente não te falou, mas que deu bastante polêmica, que repercutiu bastante. Que foi uma capa que a gente fez no ano passado dizendo que Camboriú era a pior cidade para se morar na região.

Naiza Comel: É verdade. Nossa, detonaram!

Gustavo Zonta: Foi tipo, meu Deus! Não fala mal da minha cidade!

Fernando Assanti: Mexeu com a autoestima das pessoas. Mexeu com o brio. Teve muito feedback de pessoas que se sentiram ofendidas. Por gostar da cidade, por não aceitar o rótulo. Por entender que aquilo foi um rótulo atribuído pelo jornal...

Naiza Comel: Naquele dia não foi uma questão partidária, foi uma questão de autoestima mesmo. Como assim vocês são o jornal da cidade e vocês estão dizendo que Camboriú é o pior lugar pra se viver? Foi essa a coisa.

Stefani Ceolla: Mexeu com a autoestima mesmo. Ninguém entendeu que é o índice da ONU que apontou isso.

Fernando Assanti: Nós tivemos que mexer no projeto gráfico e fazer uma carta de página inteira na edição seguinte, explicando para as pessoas. Eu fiz uma coluna, especial assim, explicando o quanto era difícil estampar uma capa daquelas. De que nós também moramos em Camboriú, de que a gente é o jornal daqui, de que a gente escolheu essa cidade para viver, para ganhar dinheiro. E que estampar aquilo era difícil pra gente também, mas que o papel do jornal é esse: botar o dedo na ferida e fazer com que as pessoas entendam, reflitam, pensem como evoluir, como melhorar. Mas a gente teve que sair da zona de conforto, porque foi uma avalanche de feedback negativo. E aí a gente teve feedback: como vocês falam isso da minha cidade? Se mudem daqui se vocês não gostam! A prefeita usou as redes sociais pra dizer que a informação estava errada...

Stefani Ceolla: E aí no fim do ano a gente fez uma reportagem especial voltando a esse tema e dizendo o que Camboriú teria que fazer para modificar esse índice. Que era IDHM. Índice de desenvolvimento humano dos municípios.

Naiza Comel: As pessoas esquecem que a gente é parte integrante dessa cidade. Eu vou fazer uma comparação que pode parecer loucura pra ti, mas como eu cubro a câmara de vereadores e convivo com os vereadores, eu percebo que é uma dificuldade que eles também têm. A questão dos vereadores e dos jornalistas. É que as pessoas não entendem que eles também moram aqui. Que eles também usam hospital, que eles também ficam sem água. Sabe? Eu também fico sem água. Quando eu falo de alguém que está reclamando da falta de água, na minha casa também não tem! Eu sou uma moradora, eu faço compra aqui, eu moro aqui, eu ando na rua sem calçamento, eu tenho medo do assalto... É a minha realidade. É a vida que eu levo. E eu não trago para o jornal uma reclamação que é minha. Mas se o cara for reclamar da Festa Rural, que faz barulho, que é do lado da minha casa, eu vou ficar feliz. Porque é uma reclamação que eu tenho também e que eu faria se eu não fosse a jornalista que está escrevendo a matéria. Então às vezes eu comemoro. Ah, a mulher do César reclamou do barulho da Festa Rural... Porque é o barulho que eu escuto da minha casa. Porque me incomoda também. A gente mora aqui, a gente está na cidade. Eu não tenho orgulho em dizer que é a pior cidade... Eu só acho que é meu papel estar aqui pra dizer que é a pior da região e que a gente tem que melhorar. Assim como o vereador que vai lá pra tribuna pra dizer que tem um monte de coisa errada e às vezes ele é mal interpretado. Eu acho que reação é praticamente a mesma. Pô, tu pediu voto nessa cidade e agora tá falando mal? Não, o cara só tá falando o que precisa melhorar. Que tem coisa que precisa melhorar. E é isso que acontece isso com a gente também. Mas tem gente que não vai entender e isso é natural.

Vocês percebem que Camboriú tem uma identidade própria? Uma série de características que definam a cidade, o morador da cidade...

Fernando Assanti: Eu acho que existe uma identidade, imaginária assim, de Camboriú. E que a gente usa ela, mesmo que de forma inconsciente. Porque se tem no imaginário assim de que a população de Camboriú é politiquêira, de que a população de Camboriú tem uma veia rural, tem um vínculo com a terra... A gente leva muito em conta a questão das famílias tradicionais, da questão do sobrenome, do Pereira, do Dallago, do Vecchi. Sabe? Existe uma imaginação de características da população de

Camboriú. Tanto que a gente até fez questão de fazer uma vez o caderno: ser camboriuense é... Há uma série de características, mesmo que eu não saiba te descrever isso agora, mas que definem... Que o povo de Camboriú tem esse viés... E a gente leva isso em conta na hora de escolher o perfil, na hora de fazer o caderno especial. A gente pensa: como é que a gente vai tratar da cidade agora? Ah, vamos lá para o interior, então. Vamos fazer sobre a zona rural, sobre o agricultor. Tem esse imaginário que a gente tenta identificar, mas que a gente sabe que está em transição, que está mudando... De deixar de ser a vila ainda.

Naiza Comel: E o fato de a gente ter essa noção de que o povo de Camboriú é um povo que valoriza a história. De todos os nossos cadernos especiais, apenas um estava voltado para o futuro. O restante todo estava voltado para o passado. Mesmo o caderno que era a Camboriú dos sonhos, que era sobre o que precisava ser melhorado, nele se falava sobre o passado, sobre como era antigamente. Então, claro, a gente tem a ideia de que é uma coisa que o camboriuense gosta, que é conhecer a história da cidade, saber sobre história da cidade. Isso é uma coisa que a gente tem como reforço, assim.

Stefani Ceolla: Que gosta de ouvir história, gosta de contar causo, gosta de falar sobre o passado com quem é daqui. O problema é que a cidade tem setenta mil habitantes e quem é daqui tá virando minoria.

Naiza Comel: E aí tu tem que descobrir se esse novo camboriuense, que é o cara que vem pra cá, que conquista a cidade, se ele tem o mesmo interesse pela história que o cara antigo.

E vocês também se preocupam em representar esse novo camboriuense?

Naiza Comel: Claro. Tem que representar ele também. Ele sou eu, né? E eu me interesso pela história da cidade...

Stefani Ceolla: Às vezes a gente vai contar uma história lá do interior que eu não sei se o cara que veio lá do Paraná e mora lá no Monte Alegre se interessa. Beleza, a gente conta a história lá do tiozinho do interior, mas a gente tem que contar a história desse outro cara também. A gente também tem que contar uma história que tem a ver com o contexto social em que ele se insere. Que é o bairro dele, que é o buraco da rua dele, que é a rua dele que alaga quando chove, que é a água invadindo a casa dele...

Gustavo Zonta: Tanto que se a gente for ver o perfil, tem vários personagens que são novos. O perfil também representa essa parcela.

Naiza Comel: Tem, tem vários. Mas eu acho que as pessoas vêm pra cá e se conectam com essa questão da história, dos causos da cidade e tal. As pessoas gostam.

Stefani Ceolla: E é legal você saber que elas escolheram Camboriú, também. Tipo o Waldemor, presidente do Lions. É um empresário que veio de Curitiba, a família uma construtora e quis vir pra cá e se incluiu totalmente no contexto da cidade. Eu acho que isso faz bem para o ego da população, saber que é alguém que vislumbrou um futuro em Camboriú. Como esse último caderno especial que a gente fez, mostrando que tem muita iniciativa legal aqui.